

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO**

**O LATIFÚNDIO NO RIO GRANDE DO SUL: VELHAS
FORMAS NA FUNCIONALIDADE DE NOVOS ATORES
ECONÔMICOS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA
CAMPANHA CENTRAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aline de Lima Rodrigues

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**O LATIFÚNDIO NO RIO GRANDE DO SUL: VELHAS FORMAS
NA FUNCIONALIDADE DE NOVOS ATORES ECONÔMICOS
NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA
CENTRAL**

por

Aline de Lima Rodrigues

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Sociedade e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Orientador: Prof^a. Dr^a. Meri Lourdes Bezzi

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia/ Mestrado**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**O LATIFÚNDIO NO RIO GRANDE DO SUL: VELHAS FORMAS NA
FUNCIONALIDADE DE NOVOS ATORES ECONÔMICOS NA
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL**

elaborada por:
Aline de Lima Rodrigues

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Meri Lourdes Bezzi, Dr^a.
(Presidente/Orientador)

Álvaro Luiz Heidrich, Dr. (UFRGS)

César De David, Dr.(UFSM)

Santa Maria, 24 de janeiro de 2006.

Dedicatória

A vocês, João e Regina, que como pais e amigos sempre estiveram ao meu lado, dedico esta conquista, com todo agradecimento e respeito. Amo vocês

Agradecimentos

Ao final dessa etapa da minha vida, agradeço:

A Deus pelo conforto espiritual necessário às nossas realizações pessoais e profissionais, mas acima de tudo, agradeço pela minha vida e por tudo que tenho conquistado;

A minha família, em especial aos meus pais, a Flávia, ao Gabriel e ao Marcelo Ferro, pelo amor, carinho e apoio dispensado em todos os momentos;

A Profa. Dra. Meri Lourdes Bezzi, pela confiança e por todo o suporte teórico-metodológico, determinante para a realização dessa dissertação e para o meu crescimento na pesquisa geográfica. E, principalmente, pela amizade e respeito;

A Ciência Geográfica, por possibilitar o estudo de temáticas que ressaltam as transformações espaciais no decorrer do tempo, resultantes da interação homem-natureza;

A Universidade Federal de Santa Maria, pelas oportunidades oferecidas que contribuíram para a realização da pesquisa;

A CAPES, pela colaboração na realização desse trabalho e promoção do meu crescimento na investigação científica, através da ajuda financeira;

Aos professores Dr. Álvaro Luiz Heidrich e Dr. César De David, pelas sugestões e contribuições no exame de qualificação, e que vieram a contribuir significativamente para a construção desta pesquisa;

A amiga Talita, pela amizade e companheirismo; e, sobretudo, agradeço a Helena, pelas palavras, sugestões e dedicação constantes e indispensáveis na realização da pesquisa;

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM e do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários, pelos momentos de amizade e coleguismo;

As Secretarias Municipais da Agricultura e aos escritórios da EMATER dos municípios envolvidos na pesquisa, pelas informações e tratamento recebido, o que contribuiu para o conhecimento da realidade socioeconômica do setor rural dos municípios.

Vendeu os gados e arrendou os campos,
reservou-se apenas as casas da estância,
o potreiro da frente e o antigo pomar (...).
Comprou apartamento na cidade,
subiu do chão onde plantava botas
para os carpetes de sala de um décimo andar.
Chegaram os gringos de longe e seus tratores,
seus arados de disco, suas grades, seus caminhões
(...) suas colheitadeiras.
Longe dali, no apartamento alto
um homem pensa, um homem lembra,
um homem dói-se (...)
Olha os campos além, azulecidos na barra
do horizonte de seus pagos onde a alma ficou-lhe
como um pala de alva seda sobre um tronco
morto (...).
Nem a conta bancária o consola,
esta que é gorda dos arrendamentos
mas que leva marca e sinal de lavouras alheias
que mãos estranhas plantaram em
suas terras (...).
Campos de pai,
campos de avós,
seus, mas não seus (...).
O trigo,
a soja,
os milharais,
o arroz...
Um século de estância nas lavouras,
e uma risada solar de espigas loiras
na terra que irmanou campeiros e bois.

Romance do Arrendador
Adaptado de Aparício Silva Rillo

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

O LATIFÚNDIO NO RIO GRANDE DO SUL: VELHAS FORMAS NA FUNCIONALIDADE DE NOVOS ATORES ECONÔMICOS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL

AUTORA: ALINE DE LIMA RODRIGUES
ORIENTADORA: MERI LOURDES BEZZI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de janeiro de 2006.

O processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho. Destaca-se que foram através das sesmarias que surgiram os latifúndios, que eram terras distribuídas desigualmente, sempre favorecendo aos poucos detentores de grandes rendas, contribuindo para a concentração da terra. O latifúndio resistiu econômica e politicamente enquanto a pecuária extensiva representava a base da economia do Estado com as charqueadas e, posteriormente, com os frigoríficos. Entretanto, com a decadência desse segmento econômico, em face de conjunturas de preços e comercialização desfavoráveis à pecuária gaúcha, o latifúndio tem sua gradativa decadência econômica, mas não diminui em concentração de terra, no máximo, esse segmento incorpora mais capital a terra através da prática do arrendamento à lavoura empresarial. Desse modo, a presente pesquisa tem como preocupação central analisar o processo de formação e os fatores que permitiram a permanência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central, que compreende os municípios de Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel, frente à consolidação de novos interesses na economia gaúcha. Especificamente, a pesquisa objetivou: (a) caracterizar o processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul; (b) verificar o papel do latifúndio frente à consolidação de novas conjunturas econômicas, além de identificar a sua respectiva forma de exploração, nas quatro unidades territoriais que compõem a MRG da Campanha Central e, (c) estabelecer os fatores que permitiram a permanência do latifúndio, na Microrregião Geográfica da Campanha Central, e as perspectivas para este recorte espacial frente aos novos atores econômicos. No que se refere ao cominho investigativo, o trabalho dividiu-se em fases fundamentais para o desenvolvimento da temática. Primeiramente, procurou-se realizar uma ampla revisão bibliográfica, buscando-se subsídios teóricos sobre o problema proposto. Posteriormente, a pesquisa direcionou-se para a coleta de dados em fontes primárias (trabalho de campo) e secundárias através de dados estatísticos (IBGE e FEE). A pesquisa de campo baseou-se em dois instrumentos distintos, direcionados aos representantes dos escritórios da EMATER nos municípios da MRG e, aos secretários municipais da agricultura. A fase final constituiu-se da análise e interpretação dos dados obtidos durante o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa nos órgãos estatísticos. Como resultados obtidos, observa-se que as transformações socioeconômicas atuais, estão imprimindo novas formas de apropriação econômica dos latifúndios na MRG da Campanha Central. Esses não são mais, exclusivamente, explorados pela pecuária extensiva, pois através dos arrendamentos, penetra nas grandes propriedades a lavoura empresarial com o arroz e a soja. Destaca-se, também, que mais recentemente, em decorrência das vendas de terras para a realização do florestamento, as grandes propriedades assistem à inserção do plantio de eucalipto e pinus, em áreas, anteriormente ocupadas, somente com a criação extensiva de gado. Entretanto, essa desconcentração quanto ao uso econômico dos latifúndios ainda é insuficiente para determinar uma mudança significativa na estrutura fundiária, pois os arrendamentos e a forma de desenvolvimento em grandes áreas da atividade florestal contribuem ativamente para a manutenção da concentração da terra.

Palavras-chaves: Latifúndio, Espaço Rural, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Program of Pos-Graduation in Geografia
Federal University of Santa Maria

LATIFUNDIUM IN RIO GRANDE DO SUL: OLD FORMS IN THE FUNCTIONALITY OF NEW ECONOMICAL ROLES IN GEOGRAPHICAL MICROREGION OF THE CAMPANHA CENTRAL

AUTHOR: ALINE DE LIMA RODRIGUES
ADVISOR: MERI LOURDES BEZZI

Date and Local of the Defense: Santa Maria, January 24, 2006.

The formation process of the latifundium in Rio Grande do Sul is directly related to the history of occupation and settlement of the space gaúcho. It is highlighted that it was through the sesmarias that the latifúndia appeared, that were lands distributed unequally, always in favor of detainers of great incomes, contributing to the earth concentration. The latifúndium resisted economically and politically while the extensive livestock represented the base of the State's economy with the charqueadas and, later, with the freezing companies. However, with the decadence of that economical segment, because of the prices conjunctures and commercialization unfavorable to the livestock in Rio Grande do Sul, the latifúndium has its gradual economical decadence, but it doesn't decrease in earth concentration, at most, this segment incorporates more capital to earth through the practice of the lease to the managerial farming. This way, this present research has as central concern analyzing the formation process and the factors that allowed the permanence of latifúndium in Geographical Microregion of the Campanha Central, that includes the districts of Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel, front to the consolidation of new interests in the Rio Grande do Sul economy. Specifically, the research aimed at: (a) characterizing the process of formation of the latifúndium in Rio Grande do Sul; (b) verifying the role of the latifúndium, front to the consolidation of the new economical conjunctures, and also identifying its respective exploration form, in the four territorial units that compose MRG of the Campanha Central and, (c) establishing the factors that allowed the performance of latifúndium, in the Geographical Microregion of the Campanha Central, and the perspectives for this cut space front to the new economical factors. In what is referred to the investigative process, the work was divided in fundamental phases for the development of the thematic. Firstly, we tried to accomplish a wide bibliographical revision in seeking for theoretical subsidies on the proposed problem. Later, the research turned to the data collection in primary sources (fieldwork) and secondary through statistical data (IBGE and FEE). The field research based on two different instruments, addressed the representatives of the offices of EMATER in the municipal districts of the MRG and, to the municipal agriculture secretaries. The final phase was constituted in the analysis and interpretation of the data obtained during the fieldwork, the bibliographical research and the research in the statistical organs. As obtained results, it is observed that the current social economic transformations are originating new formas of economical appropriation of latifúndia in MRG of the Campanha Central. Latifúndia are not anymore, at least not exclusively, explored with the extensive livestock, because through the leases, the great properties the managerial farming of rice and soy penetrate. It is also highlighted that more recently, due to the sales of lands for the accomplishment of the forestation, the great properties watch the insert of the eucalyptus planting and pinus, in areas, previously occupied, only with the extensive creation of cattle. However, that spreading in relation to the economical use of the latifúndia is still insufficient to determine a significant change in the agrarian structure, because the leases and the development form in great areas of forest activity contribute to the maintenance of the earth concentration.

Keywords: latifundium, Rural Space, Rural Development.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ANEXOS

INTRODUÇÃO.....15

CAPÍTULO 1

REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS.....23

1.1 Formação do latifúndio no Rio Grande do Sul.....23

1.2 A dinâmica do setor pecuarista no Rio Grande do Sul: courama, charqueadas e frigoríficos.....31

1.3 Os espaços latifundiários e pecuaristas frente às novas conjunturas econômicas.....40

1.4 Latifúndio: das sesmarias às transformações capitalistas no meio rural....49

CAPÍTULO 2

AS DEFINIÇÕES TERRITORIAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....61

2.1 O Rio Grande do Sul e as propostas de regionalização.....61

2.2 A Campanha Gaúcha no contexto regional.....	69
2.3 Políticas públicas e o desenvolvimento do setor rural do Rio Grande do Sul.....	77

CAPÍTULO 3

A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL.....	93
3.1 Formação espacial da MRG da Campanha Central.....	93
3.2 O comportamento do espaço rural da MRG da Campanha Central.....	96
3.3 A estrutura fundiária da MRG da Campanha Central.....	108

CAPÍTULO 4

NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS COMO PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MRG DA CAMPANHA CENTRAL.....	117
4.1 Novas dinâmicas econômicas para o setor rural da MRG da Campanha Central e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento.....	117
4.1.1 O capital social e o desenvolvimento rural da MRG da Campanha Central.....	124

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
--	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução Administrativa da MRG da Campanha Central.....	96
TABELA 2 – O rebanho bovino na MRG da Campanha Central (em cabeças).....	98
TABELA 3 – O rebanho ovino na MRG da Campanha Central (em cabeças).....	100
TABELA 4 – Dados sobre a área plantada de arroz na MRG da Campanha Central (1980-2004).....	104
TABELA 5 – Dados sobre a área plantada de soja na MRG da Campanha Central (1980-2004).....	106
TABELA 6 – Dados sobre a fruticultura na MRG da Campanha Central. (1980-2004).....	107
TABELA 7 – Estabelecimentos da Mesorregião Geográfica Sudoeste do Rio Grande do Sul, da Microrregião da Campanha Central e de seus municípios, segundo grupos de área total (ha).....	110

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 – Localização da área em estudo.....	16
MAPA 2 – Divisão tradicional do Rio Grande do Sul.....	63
MAPA 3 – Mesorregiões e Microrregiões do Rio Grande do Sul.....	65
MAPA 4 – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.....	66
MAPA 5 – Rio Grande do Sul – Norte e Sul.....	67
MAPA 6 – Regionalização Geoeconômica do Rio Grande do Sul.....	68
QUADRO 1 – Brasil: fontes alternativas de financiamento ao setor agropecuário brasileiro.....	87

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Entrevista aos informantes qualificados: EMATER.....153

ANEXO 2 – Entrevista à Secretaria Municipal da Agricultura.....163

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, o processo de ocupação se fez de forma distinta, uma vez que seus campos foram povoados por luso-brasileiros, que introduziram a criação de gado. Já suas matas, só foram ocupadas em meados do século XIX pelos imigrantes europeus, os quais transformaram essa vegetação em típicas zonas agrícolas de propriedades familiares.

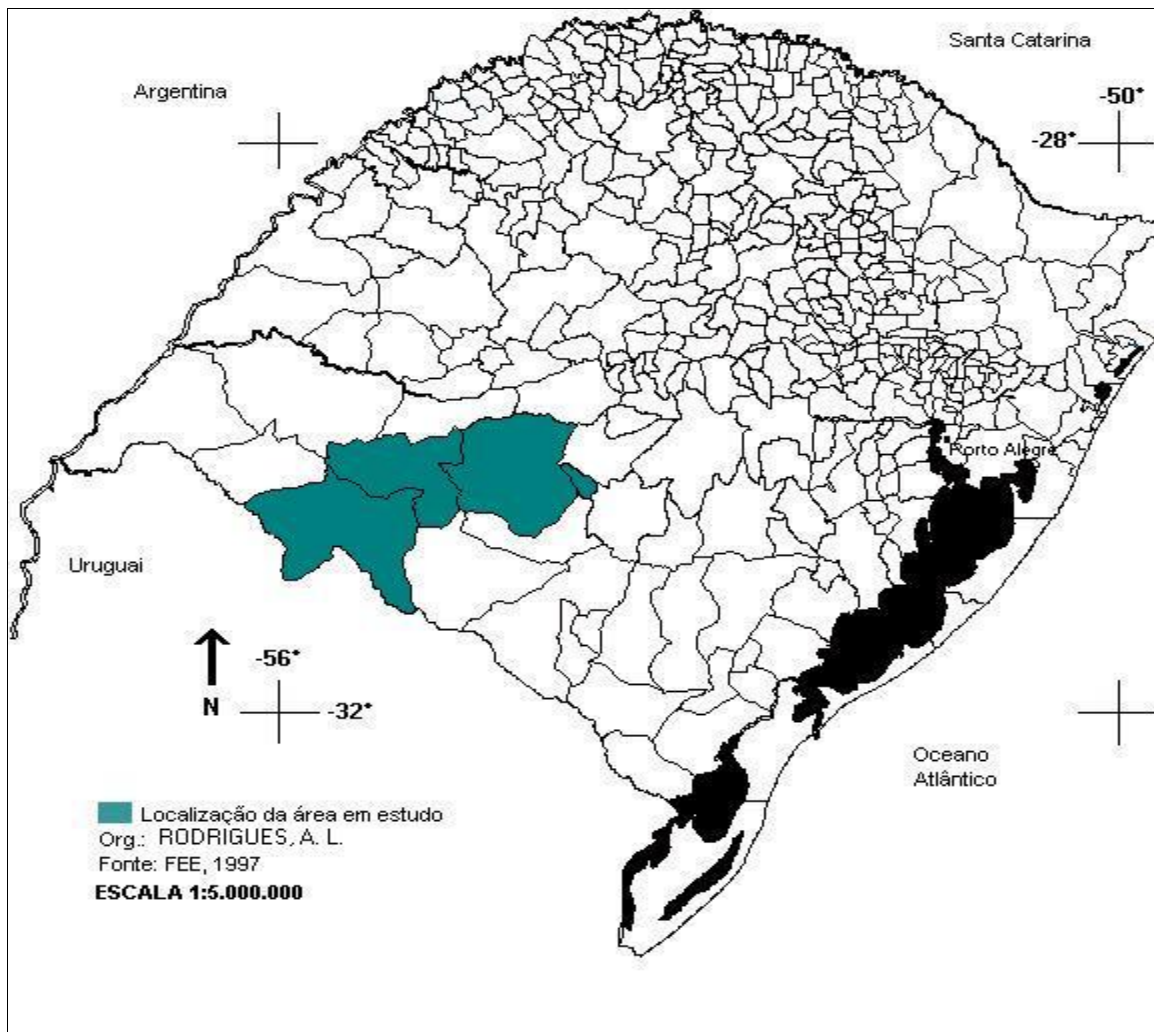
O processo de ocupação e povoamento do estado gaúcho se acentuou devido à disputa de limites existentes entre Portugal e Espanha, o que fortaleceu a concessão de sesmarias pelo governo do Império, representando a concretização efetiva do domínio desse território por Portugal. Assim, as sesmarias foram o instrumento de que se serviu o governo colonial para a vinculação dos povoadores a essa ampla faixa de terra de difícil domínio. (PRADO, 1964).

Foi através das sesmarias que surgiram os latifúndios, pois as terras eram distribuídas desigualmente, sempre favorecendo aos poucos detentores de grandes rendas, contribuindo para o monopólio e concentração da terra que viria a se tornar uma das mais importantes estruturas econômicas do Estado.

Nesse contexto, o caráter perverso da desigualdade de distribuição de terras constituiu-se em um tema da questão agrária que, na área da produção, cada vez mais se evidencia através da disputa pela posse da terra, conflitando no espaço de um lado, os detentores dos grandes latifúndios e, por outro o movimento de trabalhadores rurais que pressionam uma redistribuição da terra, baseada na justiça social.

Desse modo, a presente pesquisa tem como preocupação central analisar o processo de formação e os fatores que permitiram a permanência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central, que compreende os municípios de Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel e Santa Margarida do Sul, frente à consolidação de novos interesses na economia gaúcha. (Mapa 1).

O latifúndio resistiu econômica e politicamente enquanto a pecuária extensiva representava a base da economia do Estado com as charqueadas e, posteriormente, com os frigoríficos.



Mapa 1 - Localização da área em estudo

Entretanto, com a decadência desse segmento econômico, em face de conjunturas de preços e comercialização desfavoráveis à pecuária gaúcha, o latifúndio tem sua decadência econômica, mas não diminui em concentração de terra, no máximo, este segmento incorpora mais capital a terra através da prática do arrendamento.

Portanto, foi devido ao arrendamento de terras que a lavoura empresarial, como segmento econômico, penetrou em áreas de pecuária e permitiu a introdução da modernização da agricultura através da produção de grãos por meio das capitalizações do arroz (década de 20), do trigo (década de 40) e da soja (a partir da década de 70). Era fator determinante a oferta de terras que permitisse o processo de modernização da agricultura, uma vez que as terras destinadas à agropecuária colonial se esgotaram no Estado a partir da década de 1950 do século XX. Há que se destacar que essas foram encontradas, justamente, nas áreas com as mais altas ocorrências de concentração da propriedade da terra, ou seja, em áreas de predomínio da pecuária extensiva. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1978).

Nesse sentido, a lavoura empresarial cria um novo “nicho de mercado”, ou seja, suas terras são cedidas à agricultura, através dos arrendamentos. Tal fato representa, nesta MRG, a possibilidade do desenvolvimento capitalista da produção e a manutenção da renda aos grandes proprietários. Pode-se dizer então que ocorre a diversificação da propriedade da terra e o seu modo de produção, pois a agricultura permite a desconcentração quanto ao uso da terra, mas mantém as grandes áreas.

O latifúndio diante da influência de culturas capitalistas assiste a uma valorização da terra, pois é um espaço com disponibilidade de oferta de terras para o aluguel, o qual ocorre a partir dos arrendamentos. Assim, o latifúndio ao ceder terras à agricultura mantém sua renda, não sacrifica sua produção além de conservar intacto seu caráter concentrador. Contudo, o espaço latifundiário-pecuarista resiste, na MRG da Campanha Central, embora sua participação econômica e política tenham perdido significativos espaços.

Desse modo, buscou-se identificar como essa resistência se materializa no espaço e qual o papel que assume atualmente. Salienta-se que esse recorte espacial foi interpretado levando em consideração a carga de significações que não se dissiparam, mesmo diante das transformações socioeconômicas ocorridas. Percebe-se, portanto, que o fator cultural é muito expressivo e representa a resistência da classe latifundiária não só no Rio Grande do Sul, mas também, nas Microrregiões Geográficas da Campanha Ocidental, da Campanha Meridional e principalmente na Campanha Central.

A escolha do “locus” de estudo, a MRG da Campanha Central, justifica-se por se tratar de um espaço onde a distribuição efetiva da terra sempre esteve relacionada com os padrões de desenvolvimento capitalista, interferindo na oferta de produtos agrícolas e na obtenção de modernos meios de produção, mas sobretudo, por atuar no monopólio do capital.

O Estado gaúcho tem sua estrutura fundiária diversificada, abrangendo pequenas, médias e grandes propriedades. Considerando as pequenas propriedades, essas correspondem às zonas coloniais, predominantes no norte do Estado, e baseiam-se na agricultura familiar. As médias e grandes propriedades concentram as explorações capitalistas, que dizem respeito às zonas de concentração efetiva e real da propriedade da terra, como na Microrregião em estudo, onde a atividade capitalista se concretiza no arrendamento da terra para a lavoura empresarial. O arrendamento ocorre num primeiro momento para atender a lavoura capitalista do arroz e posteriormente à cultura da soja

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo central contribuir com a Ciência Geográfica, enfocando, especialmente, a Geografia Rural e a Regional, analisando a formação e resistência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central.

O referido objetivo geral desdobrou-se em outros de caráter específico, que correspondem a: (a) caracterizar o processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul; (b) verificar o papel do latifúndio frente à consolidação de novas conjunturas econômicas, além de identificar a sua respectiva forma de exploração, nas quatro unidades territoriais que compõem a MRG da Campanha Central e, (c) estabelecer os fatores que permitiram a permanência do latifúndio, na Microrregião Geográfica da Campanha Central, e as perspectivas para este recorte espacial frente aos novos atores econômicos.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi estruturada em fases, consideradas fundamentais para o desenvolvimento investigativo da problemática proposta.

O aprofundamento das discussões de caráter teórico-metodológicos consideraram a resistência das grandes propriedades frente às transformações socioeconômicas materializadas na MRG da Campanha Central, através da presença

da agricultura empresarial, que introduziu na Mesorregião Geográfica da Campanha Gaúcha a cultura de grãos, sub-julgada por muito tempo em detrimento da hegemonia da atividade pecuarista. Mais recentemente, o latifúndio vem assistindo à presença de um novo ator econômico que permite rearranjos espaciais distintos com o florestamento, através do plantio de eucaliptos e pinus.

Nessa perspectiva, as demais etapas da pesquisa assumiram a finalidade de verificar as novas faces do latifúndio e as razões de sua permanência e/ou mudança, em um espaço, que mesmo reconhecendo o seu valor histórico, procura novas estratégias de desenvolvimento, principalmente para o setor rural. A busca de novas cadeias produtivas insere-se como formas alternativas para possibilitar o desenvolvimento local/regional.

Definido o referencial teórico, utilizou-se de levantamentos de informações em fonte secundária, coletando-se dados referentes aos índices da atividade agropecuária, da fruticultura e da estrutura fundiária da MRG em órgãos estatísticos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Os respectivos dados encontram-se organizados em tabelas distribuídas ao longo do presente trabalho.

Para realizar a análise do comportamento do espaço rural da MRG da Campanha Central efetuou-se o trabalho de campo, etapa considerada de importância fundamental para a pesquisa. O trabalho de campo baseou-se em dois instrumentos distintos. O primeiro, direcionado aos representantes dos escritórios da EMATER nos municípios da MRG. O segundo instrumento aplicado através de entrevistas, teve como público alvo os secretários municipais da agricultura. O instrumento apresentado a EMATER indagou sobre: I) Dados referentes à propriedade e à mão-de-obra; II) Dados referentes à produção; III) Dados referentes à assistência técnica e aos financiamentos e, IV) Dados referentes à estrutura fundiária. (Anexo 1). Já para os secretários municipais da agricultura questionou-se, de forma aberta, sobre a situação da agricultura, da fruticultura, da pecuária e, também sobre a organização do sistema fundiário¹. (Anexo 2).

¹ A problemática do florestamento não foi abordada nas entrevistas por ser uma ação materializada no espaço rural da MRG, em especial em Rosário do Sul, após a realização do trabalho de campo. Desta forma, as informações referentes a essa atividade econômica resultaram de entrevista informal com os

A efetiva realização do trabalho de campo ocorreu no mês de junho de 2005 com a realização das entrevistas, antecedidas por uma preliminar exposição do problema e dos objetivos da pesquisa.

Essa etapa da pesquisa possibilitou, além da coleta das informações pertinentes à temática em estudo, o levantamento fotográfico realizado durante as visitas aos municípios, o qual permitiu o registro das distintas paisagens rurais que caracterizam o setor primário desses municípios.

A dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos: *Capítulo 1* – Revisitando as matrizes teóricas; *Capítulo 2* – As definições territoriais do Rio grande do Sul; *Capítulo 3* – A organização espacial e socioeconômica da MRG da Campanha Central; *Capítulo 4* – Novos arranjos econômicos como perspectivas para o desenvolvimento da MRG da Campanha Central; *Capítulo 5* - Considerações Finais e as Referências Bibliográficas.

O primeiro capítulo contextualizou a formação do latifúndio com a dinâmica pecuarista e com o surgimento de novas conjunturas econômicas no cenário produtivo do Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo procurou demonstrar o papel da Mesorregião Geográfica da Campanha Gaúcha no contexto territorial e regional do Estado, salientando as estratégias de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor primário gaúcho.

O terceiro capítulo objetivou caracterizar a organização do espaço rural da MRG da Campanha Central através tripé – formação espacial, principais produtos econômicos e estrutura fundiária – consolidando a importância histórica do rural para a MRG em estudo.

O quarto capítulo buscou estabelecer as novas diretrizes econômicas, responsáveis pela dinamização do setor primário da área em estudo, enfatizando a fruticultura, a revitalização da pecuária e o florestamento. Nesse capítulo procurou-se, também, ressaltar a importância da participação do capital social na elaboração de estratégias que visem o desenvolvimento rural e, conseqüentemente, alternativas para o mercado local/regional/nacional.

O quinto capítulo, materializado nas considerações finais, apresenta de forma sintetizada as conclusões da pesquisa, destacando os fatores de permanência do latifúndio na Microrregião, as formas de exploração econômica das grandes propriedades e as atuais ações fomentadas para promover uma nova dinâmica econômica para o recorte espacial em estudo. Dessa forma, avalia-se também em que medida os objetivos propostos foram alcançados.

As Referências Bibliográficas expõem o referencial teórico e as fontes de dados e informações utilizadas para fundamentar a pesquisa.

REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

CAPÍTULO 1

REVISITANDO AS MATRIZES TEÓRICAS

1.1 Formação do latifúndio no Rio Grande do Sul

O processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho. Desta forma, torna-se indispensável à abordagem histórica de sua formação, para a apreensão dos fatores que condicionaram a concentração da terra.

O espaço gaúcho foi um dos limites brasileiros que, mais tardiamente, recebeu atenção por parte da Coroa portuguesa, sendo descoberto no início do século XVI, em decorrência das expedições exploratórias de pau-brasil que percorriam o litoral do Brasil. Entretanto, permaneceu sem uma efetiva exploração por mais de um século, pois no restante do país se desenvolviam, progressivamente, os engenhos de açúcar. Segundo Fortes (1981, p. 25): “...a região, vasta e dadivosa, onde demoram as terras rio-grandenses, esteve, por largos anos, fora das cogitações do Governo português, mais empenhado, que se achava, em encontrar metais preciosos nas regiões conhecidas do Brasil”.

Durante o século XVII, sob o domínio espanhol (1580–1640), os holandeses ocupam o nordeste brasileiro e as zonas da África ligadas ao fornecimento de mão-de-obra escrava, acarretando na falta de escravos para as áreas não holandesas do Brasil.

Dessa forma, como alternativa para abastecer de mão-de-obra os engenhos açucareiros, foi o apresamento indígena, que já vinha sendo utilizado em São Paulo em atividades ligadas às lavouras de subsistência. Esse Estado torna-se especializado na captura de índios, realizadas pelos bandeirantes. Esses aprisionaram os índios, primeiramente nas áreas próximas, às quais rapidamente vêm o seu produto “o índio” se esgotar. Dessa forma, as bandeiras paulistas, necessitavam incursionar para o interior do continente à caça de índios, sendo o alvo mais importante as reduções jesuíticas estabelecidas pelos missionários da Companhia de Jesus, na região de

Itatins e Guairá, à margem esquerda do rio Paraná, em território castelhano. (PESAVENTO, 1982).

De acordo com César (1964, p.13) é importante ressaltar que:

No correr do século XVII, quando os missionários espanhóis da Companhia de Jesus instalaram na margem esquerda do rio Uruguai os seus aldeamentos, mais tarde reduzidos aos Siete Pueblos, convergiram para a região que hoje constitui o território estadual duas forças rivais: a expansão espanhola, representada pelo jesuíta a serviço dessa nacionalidade, e a portuguesa, encarnada pelo Bandeirante.

Os constantes ataques às Missões Jesuíticas se justificam, pois neste espaço os índios encontravam-se disciplinados e adestrados, pelos padres jesuítas, para o trabalho, constituindo-se como importante fonte de mão-de-obra.

Fugindo dos ataques sucessivos, os missionários da Companhia de Jesus deixam o território castelhano e, instalam-se em território rio-grandense, por volta de 1626, mais precisamente na zona do “Tape”, limitada pelos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí e Taquari. (FORTES, 1981).

Entretanto, nem essa mudança foi capaz de protegê-los contra as invasões dos bandeirantes, pois mesmo em terras rio-grandenses continuaram a sofrer ataques das bandeiras paulistas em busca de mão-de-obra indígena. Dessa forma, em meados de 1640, os jesuítas retiraram-se para a margem esquerda do rio Uruguai e abandonaram o gado criado nas reduções. O abandono destes rebanhos e sua reprodução formaram uma imensa reserva de gado, denominada de “Vacaria do Mar”². Foi a partir desse gado deixado à solta pelos jesuítas que se estruturou a base econômica da exploração e apropriação da terra gaúcha, ou seja, a preia do gado xucro.

Todavia, a efetiva expansão do domínio português rumo ao sul ocorreu a partir do fim do domínio Espanhol e da redução do Império Colonial português (resultado de perdas significativas de seu território). Para retomar seu desenvolvimento, Portugal se volta para o Brasil, o qual representava a base de sustentação do Reino. Além disso, com a redução de seu território, Portugal decide explorar ainda mais a sua colônia, dedicando-se às áreas não exploradas como a do extremo-sul da Colônia. A zona do

² Os bovinos soltos pelos jesuítas proliferaram à lei da natureza, chegando a formar um rebanho superior a quatro milhões de cabeças, constituindo assim, a “Vacaria do Mar”. (VALVERDE, 1985).

Prata foi o foco principal das atenções por parte da Coroa portuguesa, que via na ocupação desta zona, a partir do estabelecimento português, a possibilidade de diminuir o monopólio espanhol, nesta área, e garantir importantes mercados para os artigos coloniais. Nesta perspectiva, em 1680 é fundada a Colônia do Sacramento.

Conforme Pesavento (1982, p. 10) destaca-se que:

várias vezes cercado, tomado e reconquistado, o núcleo português no Prata representou um interesse estratégico-militar de conservação da área. Economicamente, além da preservação do vantajoso comércio ilícito, implicou o conhecimento, por parte dos portugueses, das imensas reservas de gado da 'Vacaria del Mar'.

Com a consolidação da Colônia do Sacramento abria-se um significativo ponto de atração comercial, onde aportavam navios ingleses, holandeses, franceses e alemães, os quais realizavam intercâmbio de produtos manufaturados com os gaúchos e, levavam daqui o sebo, o couro, a língua e, posteriormente, o charque. (FIGUEIREDO, 1985).

Pode-se dizer então, que a Colônia do Sacramento representou um importante porto de exportação, juntamente com Buenos Aires, sobretudo através do couro extraído do gado xucro. A preação do gado xucro para extração do couro foi objeto de atenção de diferentes grupos sociais, desde portugueses instalados em Sacramento até os indivíduos que vaqueavam por conta própria. Assim, é a partir da exploração do gado deixado pelos jesuítas que o Rio Grande do Sul tem sua importância reconhecida, principalmente, pela riqueza de sua pecuária.

No entanto, toda a atividade predatória exercida sobre a pecuária marcou o retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul. Estes com o intuito de proteger o rebanho levam-no para o nordeste do Estado formando uma outra reserva de gado denominada de Vacaria dos Pinhais.

Após as primeiras incursões paulistanas, os padres jesuítas procurando iludir os predadores de índios, imaginaram e puseram em prática um original processo de criação e dispersão da pecuária: instituíram as vacarias e fundaram junto às reduções, ou disseminadas pelo Estado gaúcho as estâncias, nas quais se multiplicavam o gado. Essas abrangiam grandes extensões de terra que, posteriormente deram origem aos

latifúndios pastoris, os quais se encontram, na atualidade, disseminados pelo o território gaúcho. Nesse contexto, não é exagero afirmar que em determinados períodos da história gaúcha cerca de pelo menos três milhões de bovinos pastavam nos vastos campos limitados pelo Oceano Atlântico e pelo rio Uruguai. (XAVIER, 1964).

Com o retorno dos jesuítas tem-se a fundação dos Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. Sobre os Sete Povos, Pesavento (1982, p. 12) destaca que: “Os Sete Povos tornaram-se importantes centros econômicos, onde, além de erva-mate e criação de gado, realizavam-se trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, ofícios vários e trabalhos artísticos, com destaque na arquitetura e escultura”.

Nesse sentido, no oeste do espaço sul-rio-grandense, teve início a integração social do território gaúcho, a ordenação da vida humana sob o ponto de vista econômico e o florescimento de nossa incipiente civilização caracterizada pela criação de gado, pela agricultura de subsistência, pela presença de um processo industrial em formação e pelo comércio da erva-mate. (BEZZI, 1985).

Dessa forma, os Sete Povos constituíram-se em unidades economicamente desenvolvidas e organizadas, o que representou uma ameaça ao absolutismo europeu no Brasil. Deste modo, em 1760, os jesuítas, mais uma vez, são expulsos do Rio Grande do Sul.

No final do século XVII, a economia colonial brasileira passou por um processo de renovação, com a substituição do açúcar pela mineração no cenário econômico. O ciclo econômico da mineração marcou o surgimento de um mercado interno no Brasil, na medida em que interioriza o pólo de atração da Coroa portuguesa. Segundo Castro (1975, p. 42) salienta-se que:

A economia mineira, distante do litoral, altamente especializada e, por conseguinte, grande importadora, tinha graves problemas de transporte, cuja solução foi encontrada à época nos animais de carga que subiam e desciam a serra, tangidos pelos ‘tropeiros’. A importância assim adquirida pela criação mular seria decisiva para a vinculação do extremo-sul à economia da Colônia.

Nesse contexto, em decorrência da necessidade de gado para o transporte das minas para o litoral, é que o Rio Grande do Sul assume relevante participação na economia brasileira. Tal fato só foi possível pelo contingente significativo de gado que

ocupava o território gaúcho, o qual representava uma importante “mercadoria” para o mercado interno.

Com a finalidade de atender à zona de mineração, dirigem-se para o Rio Grande do Sul, paulistas e lagunistas, na busca de gado para transporte, ao contrário do que faziam anteriormente quando vinham ao sul para realizar atividades comerciais na Colônia do Sacramento. Desta forma, o gado gaúcho era levado pelos tropeiros até as feiras de Sorocaba – SP e, posteriormente, era transportado até as Minas Gerais.

Para organizar a preia do gado e evitar a sua caça predatória no Rio Grande do Sul, a Coroa portuguesa inicia o processo de doação de sesmarias, que entre outras funções, tinha a finalidade de proteger o território rio-grandense, garantindo a soberania de Portugal.

A doação de sesmarias representou a definição da posse da terra e do gado, através das estâncias, concedidas à militares reformados e, um pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos. Pesavento (1982, p. 15) expõe que:

As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra três léguas por uma légua (13.000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época.

A grande dimensão territorial das sesmarias na Campanha rio-grandense é claramente identificada na seguinte colocação de Viana (1974, p. 94):

“Em 1727, foi pedido ao Rei ‘uns campos e terras, que começam de Tramandaí, da parte do norte, correndo o caminho a Sudoeste da parte de dentro até o Rio Grande’. Equivale dizer: uma extensão muito maior do que a compreendida entre a barra do Rio Grande e Porto Alegre”.

Outro aspecto bastante destacado por Viana (1974) é a concentração de terra provocada por ocasião da doação de sesmarias, em função do espírito aristocrático dos primitivos colonizadores do sudoeste gaúcho, tão ligados à concentração da propriedade.

Dessa forma, segundo Viana (1974, p. 94) ressalta-se que:

“Famílias inteiras (...) estão possuindo de 15 a 18 léguas de terra. Os pais conseguem três léguas e os filhos (...) conseguem cada um outro tanto. Do mesmo modo se tem dado sesmarias de três léguas a irmãos e irmãs, e cada um por cabeça, cedendo depois todos em benefício de um só”.

As estâncias constituíram-se em um dos segmentos socioeconômicos mais importante da história do Rio Grande do Sul baseado na pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, materializando os latifúndios pastoris³. Segundo Franco (1964,p.47): “... o grande latifúndio marca o monopólio da terra em favor de poucos afortunados, vícios de origem da estrutura econômica da Campanha”.

No que diz respeito à constituição dos latifúndios pastoris é interessante resgatar Haesbaert (1988, p. 34) quando o autor destaca que:

Muitos autores vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Entretanto, a partir do século XVIII, a mineração entrou em decadência e, como conseqüência, o mercado para o gado de corte e para o transporte retrai-se. Neste momento, os interesses econômicos da Coroa voltam-se para o café, transferindo para o Sudeste brasileiro o pólo central da economia nacional.

É importante salientar que mesmo com a retração do comércio da pecuária rio-grandense com o resto do país, não ocorreu a decadência da economia sulina, uma vez que, são agregados ao mercado, a cultura do trigo que junto com o charque passam a inserir o Rio Grande do Sul, cada vez mais, no cenário econômico tanto no mercado interno quanto no externo.

A produção de trigo marca outra etapa da economia gaúcha. Essa ocorreu a partir da chegada de imigrantes açorianos ao Estado gaúcho, os quais vieram para o Estado em decorrência da política de imigração adotada pela Coroa portuguesa para,

³ Conforme Valverde (1985, p.230) a relação entre a pecuária extensiva e a concentração da propriedade se estende por todo o país, pois: “a atividade pastoril nos moldes extensivos em que é geralmente praticada no Brasil, só tem contribuído, no plano dos regimes de propriedade, para reforçar os latifúndios e dificultar a fixação da população no meio rural”.

povoar as Missões⁴ e introduzir a agricultura em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar constituindo um novo segmento na produção rural, até então apenas pastoril.

De acordo com Thomas (1976, p. 19) é importante enfatizar que:

além da guarda das fronteiras o objetivo principal desta distribuição dos açorianos era o incentivo à agricultura em pequenas propriedades, pois até então a atividade relevante era quase exclusivamente a pecuária. Entretanto, o êxito da colonização não foi completo, pois os açorianos não tinham tendências à lavoura, julgando-a trabalho dos escravos, mas mesmo assim, eles tiveram grande influência na formação étnica do Rio Grande.

Portanto, esse momento, marca a tentativa de inserção e desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul, até então dominado pela atividade pastoril, pois os açorianos cultivavam além do trigo, cevada, legumes, vinha, frutas e hortaliças em pequenas propriedades. (VIANA, 1974).

No que diz respeito ao cultivo do trigo Pesavento (1982, p.16) enfoca que: “aparecendo expressivamente nas exportações gaúchas a partir de 1780, o trigo foi capaz de promover a riqueza de alguns, que se expressou na compra de escravos negros para a ampliação das lavouras”. Portanto, consolida-se a dicotomia econômica no Rio Grande do Sul: pecuária (charque) e agricultura (trigo).

Em relação à referida dicotomia é interessante ressaltar Schuch (2003, p. 122) quando enfatiza que:

Estabeleceu-se uma hierarquia rígida com os latifúndios no topo e, em situação radicalmente subalterna, os pequenos proprietários, peões e escravos. As relações sociais e econômicas estabelecidas a partir desse conjunto de valores têm forte tendência conservadora, reativa a mudanças e reprodutora da estratificação social. A tal ponto que a associação ou cooperação entre atores sociais é particularmente difícil.

A triticultura gaúcha enfrentou sérias dificuldades, decorrentes da concorrência de mercados internacionais e, pela incidência da “ferrugem” que atingiu as lavouras do Rio Grande do Sul. Além disso, do lado da pecuária, o charque tornava-se uma

⁴ A ocupação da região das Missões pelos açorianos, porém, não ocorreu, devido as constantes disputas por territórios entre Portugal e Espanha. Deste modo, os açorianos dirigiram-se, principalmente, às

atividade muito lucrativa, chamando a atenção dos açorianos que se encontravam desestimulados com a produção de trigo. Com isso, muitos imigrantes orientaram seus interesses econômicos para a pecuária. Segundo Haesbaert (1988, p. 35), ressalta-se que: “incorporando-se à criação de gado, os açorianos ficavam muito mais protegidos pela legislação e ações oficiais”.

Ainda dentro desta temática é interessante destacar Bezzi (1985, p. 19) quando enfatiza que:

relegada ao desamparo oficial, sofrendo a concorrência do trigo estrangeiro e tendo a sua principal cultura assolada pela praga da “ferrugem”, a lavoura dos açorianos foi praticamente condenada ao aniquilamento, desaparecendo com ela a primeira oportunidade de se consolidar a pequena propriedade no Estado. Seus braços foram absorvidos pela pecuária que novamente era chamada, via produção de charque, a cumprir um papel importante na dinâmica de crescimento do país.

Com o acentuado crescimento da produção de charque no Rio Grande do Sul, ocorreu maior procura para a obtenção de sesmarias. Tal fato veio ao encontro dos objetivos da Coroa portuguesa que visavam o controle do contrabando de gado e do charque, além de garantir a posse da terra nos Campos Neutrais⁵, através da fixação das estâncias vinculadas à produção de charque. Foi através da incipiente indústria do charque que a ocupação do interior rio-grandense se acentuou, devido a constante distribuição de sesmarias.

As Missões Orientais conquistadas, no início do século XIX, representaram uma nova área de expansão das sesmarias, juntamente, com a área compreendida entre o Ibicuí e o Quaraí.

Assim, expandiu-se a concessão de sesmarias e intensificaram-se as atividades econômicas associadas à pecuária, em embriões de futuras povoações como em São Gabriel, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui e São Borja, ratificando a estrutura fundiária das grandes propriedades no Rio Grande do Sul. Esses municípios, posteriormente, foram cedendo área para o surgimento de outras unidades territoriais, as quais passaram a

regiões da Depressão Central e do Litoral do Rio Grande do Sul. (FORTES, 1981).

⁵ Os Campos Neutrais constituíram-se em uma área neutra entre a Lagoa Mangueira e a Lagoa Mirim e a costa marítima, estabelecida pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777).

integrarem-se na Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul que é composta pelas três Campanhas.⁶

Entretanto, embora a pecuária rio-grandense vivesse um momento de prosperidade, com o charque, o Rio Grande do Sul não era auto-suficiente na produção agrícola, principalmente, com o insucesso da colonização açoriana e da triticultura. Além disso, uma considerável porção do território gaúcho, não se encontrava, ainda, povoado. Dessa forma, com uma nova política de imigração, a partir de 1820, entrou no Estado, imigrantes de origem alemã (1824) e italiana (1875), direcionados para as zonas de matas e com o objetivo principal de desenvolver a agricultura em pequenas propriedades, para não oferecerem ameaça às grandes propriedades ocupadas pela pecuária nas zonas de campos rio-grandenses. (ROCHE, 1969).

Pode-se dizer então conforme Bezzi (1985, p.23) que: “o povoamento do Rio Grande do Sul pode ser dividido em duas fases distintas: povoamento na zona de campo ou ciclo pastoril, inicialmente e, povoamento na zona de mata ou ciclo de colonização européia, posteriormente”.

Portanto, a colonização ítalo-germânica completou a ocupação do Rio Grande do Sul, povoado inicialmente por luso-brasileiros, os quais desenvolveram a produção primária centrada na pecuária. Além disso, através da agricultura introduzida pelos europeus consolidou-se o caráter econômico do Estado baseado no setor primário e com uma estrutura fundiária dividida entre pequenas e grandes propriedades, consolidando os minifúndios e os latifúndios como importantes agentes modeladores do espaço gaúcho.

1. 2 A dinâmica do setor pecuarista no Rio Grande do Sul: courama, charqueadas e frigoríficos.

A valorização econômica no Rio Grande do Sul aconteceu quando esse é chamado a desempenhar a função subsidiária de bens primários à economia dominante

⁶ O IBGE em 1997 passou a considerar três Microrregiões Geográficas que compõem a Campanha Gaúcha, denominadas: MRG da Campanha Ocidental, MRG da Campanha Central e a MRG da Campanha Meridional. (IBGE, 2005).

no centro do país. Isso ocorre, quando a mineração, altamente especializada, passa a necessitar de gado oriundo das Missões Jesuíticas. Desse modo, abre-se um grande mercado não só para o gado de corte, mas principalmente, para os animais de carga que servem para o transporte das minas, valorizando, cada vez mais, o gado.

No entanto, a Courama foi o primeiro grande ciclo da pecuária no Rio Grande do Sul, pois envolveu uma primitiva relação de trabalho e produção no setor primário. Segundo Vieira; Rangel (1993, p. 13) a Courama representou: "...no seu estágio primitivo, o modo de criação, tratamento e qualificação dos rebanhos para uso diversificado como matéria-prima. Nas primeiras fases da courama o gado foi literalmente caçado, com escasso aproveitamento além do couro”.

Dessa forma, no seu estágio inicial, a pecuária assentava-se, basicamente, no apresamento primitivo do gado para a retirada do couro o qual seria exportado pela Colônia do Sacramento, rendendo a cobrança de quintos para a Colônia. O gado utilizado na Courama era oriundo da primeira redução jesuítica, São Nicolau, local onde foram introduzidas as primeiras cabeças de gado, que seriam responsáveis pela ocupação dos campos rio-grandenses. (VIEIRA; RANGEL, 1993).

Nesse contexto, a Courama foi responsável pela introdução das primeiras formas de relações produtivas no Rio Grande do Sul, através da exploração primitiva do gado.

De acordo com Cardoso (1962, p. 72) destaca-se que:

A interpretação dialética dessas primeiras relações de produção e de trabalho é colocada numa condição espacial concreta, dentro do desenvolvimento histórico do colonialismo de ocupação. No contexto histórico-produtivo criado pode-se aplicar o método dialético de análise da interação social a partir de situações, condições, fatores e efeitos sociais recorrentes que produzem configurações sociais estáveis, fixando padrões de inter-relações.

Foi através das configurações sociais e produtivas do ciclo da Courama que a atividade pecuarista se organizou e se desenvolveu no Estado resultando, futuramente, nas charqueadas e na industrialização da carne através dos frigoríficos.

Assim sendo, a pecuária gaúcha reorientou-se a partir do século XVIII, em função dos interesses da Coroa portuguesa, que neste momento estavam voltados para o gado em pé que serviria para o transporte nas Minas Gerais dos metais preciosos. Posteriormente, voltaram suas atenções para a carne salgada – o charque – que seria

utilizado como alimentação das pessoas de baixa renda e para os escravos usados como mão-de-obra nos cafezais do Sudeste brasileiro. Segundo Haesbaert (1988, p. 34): “o fortalecimento da economia pecuarista deu-se no final do século XVIII/início do XIX, com a introdução da atividade charqueadora (1780), fruto da incorporação do Extremo-Sul como economia subsidiária aos interesses mercantis do Centro da Colônia”.

Assim, o primitivo apresamento do gado não era mais suficiente para abastecer as novas frentes de mercado que se abriam para a pecuária rio-grandense através do gado em pé e do charque. Dessa forma, as relações de produção da atividade pecuarista tornam-se, cada vez mais, organizadas e baseadas no recolhimento do gado em currais. Segundo Vieira; Rangel (1993, p. 20): “os currais, inicialmente, e depois as estâncias não só representavam os elos entre o homem e a terra no interesse mercantilista, como condicionavam o povoamento e a defesa do território”.

Os currais marcaram então uma nova expressão econômica para a pecuária e definiram um processo produtivo materializado na atividade criatória. Eles também representaram as células iniciais das futuras estâncias que contribuíram para a ocupação e povoamento das áreas de campo do Rio Grande do Sul.

Resgatando novamente Vieira; Rangel (1993, p. 22) é importante ressaltar que:

a courama, como atividade econômica principal, dominou até o fim do século XVIII, quando a pecuária começa a se afirmar como prática pastoril criatória. O couro não perde, contudo sua importância no comércio rio-grandense, mas o mercado é enriquecido pela carne salgada, que dá início ao opulento ciclo das Charqueadas.

Entretanto, com a organização de empresas rurais ligadas à agroindústria do charque, abriram-se novas frentes e perspectivas econômicas para a pecuária tradicional, que a partir do crescimento acelerado da cafeicultura no Sudeste brasileiro, torna-se fornecedora de alimentos para os escravos das fazendas cafeeiras e para a população mais pobre, através do charque.

Para a produção do charque, a indústria saladeiril assume papel relevante. O charque, antes de ser produzido no Rio Grande do Sul, era produzido no estado do Ceará o qual fornecia esse alimento para o mercado nacional e internacional. Entretanto, assolado por longos períodos de seca, o Ceará sofreu a decadência desse

segmento econômico pela escassez de gado para as matanças, sendo substituído pelo estado gaúcho.

No que se refere à relação do charque cearense com o produto gaúcho ressalta-se Castro (1975, p. 44):

Por volta de 1780, era introduzido no sul do país, por retirantes cearenses da seca de 1777, o preparo da carne através das 'charqueadas'. Foi uma verdadeira revolução no panorama pastoril do Rio Grande do Sul. Essa indústria possibilitava o aproveitamento da carne, até então desprezada".

No Rio Grande do Sul, as charqueadas apresentaram uma produção sistemática e significativa de charque que teria a finalidade de abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. Dessa forma, as charqueadas foram construídas ao longo de cursos d'água para facilitar o acesso ao mar. A primeira charqueada rio-grandense⁷ foi fundada em 1780, na margem do arroio Pelotas, onde hoje se localiza a cidade de Pelotas. (VIEIRA; RANGEL, 1993). Esta torna-se a principal área saladeiril brasileira, já que em 1793, o Porto de Rio Grande exportava 13.000 arrobas de carne seca e nos primeiros anos do século XIX, quase 600.000. (VALVERDE, 1985).

Para Franco (1964) as charqueadas eram consideradas empresas rurais, na medida em que organizam a produção e possuem mão-de-obra abundante e diversificada, onde cada indivíduo desempenha uma função específica como salgar e ressalgar, curtir o couro e transportar o gado.

As charqueadas apresentavam um sistema de produção bastante peculiar, dependendo, unicamente, dos meios naturais para a preparação do charque. Figueiredo (1985, p. 25) descreveu detalhadamente a organização interna de uma charqueada:

O estabelecimento era formado de vários galpões cobertos com capim-santa-fé, e a carne charqueada e salgada era estendida em varais de paus roliços para secar ao tempo. Enormes tachos eram usados para extrair a graxa dos ossos em água fervente; o sebo era lavado e posto a secar em varais apropriados, depois socado em formas de madeira e transformado em tablóides padronizados. E a courama era estaqueada ao sol para secar.

⁷ A instalação da primeira charqueada no Estado representou um grande avanço na industrialização da carne. Esse estabelecimento foi fundado pelo português José Pinto Martins. (FIGUEIREDO, 1985).

De acordo com Vieira; Rangel (1993, p. 24) as charqueadas representaram a organização de um sistema produtivo, pois: “no final do século XVIII a produção de carne salgada adquiriu novas formas, criando um estabelecimento capaz de gerar riqueza, acumulação de capital, relações de trabalho diferenciadas, distinção de classes e opulência de poder”.

Pode-se afirmar que a produção de charque representou o segundo grande ciclo da economia rio-grandense capaz, até mesmo, de permitir a organização de uma sociedade dividida, pois de um lado encontravam-se os aristocratas do charque e o estancieiro e, em contrapartida tinha-se o tropeiro, o peão e o negro. Vieira; Rangel (1993, p. 24) destacam: “o charqueador-estancieiro tornou-se a figura dominante no cenário social e político da época. O charque passa a ser a nova riqueza de exportação, abrindo uma via de retorno para sofisticados produtos de importação”.

Mais uma vez resgata-se Vieira; Rangel (1993, p. 42), quando os autores salientam que: “as charqueadas rio-grandenses apresentaram três fases em sua evolução: a) carne seca do sol; b) charque salmourado e, c) charque salgado”.

A primeira fase das charqueadas se refere ao secamento primitivo da carne ao sol, que serviria de base alimentar para tropeiros e demais envolvidos no ciclo da Courama. Essa fase é característica do povoamento inicial do espaço sul-rio-grandense.

Segundo Fortes (1981, p. 44) é relevante salientar que:

Foi nas terras férteis do oeste rio-grandense, às margens dos grandes rios, no topo das verdejantes coxilhas, de onde a vista alcança, ao longe, os azulados contornos das serranias do norte e, para o sul, perde-se na imensidão da campanha gaúcha, que se iniciou a civilização social em nossa terra. Os sete povos, do mesmo modo que os estabelecimentos do litoral contribuíram, de maneira indiscutível, para a integração social e econômica do Rio Grande de São Pedro.

A segunda fase das charqueadas transcorre com o aumento dos currais e das estâncias no Rio Grande do Sul, no mesmo momento em que se diversifica o aproveitamento das reses abatidas, com a carne e o sebo ganhando nova expressão produtiva. A instalação da primeira charqueada em território gaúcho marca a terceira fase da industrialização do charque e dá início a um constante processo de acumulação de capital, a partir do crescente número de estabelecimentos saladeiris que se fixam no

Estado, decorrentes da distribuição de sesmarias e do prestígio assumido pelo charque na economia sulina. Nesse contexto, o charque contribuiu para o desenvolvimento do setor primário gaúcho, pois foram noventa anos de construção de uma atividade produtiva que marcou profundamente a vida econômica, social e política do Rio Grande do Sul. (VIEIRA; RANGEL, 1993).

Dessa forma, foi a partir da atividade pecuarista que a sociedade gaúcha se alicerçou, principalmente com o desenvolvimento das charqueadas. O poder sociopolítico do Rio Grande do Sul, nesse período, emergia das charqueadas de Pelotas, pólo de influência e de costumes sofisticados que configuraram a oligarquia rural gaúcha.

Entretanto, o ciclo das charqueadas inaugura a estrutura do escravismo nas relações de trabalho do Rio Grande do Sul. Conforme César (1979, p. 41):

por mais de cem anos, a classe economicamente mais dinâmica viverá da exploração direta do trabalho escravo. Teremos então nossas senzalas, nossos feitores, o tronco. Teremos nossas “casas grandes” e, nelas o eterno medo da insurreição servil; frente a frente, o senhor e o escravo.

Os escravos foram importantes como peões das estâncias e trabalhadores das charqueadas e formaram um importante componente da força de trabalho, especialmente nos anos iniciais do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, e em 1890 chegaram a representar quase 30% da população do Estado. (LOVE, 1975).

A escravidão nas charqueadas foi considerada mais rigorosa e violenta do que a atividade escravista das estâncias, pela forma de trabalho ser mais rústicas e primitiva e, pelo número elevado de escravos nas charqueadas e, por isso, muitas vezes, esses estabelecimentos saladeiris puderam ser comparados a um estabelecimento penitenciário.

Sobre a escravidão no Rio Grande do Sul é importante ressaltar Cardoso (1962, p. 148) quando afirma que:

A contrariedade e o pavor que as charqueadas inspiravam ao branco livre e estranho metamorfozavam-se em disciplina e conformismo no escravo, e em poderio e arrogância no comportamento dos senhores. Assim, a hierarquização rígida do sistema de posições sociais da sociedade escravista concretizou-se em sua plenitude na situação de vida imposta pelo trabalho escravo na

charqueada e pelo desfrute do trabalho alheio racionalmente organizado pelos charqueadores.

O trabalho intenso e braçal nas charqueadas foi responsável por um dos momentos mais violentos da escravidão no Brasil, com rituais de castigos, torturas e, submissão às piores condições de vida. (CARDOSO, 1962).

No entanto, juntamente com a atividade charqueadora, a partir de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, introduz-se no Estado e no cenário econômico a indústria frigorífica estrangeira e com ela abriram-se novas oportunidades para a pecuária rio-grandense participar mais ativamente no mercado nacional e internacional. Os frigoríficos que se instalam foram o Swift em Rio Grande e, Armour, em Santana do Livramento. Posteriormente, outras unidades seriam instaladas no Estado, mais precisamente em Pelotas e Rosário do Sul.

Foi através dos frigoríficos que a pecuária gaúcha organizou-se em bases capitalistas, passando tal segmento econômico a ser controlado por quatro grandes cartéis, que eram: Wilson, Anglo, Armour e Swift. Esses frigoríficos voltavam sua produção para a exportação e seus investimentos não eram aplicados no Estado, sendo o lucro remetido para o exterior. (VALVERDE, 1985).

No entanto, a importância dos frigoríficos para a economia gaúcha assenta-se no fato dessas unidades capitalistas representarem a possibilidade de venda para os pecuaristas do gado criado nos campos sulinos. Nesse momento, a primazia dos abates deixa de pertencer às charqueadas⁸, sendo superada pelas unidades frigoríficas introduzidas no Estado. Salienta-se, também, que os frigoríficos originaram maior diversidade na utilização da carne e subprodutos resultantes das matanças de gado.

Além do charque, os frigoríficos através da industrialização da carne produziram carne bovina enlatada, carne cozida enlatada e, a partir de 1962, começou-se a desenvolver a produção da carne cozida congelada. (SILVEIRA, 1976).

De acordo com Vieira; Rangel (1993, p.30): “os grandes frigoríficos estrangeiros que se instalaram no Rio Grande do Sul passaram, no pós-guerra, a aumentar a

⁸ Sobre esta realidade Valverde (1985, p. 210) destaca que: “em 1953, as charqueadas abatiam 470.000 cabeças; em 1970 matavam apenas 34.000. Enquanto isso, nesse mesmo período os frigoríficos triplicavam a quantidade de reses recebidas”.

exportação de carne congelada e derivados, iniciando a queda do charque como prioridade produtiva”.

Todavia, a decadência das charqueadas acelerou-se após a crise da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em 1929, a qual atingiu a economia mundial. (FRANCO,1964). Como consequência teve-se a falência do Banco Pelotense, vital para a economia charqueadora, juntamente com a queda dos preços do gado e da terra. Outra dificuldade enfrentada pelos charqueadores foi a forte concorrência com o charque platino de custo mais baixo e considerado de melhor qualidade. Porém Haesbaert (1988, p. 56) salienta que a incipiente capitalização das charqueadas foi a grande causa da sua decadência, pois:

o retardamento da generalização das relações de produção assalariada, a ausência de uma classe de empreendedores capitalistas e a não aplicação de recursos em tecnologia que incrementasse a produtividade, foram obstáculos vitais para a atividade charqueadora gaúcha.

Nesse sentido, é importante salientar mais uma vez Vieira; Rangel (1993, p. 33) quando os autores destacam que:

As últimas décadas das charqueadas foram assinaladas pela decadência física do estabelecimento saladeiril e pela depauperação financeira. A oligarquia do charque desapareceu e seu pólo maior de riqueza (Pelotas) reorientou-se na direção da agropecuária. Os frigoríficos assumiram a produção e industrialização da carne em larga escala.

Contudo, a decadência atinge a atividade charqueadora e não o estancieiro, que manteve seu “status” e influência sociopolítica, pois a instalação dos frigoríficos estrangeiros dinamizou e capitalizou a atividade criatória e não ameaçou a concentração da propriedade que continuou sendo símbolo de prestígio econômico.

Com o declínio produtivo das charqueadas, a pecuária gaúcha se reestrutura através dos frigoríficos. Foi através da frigorificação da carne abatida, ou seja, da industrialização propriamente dita da atividade pecuarista que o Rio Grande do Sul penetra no sistema capitalista de produção e inaugura o terceiro ciclo da economia pecuarista.

É a partir da fase da industrialização que a pecuária passou por um processo de seleção e qualificação do seu rebanho, atendendo às exigências do comércio e da indústria frigorífica, visando melhorar o desempenho do rebanho gaúcho em face da concorrência platina. Dessa forma, o melhoramento genético das raças que formam o rebanho do Rio Grande do Sul foi buscado na Europa o que justifica a origem européia de grande parte do rebanho gaúcho e, também, a busca por melhores condições para inserir a mesma em um mercado mais competitivo.

Nesse contexto, ocorre a difusão espacial da atividade criatória e das técnicas de qualificação do rebanho, principalmente em decorrência do crescente número de remates e feiras de exposição agropecuária que passam a ocorrer no Estado, sendo a principal delas a Exposição Internacional de Animais (Expointer) em Esteio/ RS que ocorre, anualmente, desde 1973.

Ressalta-se, porém, que embora se acentue o aperfeiçoamento zootécnico do rebanho rio-grandense, a atividade é ainda bastante extensiva, acarretando sérias conseqüências para a pecuária gaúcha, principalmente no que diz respeito à concorrência com os países platinos, gerando conseqüências para sua expansão comercial. Segundo Vieira; Rangel (1993, p. 39) no que se refere à criação extensiva é importante salientar que:

A criação extensiva domina a grande propriedade, com rendimento positivo se os campos forem de boa qualidade e de características uniformes durante o ano. De modo geral há queda no valor nutricional das pastagens durante o inverno (...) em algumas zonas pecuárias o remanejamento do gado durante o inverno contribui para perda de peso, tanto pela movimentação como pela mudança de pastagens.

Dessa forma, mesmo superando ciclos importantes na sua evolução, enquanto segmento econômico, a atividade pastoril no Rio Grande do Sul continua sendo praticada em moldes extensivos em grandes propriedades.

A situação atual da pecuária rio-grandense suscita a necessidade de se ultrapassar, completamente, o sistema extensivo de criação buscando investir em modernas formas de organização socioprodutivas visando uma maior participação nos mercados interno e externo. Salienta-se que desde a Courama, a pecuária gaúcha tenta se inserir, cada vez mais, nas conjunturas econômicas nacionais e internacionais,

procurando dinamizar o setor primário do Rio Grande do Sul. Tal fato só será possível mediante políticas governamentais voltadas para esta cadeia produtiva.

1.3 Os espaços latifundiários e pecuaristas frente às novas conjunturas econômicas.

O meio rural do Rio Grande do Sul é historicamente dividido em agropecuária colonial, baseado em pequenas propriedades e na pecuária tradicional, desenvolvida em grandes propriedades e, somente a partir da metade do século XX, é que se teve a consolidação da aplicação de capital na agricultura através da lavoura empresarial ou também chamada de lavoura capitalista.

As áreas de campo do Rio Grande do Sul sempre foram ocupadas pela pecuária de caráter extensivo e subsidiário, com pouca aplicação de capital, com fraca inovação tecnológica nos moldes de produção e baseada na concentração da terra. Consolidando, dessa forma, uma estrutura da terra concentradora que teve origem no próprio processo de ocupação e povoamento do Estado.

Em contraste, as áreas de matas, dinamizaram-se através da produção de produtos alimentícios e desempenharam uma função subsidiária na economia nacional, na medida em que forneciam produtos que serviriam para alimentar a população brasileira. Essa produção alimentar realizava-se em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar e com primitivos e descapitalizados modos de produção.

Dessa forma, o papel subsidiário da economia assumido pela pecuária e pela agropecuária colonial, mediante o fornecimento de carne e produtos alimentares em geral para todo o país, ratificou a dependência da economia gaúcha em relação aos padrões econômicos do país.

Na medida em que se acentua a evolução do capitalismo em moldes urbano-industriais, o processo de industrialização e aplicação de capital atinge a agricultura gaúcha, desenvolvendo a lavoura empresarial, que segundo a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 88) nada mais é do que:

...aquele segmento produtivo, pautado por relações capitalistas de produção (...) mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes etc) e do emprego de força de trabalho permanente e temporário, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada.

Em relação ao processo modernizante da produção primária gaúcha, destaca-se De David (1992, p. 24) quando o autor destaca que: “... foi necessário que o meio rural gaúcho se modernizasse a fim de acompanhar as exigências impostas pela nova orientação do modelo de acumulação capitalista”.

A modernização da agricultura se desenvolveu através de dois momentos distintos, ou seja, a livre concorrência e o monopólio, tornando indiscutível a sua semelhança com o desenvolvimento capitalista. No primeiro momento, a agricultura teve uma modernização espontânea, com o uso de insumos de nível técnico inferior (adubos naturais e arados de tração animal). Posteriormente, a essa fase de uso de uma tecnologia incipiente, começa a substituição da tração animal pela motorização e dos adubos naturais pelos artificiais, cuja produção industrial só pode provir de grandes empresas, dotadas de alto nível tecnológico, contribuindo para o crescimento do monopólio das empresas multinacionais, melhor preparadas para a implantação desta nova fase na agricultura brasileira. Essas empresas multinacionais se instalaram no Brasil a partir da década de 1970, sob o estímulo de um amplo programa de incentivos governamentais à produção de equipamentos agrícolas. (GUIMARÃES, 1982).

Assim, a introdução da modernização da agricultura no Rio Grande do Sul se deu através da produção de grãos por meio das capitalizações do arroz, do trigo e da soja. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1978).

A expansão da modernização agrícola concretizada na lavoura empresarial não se dá somente em áreas da agropecuária colonial, mas, sobretudo, naquelas ocupadas pela criação extensiva de gado, pois essa modernização não representou a mudança na estrutura fundiária vigente. Tal fato se justifica, principalmente, pelo esgotamento da fronteira agrícola, diante de uma agropecuária colonial voltada, essencialmente, para a produção de produtos de subsistência. Dessa forma, a lavoura empresarial expande-se para áreas marcadas pela concentração da propriedade, através dos arrendamentos.

No que diz respeito aos arrendamentos De David (1992, p. 27-28) coloca que:

Juntamente com a modernização da agricultura, novas formas de acesso a terra foram buscadas, revigorando-se, com isso, a prática do arrendamento. (...) O arrendamento representou, na agricultura sul-rio-grandense, duas formas de inserção no modo de produção capitalista, o primeiro constituído por aqueles produtores não proprietários que através dessa prática, lograram o acesso a terra; e o segundo pelos estancieiros da Campanha Gaúcha, que tiveram, no arrendamento, uma forma de auferir renda através da cessão do uso do solo.

Percebe-se que os pecuaristas e os grandes proprietários não se desfazem de suas propriedades ao permitir o avanço da lavoura empresarial, pois a penetração agrícola capitalizada em zonas de pecuária extensiva ocorre através dos arrendamentos de partes ou de toda a propriedade para o lavoureiro.

Nesse sentido, concorda-se com Bezzi (1985, p. 26) quando a autora assinala:

o poder de resistência da pecuária tradicional advém do monopólio da terra, que permite ao fazendeiro duas alternativas: como produtor, procurando colocar sua produção nos mercados interno e externo e, como proprietário, oferecendo parcial ou integralmente sua terra para o arrendamento.

Diante do exposto, é também interessante resgatar a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 30) a qual destaca que:

Esse segmento produtivo moderno, mais vinculado ao setor urbano por utilizar máquinas e implementos agrícolas, adubos, fertilizantes e defensivos químicos de origem industrial e, no qual despontam relações de produção capitalistas em decorrência da introdução do trabalho assalariado, expande-se, sem modificar substancialmente a estrutura de propriedade da terra, sobre as áreas da agropecuária colonial e da pecuária tradicional.

O arrendamento expressa a “união” entre pecuarista e agricultor na tentativa de dinamizar o espaço rural do Rio Grande do Sul e permitir sua participação, cada vez maior, no cenário econômico nacional. A lavoura empresarial a partir de seus principais produtos – arroz, trigo e soja – introduziu uma nova marca no processo de valorização agrícola do Estado.

A rizicultura se desenvolveu no Estado em virtude da presença de mercados favoráveis, de políticas governamentais significativas e também pelo interesse ao cultivo de arroz na fase inicial desta lavoura no estado gaúcho. Essa atividade econômica, no Rio Grande do Sul, destinou-se, basicamente, ao mercado interno, pois, ao contrário dos demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul inseriu-se na vida

econômica nacional através da produção de alimentos destinados ao abastecimento interno.

Nesse contexto, a rizicultura do Rio Grande do Sul teve impulso através do crescimento do mercado consumidor de alimentos nos centros urbanos e, nas primeiras décadas do século XX, pelo desenvolvimento de uma política tarifária sobre as importações do arroz estrangeiro, estabelecendo uma proteção econômica à rizicultura gaúcha sem precedentes.

Conforme Pébayle (1971, p. 04) é importante salientar que:

ao abrigo das tarifas alfandegárias que atingem o arroz importado, a cultura do arroz do Rio Grande do Sul, desde 1907, era suficiente para abastecer o mercado local. Em 1940, os esforços governamentais asseguraram definitivamente o sucesso dessa cultura, estabelecendo o preço mínimo garantido ao produtor para escoamento de sua colheita no mercado nacional.

A cultura do arroz no Rio Grande do Sul contou com a existência de fatores internos – capital, força de trabalho, meios de transporte e recursos naturais (clima e solo, principalmente) – que condicionaram o desenvolvimento da produção de arroz irrigado e mecanizado no Estado. (BESCOW, 1986).

Assim, o arroz como planta pouco exigente quanto ao teor de bases dos solos pode ser cultivado tanto nos solos podzólicos das regiões litorâneas como nas várzeas aluviais da Depressão Central e nos solos de pradaria degradada da Campanha. (PÉBAYLE, 1971).

Dessa forma, teve início a lavoura comercial do arroz alicerçada no predomínio do trabalho assalariado e no arrendamento. Os dados de Brum (1988) destacam que cerca de 70% desta lavoura no Rio Grande do Sul, se desenvolvem em terras arrendadas.

Nessas condições, o cultivo de arroz introduziu no tradicional meio rural gaúcho, três novidades fundamentais: mecanização, irrigação e o arrendamento capitalista. Entretanto, tais inovações não foram suficientes para impedir a oscilação – ora positiva, ora negativa – da rizicultura praticada no Rio Grande do Sul. (BESCOW, 1986).

No que diz respeito à cultura do trigo, essa teve a sua produção difundida pelo mundo todo por ser considerado um cereal nobre pelos norte-americanos e pelos

européus, dentro de um processo global de exportação de hábitos, valores e modernização da sociedade, em detrimento da produção de outros cereais como o milho e o centeio. (BRUM, 1988).

Entretanto a triticultura, que juntamente com o arroz, destinou-se ao abastecimento interno do país, teve sua produção relegada a diversas crises causadas, principalmente, por questões econômicas, pois ao contrário do arroz, o trigo não contou com a proteção alfandegária ao seu concorrente estrangeiro.

Desse modo, desde o início da triticultura no Estado gaúcho, essa sofre com a concorrência do produto estrangeiro, primeiramente do trigo americano (1955) e, atualmente, com o trigo argentino. Além disso, enfrenta outros sérios obstáculos como: inflação, falta de apoio governamental e política cambial desfavorável. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1978).

Entretanto, historicamente, a triticultura ressurgiu no Estado, quando este é chamado a colaborar com a economia nacional, no que se refere a importação de bens de capital, matérias-primas e petróleo. Nesse caso, o trigo assume a função de poupadora de divisas, pois sua produção substitui as importações de trigo para o abastecimento do mercado interno.

No momento atual, a triticultura gaúcha realiza-se, principalmente, no Planalto Sul-rio-grandense e, muitas vezes, encontra-se associada à soja. Porém, continua enfrentando o problema da concorrência do trigo estrangeiro, sobretudo, do argentino que ameaça cada vez mais a triticultura gaúcha em virtude do Mercosul⁹.

O Rio Grande do Sul através do trigo e do arroz foi responsável pelo abastecimento interno, porém, com a soja, a economia gaúcha assumiu importância nas exportações brasileiras, em virtude das transformações que ocorreram no cenário econômico nacional – substituição das importações – onde o lucro advindo das exportações serviu e serve para financiar a industrialização brasileira. Assim, toda cultura que visa o mercado internacional é incentivada por políticas agrícolas financiadas pelo governo nacional, sendo este o caso da soja que passou, a partir da década de 80, a proporcionar uma taxa de lucro elevado, relegando a cultura do trigo a

⁹ O Mercosul, em sua essência, procura viabilizar a abertura das fronteiras sociais, econômicas e políticas que existem entre a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil.

um segundo plano, ou em muitos municípios desaparecendo totalmente para ceder espaço à soja.

Pode-se dizer então que a cultura da soja se desenvolveu no Estado apoiada no crescimento da indústria nacional de óleos e na expansão da demanda externa, estabelecendo a intensificação do processo de modernização do meio rural do Rio Grande do Sul.

De acordo com Heidrich, 1984, (apud HEIDRICH) 2003, p. 22 é importante ressaltar que:

Com a capacidade de produção e retorno financeiro satisfatório por parte da produção de soja, o Governo federal passou a estimular a industrialização e a exportação do grão. O estímulo destinava-se tanto a empresas nacionais ou estrangeiras, como também às cooperativas. Uma série de instrumentos foi utilizada com essa intenção entre 1965 e 1970, que estabeleciam isenções fiscais, dedução de impostos, além de transformarem impostos em crédito.

Todavia, a cultura da soja é, em muitas unidades territoriais, produzida juntamente com o trigo, constituindo o chamado binômio trigo-soja. Dessa forma, estabelece-se um sistema de rotação de cultura, na medida em que a soja se apresenta como cultura de verão e o trigo, de inverno, proporcionando menor exaustão do solo.

Sobre a respectiva associação destaca-se Heidrich (2000, p.94) quando o autor destaca que:

O sistema cooperativista também foi responsável pela associação, com sucesso, da produção de trigo e soja. Em função da queda na produção tritícola a partir de 1957, o Banco do Brasil passou a conceder o crédito de custeio da produção numa espécie de operação casada, condicionando-a a implantação de um cultivo de verão. A soja, por aproveitar os mesmos recursos técnicos do cultivo de trigo, passou então a expandir-se. A leguminosa já vinha sendo produzida no Rio Grande do Sul, mas é nos anos 60 que, em função da ampliação do crédito e dos preços internacionais do produto, inicia-se seu ciclo expansivo.

Além disso, outro benefício bastante importante da associação trigo-soja é a incorporação de máquinas e equipamentos utilizados na triticultura, viabilizando a rapidez necessária entre a colheita de um produto e a preparação do solo e o plantio da outra. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1978).

Portanto, arroz - trigo - soja são culturas responsáveis pelo desenvolvimento da lavoura empresarial no Rio Grande do Sul e pelo crescimento da produção agrícola. A elas se associam, atualmente na produção primária capitalista do Estado gaúcho, a maçã e o fumo, também culturas vinculadas ao capital e a modernização produtiva.

A reorganização produtiva que ocorreu no meio rural gaúcho em decorrência da expansão da lavoura empresarial, foi caracterizada pela modernização tecnológica dos moldes de produção, possibilitada pela intensa aplicação de capital. Entretanto, essa não acarretou mudanças na estrutura fundiária gaúcha, pois os latifúndios, principalmente, das Microrregiões Geográficas da Campanha Ocidental, Central e Meridional mantêm-se através dos arrendamentos à agricultura, corroborando com a permanência da concentração da terra através das grandes propriedades.

A pecuária continua, na sua maior parte, sendo realizada extensivamente e sem grandes transformações advindas da aplicação de capital. Todavia, mais recentemente a pecuária também contou com a aplicação de capital, que permitiu o desenvolvimento das cabanhas proporcionando uma atividade pecuarista intensiva, modernizada e com aprimoramento zootécnico da bovino-ovinocultura.

De acordo com Haesbaert (1988, p.62) é importante salientar que:

a cabanha representa sem dúvida uma articulação do espaço pastoril à economia capitalista. Ela é, por excelência, a empresa comercial que exige um enorme capital de exploração – com o objetivo particular de manter um importante rebanho de animais de raça – e uma dada concentração fundiária.

A proliferação das cabanhas, porém, não se acentuou devido principalmente a dois fatores, de um lado, a resistência dos pecuaristas em transformar seus métodos extensivos de criação, em intensivos; e por outro, destaca-se a falta de capital por parte do pecuarista para investir na capitalização de sua atividade econômica.

Dessa forma, pela resistência de pecuária praticada com molde tradicionais e pelos poucos investimentos governamentais voltados à dinamização da atividade, a pecuária gaúcha abriu espaços para o enraizamento de novas atividades econômicas (lavoura empresarial), garantindo sua sobrevivência através dos arrendamentos de suas terras a essas modernas iniciativas.

Salienta-se que o latifúndio tem no aluguel de terras à agricultura, a garantia de lucro e, conseqüentemente, não investe na modernização da pecuária. Esses fatores contribuem para o acirramento da disputa por mercados entre a pecuária do Rio Grande do Sul e a que é realizada no centro do País.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 38) é importante ressaltar que:

na verdade, a lavoura empresarial deixa a propriedade da terra praticamente intacta, verificando-se apenas um rearranjo no uso do solo. Portanto, ao se expandir sobre áreas inseridas no interior do latifúndio, a lavoura empresarial beneficia o grande-proprietário rural, canalizando para ele, parte do excedente gerado.

O arrendamento se apresenta como forma de manutenção da renda para os latifundiários, que com o lucro advindo do aluguel da terra podem sustentar uma pecuária extensiva e pouco modernizada. Essa característica descapitalizada e decadente da pecuária rio-grandense é responsável pela perda gradativa de sua histórica representatividade econômica nas áreas onde sempre representou a base econômica. Tal fato torna-se evidente quando seus terrenos férteis surgem no mercado de terras para arrendar, possibilitando ao proprietário a valorização progressiva da terra e o aprofundamento da concentração fundiária.

Nesse contexto, salienta-se que os arrendamentos são responsáveis, muitas vezes, pelo processo de “despecuarização espacial”, que segundo Bezzi (1985, p.25) pode ser definido como:

a cessão de terras por parte do latifúndio pastoril à lavoura empresarial mecanizada sob a forma predominantemente temporária, concretizada na parceria e no arrendamento. Esse processo ocorre especialmente em áreas de economia ligada a criação de gado, e freqüentemente encontradas na Campanha Gaúcha.

Essa cessão de terras da pecuária à lavoura empresarial possibilita a reafirmação dos latifúndios nas zonas de campos do Rio Grande do Sul. Entretanto, essa concentração da terra não mais quer dizer concentração do uso, pois muitos são os latifúndios utilizados racionalmente pela lavoura de arroz e soja principalmente e, não somente pela pecuária extensiva.

A este respeito Rodrigues (2004, p. 44) assinala que:

o processo de despecuarização espacial acarretou o aumento de rês/ha, não ocasionando, entretanto, transformações na estrutura fundiária, pois a terra ainda continua com o grande e médio proprietário, evidenciando a concentração da terra, que permanece até a atualidade na Campanha Gaúcha.

A penetração do capital nas formas de produção do meio rural do Estado gaúcho vem desvinculando a propriedade da sua respectiva forma de exploração da terra. Assim, o avanço do capitalismo no campo transforma a estrutura do uso do solo, mantendo praticamente intocada a estrutura da propriedade. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, p. 1978).

Diante do exposto, a modernização capitalista do campo não acarretou o desaparecimento nem da grande nem da pequena propriedade no Rio Grande do Sul, onde ambas têm procurado formas de articulação com o sistema de acumulação dominante, na tentativa de evitar sua conseqüente marginalização.

Aliada aos fatores econômicos, a questão cultural se constitui em uma importante barreira de proteção aos latifúndios, pois nas áreas de concentração da propriedade, a terra ainda é sinônimo de poder econômico e político. Além disso, são fortes os elos do homem do campo com as lidas da pecuária extensiva.

Entretanto, a pecuária da forma que vem sendo desenvolvida, não consegue prover o pecuarista de recursos suficientes para garantir a manutenção de um nível de renda e de um padrão de qualidade com os quais estão acostumados.

Conforme Haesbaert (1988, p. 61) é relevante ressaltar que:

Ainda que se preserve e se imponha geograficamente, constituindo um espaço – reserva para a expansão da empresa rural capitalista - o latifúndio tem um papel, embora não dispensável, cada vez mais marginalizado, não apenas na economia do Estado como da própria Campanha.

As transformações que estão ocorrendo no uso dos latifúndios através do arrendamento para a lavoura empresarial, ainda são insuficientes para determinar uma mudança na estrutura fundiária, pois os arrendamentos aprofundam o caráter concentrador da terra.

1.4 Latifúndio: das sesmarias às transformações capitalistas no meio rural

A organização das propriedades privadas no território brasileiro teve início a partir de iniciativas da Coroa Portuguesa de ocupar o espaço conquistado e incentivar o desenvolvimento da agricultura, segmento econômico que enfrentava séria crise em Portugal. Dessa forma, foram distribuídas terras aos abastados da Coroa ou a militares que deveriam cultivá-las. Essas terras chamadas sesmarias tiveram o seu tamanho variado em todo o país, no norte superavam 20 ou até 50 léguas de extensão, enquanto no sul, geralmente, não excediam três léguas¹⁰.

Conforme Guimarães (1981, p. 43-44) a doação de sesmarias representou: “... para Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos (...). As leis cominavam penas aos proprietários que não mantivessem suas terras cultivadas”.

Nessa perspectiva, os pilares da antiga sociedade colonial brasileira se sustentaram nas grandes dimensões de terras – as sesmarias – que foram as células embrionárias da classe latifundiária brasileira.

A ocupação colonial brasileira foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores esses que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual centrou-se a ocupação do espaço rural nacional. (CARDIM; VIEIRA; VIÉGAS, 2005).

Os latifúndios se desenvolveram e prosperaram acompanhando os ciclos que comandaram a economia nacional (ciclo do açúcar, ciclo do café, ciclo do cacau e ciclo da pecuária), usufruindo os seus êxitos, mas sofrendo as penalidades das decadências de cada um desses ciclos.

Desse modo, ao longo da história existiram quatro tipos de latifúndios distribuídos pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Alagoas, que segundo Guimarães (1981, p. 226) foram: “latifúndio açucareiro, latifúndio cafeeiro, latifúndio cacauero e o latifúndio pecuário”.

¹⁰ Sobre a distribuição das sesmarias e suas características ver mais detalhes no Capítulo 1, sub-item 1.1.

Esses tipos de latifúndio justificam o seu histórico caráter monocultor, ou seja, sua produção destinou-se à exportação, por isso foi a base territorial dos principais produtos responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Brasil, mas também, foi determinante no retardamento da diversificação da produção primária brasileira e pela manutenção da estrutura concentradora da terra.

Assim, pode-se ressaltar que a evolução do sistema latifundiário contribuiu ativamente para o crescimento da pobreza da classe dos pequenos proprietários que constituem hoje, como no passado, uma corrente de luta pela distribuição justa da terra e dos meios de produção, representando a força responsável por consideráveis transformações no meio rural brasileiro.

O sistema latifundiário foi implantado sobre alicerces bastante sólidos por dispor de uma capacidade de resistência quase inesgotável. Entretanto, sua importância econômica entrou em decadência no século XX, a partir das crises que atingiram o café e, posteriormente a pecuária sulina.

É interessante resgatar Guimarães (1981, p. 157) quando enfatiza que:

A desintegração da estrutura latifundiária no Brasil teve início alguns decênios antes da extinção da escravatura, efetivada em 1888. Depois, do grande golpe que lhe foi desferido nesta data, sofreu um segundo abalo com a primeira superprodução cafeeira na década inicial do corrente século. Sua decomposição agravou-se ainda mais nos anos que se sucederam à guerra mundial de 1914-18 e passou à sua atual forma crônica ou permanente após os extensos e profundos efetivos da crise geral de 1929-33.

Ressalta-se que a estrutura latifundiária gaúcha enfrentou sérias crises ao longo dos séculos, mas manteve intocada sua característica principal – monopólio da terra – que nem mesmo o desenvolvimento da lavoura, com moldes empresariais, conseguiu alterar.

No entanto, com o surgimento da lavoura empresarial ocorreu uma desconcentração, em parte, da estrutura de uso da terra com os arrendamentos às culturas capitalistas. Dessa forma, a visão sobre o latifúndio vem se reestruturando, em virtude das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorrem na sociedade, pois o latifúndio não se associa mais, necessariamente, apenas ao tamanho excessivo da

propriedade na medida em que a função social da terra assume importância fundamental.

A bibliografia consagrou como conceito de latifúndio os grandes domínios privados no qual a oligarquia rural tradicional ostenta sua dominação política. (GRAZIANO NETO, 1981). Em Kautsky (1980) o latifúndio é comparado a uma grande propriedade territorial, constituída pela fusão de extensas áreas ou domínios.

Nesse contexto, para o entendimento dessa questão é necessário que se recorra a legislação agrária brasileira, seus princípios e sua operacionalização. Os termos da legislação agrária estão estabelecidos no Estatuto da Terra de 1964¹¹ e são utilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no cadastramento das propriedades rurais do país.

Tradicionalmente, para o cadastramento rural, o Estatuto da Terra (1964) determinou o módulo rural para cada município e estabeleceu índices regionais de rendimento das atividades agropecuárias.

Segundo o Estatuto da Terra (1964), a classificação das propriedades rurais considerava o módulo rural como unidade base, fixada conforme a região e o tipo de exploração. Mais uma vez conforme o Estatuto da terra (1964, p.15), módulo rural é: “todo o imóvel rural que, direta ou pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico (...)”.

Seria menos complexo se a definição do módulo rural não levasse em consideração apenas o tipo de exploração agropecuária predominante nas unidades territoriais, a área média das propriedades e, não tivesse tão dependente dos índices numéricos. Esses fatos comprometem a eficácia dos resultados, pois a unidade geográfica composta pelo município mascara a realidade, por não ser uma unidade homogênea do ponto vista econômico, podendo contar com uma diversidade produtiva suprimida nesta definição, pois a definição do módulo rural prioriza a produção primária predominante.

Além disso, o conceito de módulo rural desconsidera um fator importante na caracterização do meio rural que é a renda obtida nas atividades agropecuárias quando

¹¹ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

se conceitua um minifúndio, por exemplo, simplesmente como imóvel rural com área inferior ao módulo rural municipal, desconsiderando a renda de sua produção. (GRAZIANO NETO, 1981).

Graziano Neto (1981, p. 10) destaca que:

... quanto mais monocultor o município, mais correta é a classificação dos imóveis rurais. Entretanto, a diversificação está presente em grande parte das regiões agropecuárias e certas atividades na agricultura podem se realizar em área diminuta e serem econômicas, dependendo da tecnologia utilizada e dos preços relativos.

Dessa forma, considerando-se todos os fatores mencionados em relação ao módulo rural, o INCRA passou a utilizar nas suas classificações, o módulo fiscal¹². Segundo o INCRA (2005, p. 1), o módulo fiscal consiste em:

unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes critérios: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração dominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar.

A grande propriedade corresponde ao imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. Ressalta-se, portanto, que o imóvel rural para fins cadastrais define-se, de acordo com o Estatuto da Terra (1964, p. 15) como: “prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um único proprietário, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independentemente de sua localização”.

De acordo o Estatuto da Terra (1964, p.15) o latifúndio é “o imóvel que não cumpre com sua função social, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio com fins especulativos e, deve estar no intervalo de 1 a 15 módulos fiscais”..

Portanto, têm-se dois conceitos de latifúndio: latifúndio “por exploração” e latifúndio “por dimensão”. O primeiro deriva do não cumprimento da função social da terra, desde que não seja uma propriedade familiar. O segundo depende

exclusivamente do tamanho independente de cumprir ou não com a função social. (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Entretanto, na análise de imóvel com área aproveitável entre 1 e 15 módulos fiscais deve-se observar duas hipóteses: ou se trata de latifúndio “por exploração” ou de uma “empresa rural”. E, dessa forma, para se definir tais conceitos utiliza-se o cálculo baseado no Grau de Utilização da Terra (GUT) e no Grau de Eficiência na Exploração (GEE)¹³.

O GUT do imóvel é calculado dividindo-se a área efetivamente explorada pela área aproveitável total do imóvel. Se o resultado de tal relação for menor que 0,8 ou correspondendo a menos de 80% da área aproveitável total, a mesma não está sendo explorada adequadamente. Com essas características, pode-se dizer que se trata de um latifúndio “por exploração”. Caso o resultado seja superior a 0,8 a classificação do imóvel dependerá do GEE, que deverá ser igual ou superior a 1,0 para que seja classificado como empresa rural, caso contrário, continuará sendo latifúndio “por exploração”. (SILVA, 1981).

Como pode ser observado, o INCRA determina a distribuição do espaço fundiário entre os detentores da propriedade, enquanto, o IBGE, outra fonte distinta que alimenta os estudos referentes à estrutura fundiária, baseia-se nos estabelecimentos rurais como forma de verificar a distribuição dos produtores rurais no espaço rural brasileiro.

O IBGE realiza recenseamentos a cada 10 anos, com exceção da década de 1970, quando os recenseamentos realizavam-se em um intervalo temporal de cinco anos. Na classificação das propriedades rurais, o IBGE utiliza como critério a noção de estabelecimento rural e não a de imóvel rural como o INCRA.

O conceito de estabelecimento rural utilizado pelo IBGE para a classificação fundiária do território nacional se difere da propriedade rural, na medida em que, uma mesma propriedade pode estar dividida em vários estabelecimentos, ou um único estabelecimento abranger mais de uma propriedade. (FEE, 1978). De acordo com o

¹² O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

¹³ O GEE é obtido da seguinte forma: 1) divide-se a quantidade colhida de cada produto vegetal pelo respectivo índice de rendimento estabelecido pelo INCRA; 2) divide-se o número total de unidades animais do rebanho pelo índice de lotação animal estabelecido pelo INCRA; 3) O GEE é determinado

IBGE (1970) deve-se considerar estabelecimento rural, como: “todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes sujeito a uma única administração, onde se processe uma exploração agropecuária”.

Graziano Neto (19-- , p. 25) ao se referir à ociosidade das terras no Brasil cita um exemplo de duas décadas atrás, bastante elucidativo da problemática conceitual que cerca a classificação das propriedades rurais no País, destacando a discrepância dos dados coletados entre o INCRA e o IBGE: “O Censo Agropecuário de 1980, publicado em 1984 pelo IBGE, informa que 24,8 milhões de hectares de terras produtivas não são utilizadas; O INCRA mostra 185 milhões de hectares de área aproveitável não explorada”.

A divergência nos índices e nos critérios de identificação das propriedades ociosas no Brasil deixa grandes lacunas que exigem o seu questionamento, as quais se materializam no espaço, através de inúmeras invasões de terra comandadas pelo MST, ao longo de décadas em todo o país, pois tal fato associado à questão política retarda ainda mais a realização da reforma agrária brasileira.

Na busca de elucidar o conceito de latifúndio é indispensável resgatar Lopes (1981) e Guimarães (1981) os quais em suas obras abordam sobre as transformações do campo, apresentando uma forma de organização da produção e da propriedade da terra específicas.

No trabalho de Lopes (1981, p. 15) a estrutura fundiária não é definida a partir de um intervalo pré-estabelecido de áreas e, sim são destacados quatro tipos de unidades econômicas e suas respectivas formas e relações de produção para a classificação fundiária, que são: “o latifúndio, a unidade familiar, a unidade camponesa e a empresa agropecuária capitalista”.

Segundo a classificação de Lopes (1981, p. 17-21) destaca-se que:

o *latifúndio* se refere as grandes propriedades dedicadas a uma produção mercantil, voltada ao mercado interno ou externo (...); a *unidade familiar* caracteriza-se pelos pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, com uma atividade agrária mercantil realizada, fundamentalmente, pelo trabalho familiar (...); as *unidades camponesas* também são constituídas por pequenos proprietários, arrendatários ou posseiros, com sua produção destinada

pela divisão entre a soma dos resultados obtidos na forma dos itens anteriores e a área efetivamente utilizada, multiplicada por 100. (INCRA, 2005).

basicamente à subsistência e realizada com trabalho familiar (...) e, por último, as *empresas agropecuárias capitalistas* que se caracterizam por transformar a agricultura em uma atividade totalmente capitalista e especializada, regida pela lógica do capital (...).

Como se pode observar, na classificação de Lopes (1981), o autor não deixa claro o tamanho da área total dos imóveis em cada unidade, privilegiando o tipo de produção e as relações produtivas estabelecidas no interior das respectivas unidades rurais.

No entanto, para ressaltar a análise da estrutura fundiária da Microrregião Geográfica da Campanha Central, foram utilizados os dados dos censos agropecuários realizados pelo IBGE. Portanto, essa análise considerará os estabelecimentos rurais.

Como não existe uma classificação dos estabelecimentos rurais em pequenos, médios e grandes, utilizou-se como referência às dimensões estipuladas por Guimarães (1981). Segundo Guimarães (1981, p. 218-225) a classificação dos estabelecimentos rurais baseia-se na seguinte divisão: *pequena propriedade camponesa*, de 0 a 100 ha, englobando os camponeses pobres (menos de 20 ha), médios (20 até 50ha) e remediados (de 50 a 100ha); *propriedade capitalista típica*, que abrange os estabelecimentos de 100 até o limite de 500 ha, e o grupo de *propriedades latifundiárias* de área igual ou superior a 500 ha.

A diversidade entre essas três categorias de propriedades é apontada pelas suas características específicas, segundo Guimarães (1981). A propriedade camponesa é determinada pela exploração exclusiva ou principalmente à base do trabalho familiar e basta para proporcionar a subsistência da família. Desse modo, tem-se a propriedade camponesa delimitada pelas explorações de menos de 100 hectares.

A propriedade capitalista típica se distingue da propriedade camponesa, essencialmente, pelo predomínio das relações de trabalho assalariadas, pela sua maior capacidade de adaptação às modernas técnicas e modos de produção. Nessa categoria encontram-se as principais lavouras capitalistas situadas no intervalo compreendido entre 100 e 500 hectares.

No caso das propriedades latifundiárias, o conceito de latifúndio segundo Guimarães (1981, p.223-224), merece ser ressaltado, em virtude da sua importância na temática em questão:

Unidades agropecuárias por demais extensas, a partir de 500 hectares (...) a propriedade latifundiária é, portanto, aquelas cujas dimensões excedem a capacidade média de recursos de capital, nas condições brasileiras, de que dispõem os empresários; os quais, em vista disso, mantêm inexploradas ou incultas grandes parcelas do estabelecimento e, na melhor das hipóteses, arrendam, mediante pagamento em dinheiro ou em produtos.

Portanto, pelo aprofundamento teórico dos conceitos estabelecidos por Guimarães (1981), na medida em que além de caracterizar as propriedades rurais, explicita, também, a extensão compreendida por cada categoria, esses conceitos serviram de base para a análise da estrutura fundiária, especialmente do latifúndio na MRG em estudo.

Tendo em vista a diversidade conceitual a cerca do latifúndio, uma constatação sobre sua essência não pode ser negada, ou seja, o latifúndio está associado a uma grande extensão de terra, ociosa no todo ou em partes, predominando atividades agropecuárias extensivas e/ou monocultoras. Entretanto, diante de uma população crescente de trabalhadores rurais sem-terra e da necessidade econômica de se diversificar e capitalizar o maior número de produtores rurais, a realidade do sistema latifundiário se torna, cada vez mais, obsoleta e fora de propósito.

Todavia, mesmo diante de tal premissa o latifúndio não desapareceu e a concentração da propriedade da terra ainda é uma realidade na Microrregião Geográfica da Campanha Central, embora, no máximo as propriedades latifundiárias cedam áreas à penetração do capital através de monoculturas voltadas à exportação, pois não se desfazem de suas terras porque a propriedade privada de grandes extensões ainda representa valor no círculo dos proprietários rurais brasileiros.

A resistência da concentração da propriedade da terra se reflete no decorrer do tempo, pois mesmo com iniciativas de abertura da fronteira agrícola para novas frentes principalmente no Centro-Oeste e Norte do Brasil, que deveria representar o início de uma reforma agrária no país, não foi suficiente para desestruturar o latifúndio, pois as pequenas propriedades foram suprimidas pelas grandes com o desenvolvimento da economia, contribuindo para a disseminação do latifúndio para o interior do País.

O crescimento da fronteira agrícola para áreas desbravadas não foi acompanhado de um planejamento rural, contribuindo para a instalação de um sistema monopolizador da terra – os latifúndios. (GUIMARÃES, 1982).

Portanto, não ocorre a ruptura dos laços arcaicos do injusto sistema latifundiário, muito embora, nestas novas áreas, as grandes propriedades venham assumindo um caráter mais empreendedor e capitalista, agindo como empresas rurais, diferentemente do que ocorre com as grandes propriedades nas demais regiões brasileiras.

Silva (1981, p. 341) argumenta que:

O aumento dos índices de concentração da posse e da propriedade da terra no País nos anos setenta se devia à incorporação de grandes empreendimentos agropecuários nas regiões de expansão da fronteira agrícola (...) como as modificações internas ocorridas especialmente nos estados do Centro-Sul do País.

A concentração da terra no Brasil pode se materializar nos empreendimentos agropecuários, os quais representam as grandes propriedades com produção capitalizada e, nos latifúndios caracterizados pela ociosidade da terra ou por produções pouco rentáveis. Os empreendimentos agropecuários foram impulsionados através da transformação que ocorreu no campo com a presença acentuada do capital na forma de produção, além do incentivo dado pelo governo às culturas de exportação. Dessa forma, a produção das culturas capitalistas, voltadas ao mercado externo, exige a aplicação de capital. Esse, na maioria das vezes, não acessível aos pequenos proprietários e, até mesmo, dos grandes proprietários - fortemente ligados a modos ultrapassados de produção – privilegia a ação das empresas capitalistas, que em grandes áreas desenvolvem uma produção agropecuária moderna e capitalizada.

Os latifúndios, entendidos como grandes extensões de terras se caracterizam como extensas áreas não exploradas adequadamente, desenvolvendo na sua maior parte atividades agropecuárias tradicionais, com índices econômicos distantes dos obtidos com os empreendimentos capitalistas nas empresas rurais. Isso ocorre em consequência da resistência dos latifundiários em diversificar e modernizar sua produção. No entanto, muitas vezes, eles optam pelos arrendamentos como alternativa

de manutenção da renda, ao invés de tentar dinamizar seu modo produtivo, seja na agricultura ou na pecuária.

De acordo com Guimarães (1981, p. 163), o sistema latifundiário ainda se caracteriza como um sistema semicolonial e semifeudal, perdendo apenas a característica escravista dos seus caracteres originais, pois:

Embora não seja mais, como era, uma peça do mecanismo da metrópole, mantém-se como um apêndice das grandes potências industriais, para cujos mercados destina a quase totalidade de sua produção. E, apesar de não ser mais, como antes, um conjunto de senhorios autônomos, armados de todos os poderes de “governo”, conserva o mais forte vestígio da essência do medievalismo: o poder de coação extra-econômica, que lhe é conferido pela atual estrutura ultra-monopolizada da terra.

Nesse contexto, a definição de latifúndio no século XXI deve estar assentada na fundamentação de duas premissas básicas: a dimensão territorial da propriedade e a forma e tipo da atividade produtiva. Assim, é importante a delimitação específica das propriedades, ou seja, se são pequenas, médias ou grandes, como também, a forma de apropriação da terra. Tais premissas são essenciais no debate de uma redistribuição justa da terra, na medida em que nas grandes dimensões de terras podem estar sendo realizadas atividades agropecuárias de considerável retorno econômico, não só para os proprietários como para a sociedade em geral, a exemplo dos empreendimentos rurais realizados por grupos de empreendedores.

Não se pode deixar de considerar, no entanto, que extensas áreas de terras, podem também, estar servindo de base para o desenvolvimento de atividades econômicas de pouca rentabilidade; serem um espaço de reserva de valor agregado à terra, ou estarem ociosas, não cumprindo com sua função social.

Portanto, com as transformações socioeconômicas ocorridas, principalmente no século XX, o latifúndio não está mais ligado, essencialmente, ao desenvolvimento dos principais produtos da agropecuária nacional, como ocorreu anteriormente quando os principais produtos da economia brasileira se estruturaram nos latifúndios, como foi o caso do açúcar, do cacau, do café e da pecuária. Ressalta-se, também, que o latifúndio não é mais o principal receptor dos grandes investimentos capitalistas. Isso ocorre, sobretudo, pela perda de espaço sofrida em relação às empresas rurais.

Diante do exposto, a definição conceitual de latifúndio está, cada vez mais, associada à necessidade do cumprimento da função social da terra, pelo caráter secundário assumido pelas propriedades latifundiárias em função das produções pouco modernizadas e não direcionadas ao mercado externo, como ocorre com a pecuária praticada em algumas áreas do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, a realizada na MRG da Campanha Central, objeto de análise da presente pesquisa.

Dessa forma, os critérios para a caracterização da organização territorial do Rio Grande do Sul devem ser definidos considerando-se às mudanças que vêm ocorrendo na economia mundial que se refletem diretamente na organização dos espaços urbanos e rurais nacionais, para que sejam capazes de analisar com eficácia as atuais categorias fundiárias, pois se isso não ocorrer, nenhuma dinamização econômica e, até mesmo, nenhuma possível distribuição mais igualitária da terra ocorrerá ou será totalmente viável social e economicamente.

**AS DEFINIÇÕES TERRITORIAIS
DO RIO GRANDE DO SUL**

CAPÍTULO 2

AS DEFINIÇÕES TERRITORIAIS DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 O Rio Grande do Sul e as propostas de regionalização

As disparidades sociais, culturais e econômicas do Rio Grande do Sul tornam mais evidentes os debates sobre a questão regional. Essas diferenças sócio-espaciais são resultados do processo histórico de ocupação e povoamento do território gaúcho, individualizando duas áreas distintas: as zonas de campo (pecuária) e as zonas de matas (agricultura). No entanto, no decorrer do tempo, essas zonas sofreram redefinições territoriais, as quais originaram uma série de recortes espaciais baseados em distintas realidades regionais, que foram moldando o estado gaúcho.

Os elementos físico-naturais, principalmente o relevo, a vegetação e o solo, criaram paisagens naturais distintas no Estado gaúcho. Essas paisagens, cada qual com suas características peculiares, influíram na produção e reprodução do espaço, ou seja, na forma de ocupação e utilização das unidades territoriais pelo homem. (MOREIRA, 2003).

A penetração do capital representada, principalmente, pela técnica e pela informação, torna a organização espacial cada vez mais complexa, uma vez que a mesma não é incorporada de forma homogênea nos municípios gaúchos. Tal fato contribui para a diversidade e desigualdade espacial.

Segundo Bezzi (2004, p.12) salienta-se que:

a não-homogeneização de atores e forças, diferenciam os espaços, segundo as disponibilidades e combinações de condições de aplicação de capital, circulação de mercadorias, disponibilidade de mão-de-obra e desenvolvimento industrial, pois existem áreas bastante adequadas aos novos instrumentos espaciais em detrimento de outras, muitas vezes, dependentes e incapazes de dirigir a si própria.

Desse modo, as formas desiguais de apropriação espacial originam paisagens peculiares, integrantes da correspondente porção de espaço produzido ao longo da história. Essa diversidade na apropriação espacial torna a região – uma categoria de análise – que permite apreender como uma mesma forma de produzir ocorre em diversas partes do globo, reproduzindo-se de acordo com suas especificidades regionais. (SANTOS, 2004).

Nesse contexto, aborda-se um campo de pesquisa eminentemente geográfico – a análise regional – que procura destacar o caráter homogêneo ou heterogêneo de porções do território, na medida em que seu objeto de estudo assenta-se na organização de um espaço diferenciado, individualizado.

Segundo Juillard (1965, p.224) salienta-se que:

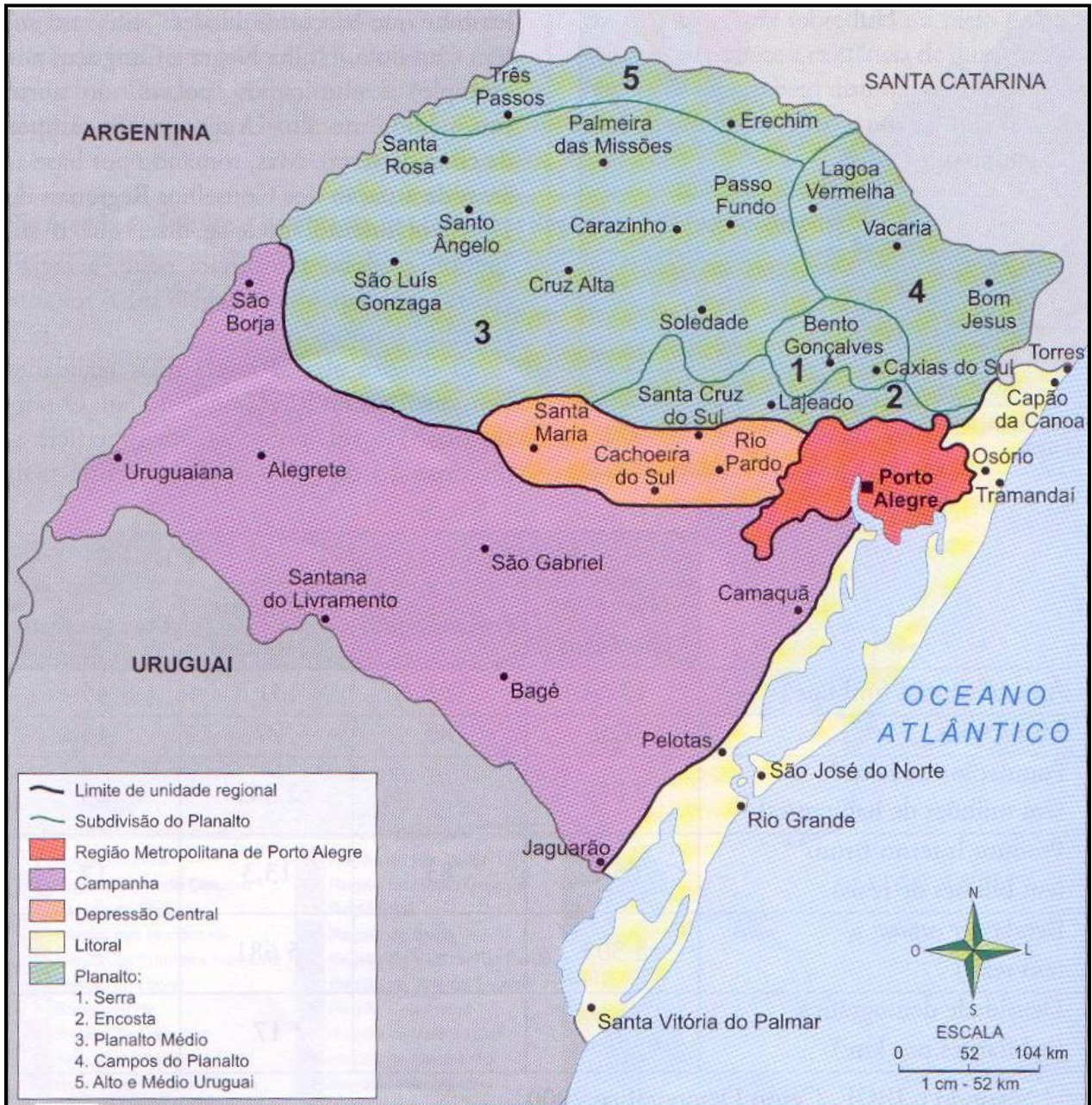
A síntese regional – já o havia dito Vidal de La Blache – é o remate final do trabalho do geógrafo, o único campo no qual ele se realiza plenamente. “Explicando” e “compreendendo” a lógica interna de um fragmento da crosta terrestre, o geógrafo revela uma individualidade, cuja réplica exata, não se encontrará em nenhum outro lugar.

Ao longo de décadas se processaram distintas divisões regionais baseadas, principalmente, na necessidade de planejamento e de ordenação das ações políticas que procuram diminuir as diversidades espaciais. Ainda de acordo com Juillard (1965, p. 231) a região: “é o último nível no qual se estruturam e se coordenam as diferentes forças que intervêm na vida econômica e social, antes do nível nacional”.

Assim, o território rio-grandense não é tão simples de ser dividido, pois a regionalização admite escalas, critérios e fins variados, do que resultam em diferentes propostas de divisão regional. Para o Rio Grande do Sul têm-se inúmeras divisões territoriais segundo critérios específicos, os quais resultaram em propostas de regionalização distintas. De acordo com Moreira (2003) são as seguintes: a divisão tradicional, a divisão administrativa (IBGE), as regiões de planejamento (COREDES), a divisão Norte e Sul e a regionalização geoeconômica do Rio Grande do Sul.

***A divisão tradicional:** ao se trabalhar com uma divisão espacial do Rio Grande do Sul, pode-se adotar uma regionalização mais tradicional, apoiada em critérios

combinados de homogeneidade física, histórica, cultural, demográfica e econômica. Assim, têm-se as seguintes regiões: Região Metropolitana de Porto Alegre, Planalto, Campanha, Depressão Central e Litoral. Entretanto, constata-se que tal divisão baseia-se, sobretudo, nas características naturais dos espaços e, por isso, pode ser facilmente discutida, principalmente no que concerne aos aspectos econômicos. (Mapa 2).



* **A divisão administrativa:** como ocorreu em todo o Brasil, o IBGE dividiu o Estado gaúcho em pequenas unidades territoriais, identificadas segundo critérios¹⁴ de homogeneidade física, humana ou econômica. Essas unidades foram denominadas *microrregiões geográficas (MRG)*, que no Estado são em número de trinta e cinco. Cada uma é constituída por um conjunto de municípios contíguos e com certa homogeneidade espacial. As microrregiões estão agrupadas em sete áreas de tamanho médio chamadas de *mesorregião geográfica*, que são: Noroeste Rio-Grandense, Nordeste Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Sudoeste Rio-Grandense e Sudeste Rio-Grandense. (Mapa 3).

* **As Regiões de Planejamento:** Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) foram criados com o objetivo de reunir representantes dos vários segmentos da sociedade – universidades, empresas, sindicatos – em órgãos colegiados encarregados de planejar investimentos e orientar o desenvolvimento na fração de espaço em que estão inseridos. Desse modo, o governo estadual promoveu a divisão do Rio Grande do Sul em vinte regiões. O critério para a delimitação dessas regiões foi a existência de problemas comuns a municípios vizinhos. (Mapa 4).

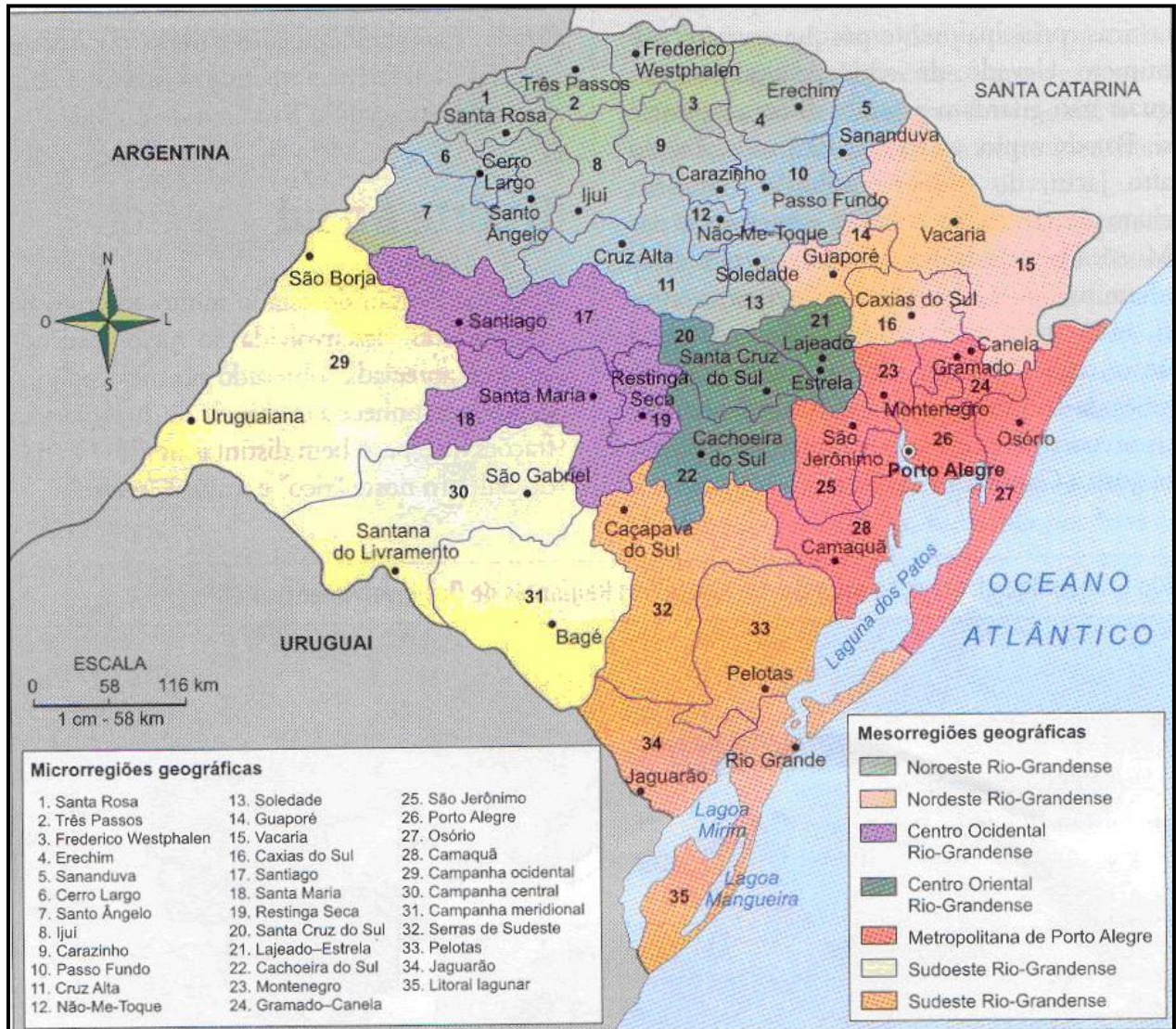
A regionalização dos Coredes tem como premissa norteadora o desenvolvimento socioeconômico, o qual deve ser pensado em escala local e regional, considerando as peculiaridades de cada recorte espacial e suas relações com os demais.

* **A divisão Norte e Sul:** pode-se reconhecer no Rio Grande do Sul a existência de duas grandes frações do espaço bem definidas: um norte *rico* e um sul *pobre*. Essa divisão, embora bastante generalizada, ocorreu por dois processos históricos-sociais diferentes, que levaram à configuração de duas grandes frações territoriais: O Sul (centrado na Campanha, Região Centro e o Sul) e o Norte (Planalto e o restante do Estado). (Mapa 5).

A referida regionalização acentua seu caráter generalizador, sobretudo, na fração Norte onde se tem, nitidamente individualizadas, duas sub-regiões: o Nordeste

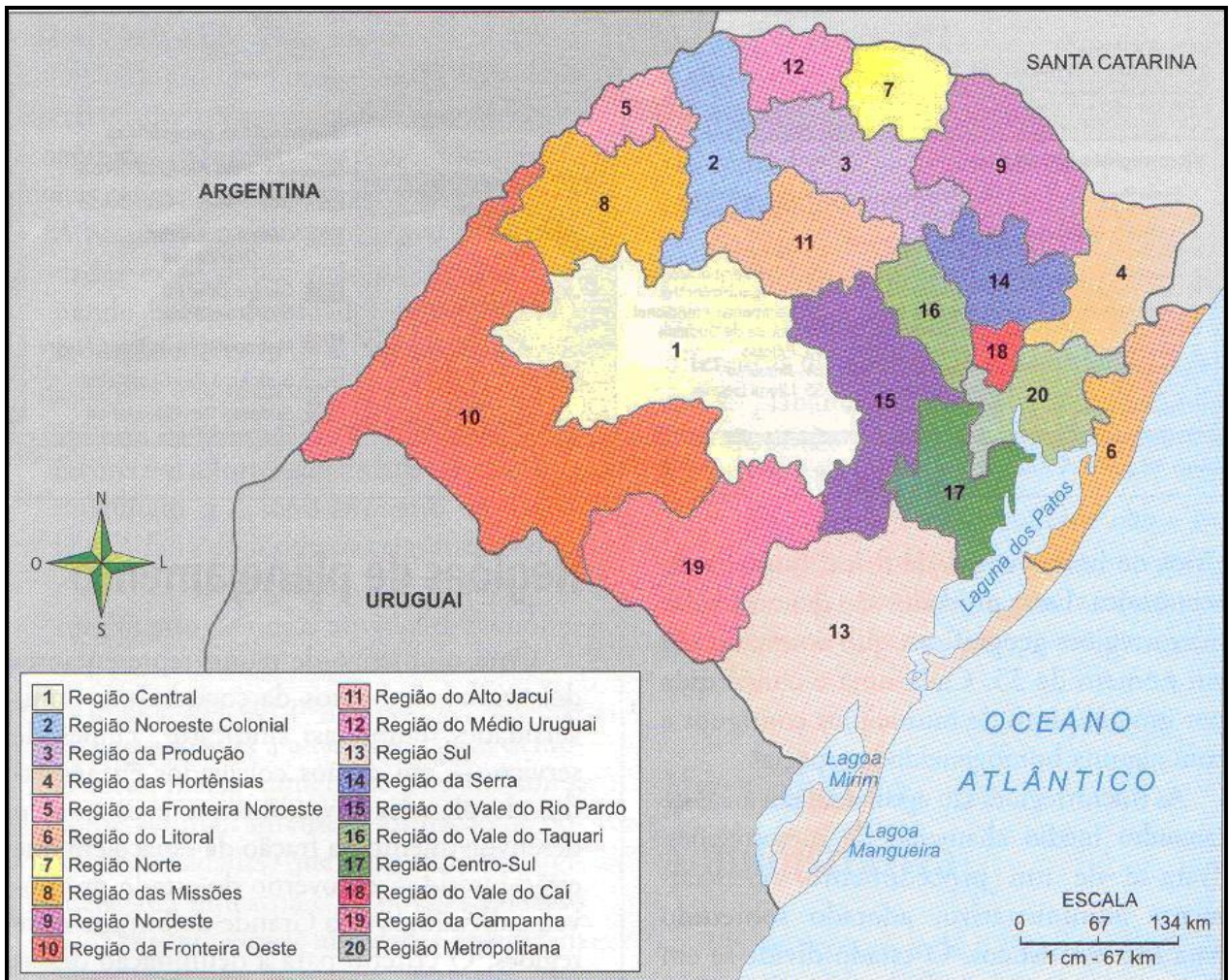
¹⁴ Os critérios da classificação das meso e das microrregiões serão abordados mais detalhadamente no sub-item 2.2, intitulado: **A Campanha Gaúcha no contexto regional.**

com as indústrias, comércio e prestação de serviços; e o Noroeste com a agricultura familiar voltada à produção de subsistência.



Mapa 3 - Mesorregiões e Microrregiões do Rio Grande do Sul
Fonte - Moreira, 2003.

* **A regionalização geoeconômica do Rio Grande do Sul:** o Estado gaúcho pode ser dividido em três macrorregiões geoeconômicas, ou seja, três grandes regiões caracterizadas principalmente pelos aspectos econômicos: *norte*, *nordeste* e *sul*. (MAGNOLI; MENEGOTTO; OLIVEIRA, 2001). (Mapa 6).



Mapa 4 - Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
 Fonte - Moreira, 2003.

Cada uma dessas macrorregiões passou por um processo histórico de ocupação e desenvolvimento econômico até chegarem à configuração espacial atual. Essa configuração é baseada na economia, na urbanização, e nas condições de vida da população.

Entretanto, todo processo de regionalização deve considerar o fato de que as regiões são organizadas pelos grupos humanos e, por isso, se comportam como sistemas abertos, pois nenhuma região é fechada para as influências e para as trocas com outras regiões ou sub-regiões.



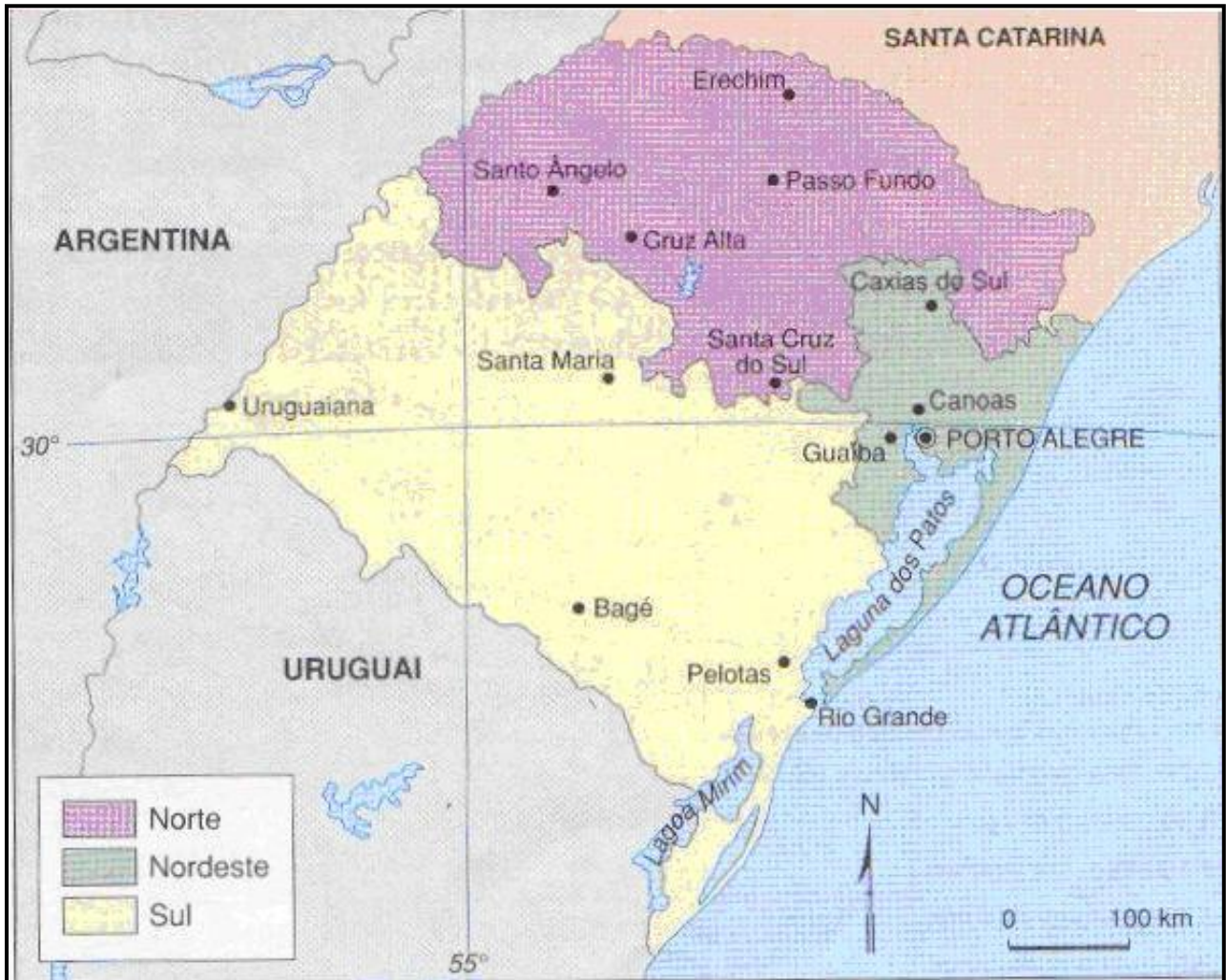
Mapa 5 - Rio Grande do Sul - Norte e Sul

Fonte - Moreira, 2003.

De acordo com Bezzi (2004, p.11) para entender a região hoje é necessário:

Vê-la como um “produto” de articulações que são engendradas constantemente no espaço. Essas conexões são resultantes dos fatores

hegemônicos e do Estado, que se manifestam com mais força em uma determinada porção da superfície terrestre. Essa “força” é resultante da presença da técnica, da informática, das comunicações, dos transportes, das indústrias, entre outros fatores, que se articulam e organizam e/ou desorganizam as distintas parcelas na superfície da Terra.



Mapa 6 - Regionalização Geoeconômica do Rio Grande do Sul
 Fonte - Magnoli; Oliveira; Menegotto, 2001.

Dessa forma, as regiões estão em constante intercâmbio de informações, além do que a cultura¹⁵ não obedece nem fronteiras geográficas nem critérios socioeconômicos e, assim, muitas vezes, é similar entre várias regiões, ou pode existir mais de um tipo de cultura em uma mesma unidade espacial. Conforme Dumolard (1982, p. 454): “ regionalizar consiste en encontrar, sobre la base de las estructuras

¹⁵ Entende-se por cultura: “no una etnia ou un origen racial comunes, sino estilos de vida, costumbres y formas de ser. (DUMOLARD, 1982, p. 457).

verticales, una relación entre lugares o un orden en el conjunto de las relaciones horizontales”.

Diante do exposto, regionalizar não deve ter por princípio o isolamento de recortes espaciais e, sim ter como objetivo central integrar funcionalmente as mais diversas porções de um território, de um estado ou de uma nação, buscando promover a dinamização econômica e o desenvolvimento social.

Portanto, procurou-se demonstrar algumas das regionalizações que podem ser feitas, visando promover estratégias de dinamização econômica das mais diversas porções do Rio Grande do Sul.

2.2 A Campanha Gaúcha no contexto regional

O Rio Grande do Sul foi primeiramente povoado por luso-portugueses que se fixaram na metade sul do território gaúcho, a fim de efetivar a posse das fronteiras, com os platinos, para os portugueses e, também, organizar a criação de gado, a qual se constituiria a base e a principal atividade econômica dessa porção do território gaúcho.

Essa fixação ocorreu através da doação de sesmarias que originaram as estâncias, as quais se caracterizaram como grandes propriedades exploradas com a criação extensiva de gado. As estâncias representavam o modo de vida do gaúcho através das atividades campeiras. É importante salientar que essas apresentavam uma estrutura social organizada através da hierarquia de classes sociais. A classe principal era formada pelos patrões-estancieiros e, na sua base, os peões e escravos, demonstrando uma nítida “luta de classes”, ou seja, a detentora dos meios de produção e a trabalhadora. Por muito tempo a estância foi o espaço de referência do gaúcho e podia ser confundido com todo o Rio Grande do Sul, pois segundo Haesbaert (1988, p. 83): “a estância configurava o verdadeiro símbolo geográfico do Rio Grande”.

Haesbaert (2005, p. 248) enfatiza que:

“o espaço do ‘gaúcho’ é, ao mesmo tempo, a base territorial concreta de sua reprodução (enquanto espaço de reprodução econômica e de controle político) e a referência simbólica ou, para alguns autores, a ‘territorialidade’ frente à qual pode ser construído e reconstruído um processo de identificação social”.

Destaca-se que o Rio Grande do Sul do século XVIII encontrava-se ocupado e com certa organização social apenas na porção oeste, ou seja, na Campanha Gaúcha, região caracterizada pelo predomínio dos campos e coxilhas, considerando uma classificação puramente física, ou seja, baseada nos aspectos naturais e desconsiderando outros critérios, como: a política, a economia e a cultura.

As colocações de Roche, 1966 (apud HAESBAERT) 1988, p.16, sobre a Campanha Gaúcha são um exemplo de uma classificação que considera, sobretudo os aspectos físicos:

a facilidade de comunicações, a abundância de águas, a relativa segurança das elevações do relevo, a riqueza garantida pela criação de gado fizeram dessa região natural a primeira 'região' do Rio Grande do Sul, região geográfica perfeitamente caracterizada, onde o gênero de vida dos homens coincide com os limites naturais da vegetação.

Nesse contexto, pode-se dizer que a Campanha Gaúcha¹⁶ foi à porção do território sul-rio-grandense que primeiramente foi ocupada, povoada, explorada e organizada em bases sociais, o que corrobora a premissa de que o Rio Grande do Sul se desenvolveu em bases latifundiárias e extensivas de criação de gado.

Entretanto, em meados do século XIX o espaço gaúcho tem as suas demais porções ocupadas pela imigração européia, não portuguesa, que através dos alemães e dos italianos ocuparam as zonas de matas do Rio Grande do Sul e introduziram a policultura de subsistência em unidades familiares.

Dessa forma, estrutura-se, no espaço gaúcho, uma dicotomia, pois de um lado, tem-se o setor econômico baseado nos latifúndios, desenvolvendo a criação de gado e, de outro, as pequenas propriedades que introduziram e desenvolveram a agricultura. Assim, outras áreas do Rio Grande do Sul passam a ser ocupadas, diversificando a produção e também os costumes e os gêneros de vida da população.

Isso só foi possível através da presença dos imigrantes que deram início as transformações do espaço rural do Rio Grande do Sul com o desenvolvimento das

¹⁶ A Campanha Gaúcha além de sua importância histórica no processo de apropriação do espaço gaúcho, sempre apresentou um forte valor simbólico, pois segundo Silva (1963, p. 01) “nenhuma outra paisagem faz vibrar tanto as mais recônditas fibras do coração gaúcho quanto o nome da Campanha”.

atividades agrícolas em face de uma economia primária predominantemente alicerçada na pecuária extensiva.

Contudo, a presença dos agricultores, sobretudo na metade norte do Estado não representou ameaça à soberania e à hegemonia dos latifúndios e da pecuária, tanto no campo econômico quanto político e, por isso, a Campanha continuou sendo a área mais importante do Estado gaúcho.

A valorização das atividades campeiras e dos costumes dos estancieiros, porém, só se acentuam quando se vêem defrontados com a penetração do capital tecnológico e modernizante, através da lavoura empresarial em áreas de predomínio da atividade criatória, a partir da primeira metade do século XX, e por isso se ecentuam as manifestações de reafirmação dos costumes estancieiros.

Conforme Haesbaert (1988, p. 78) é importante destacar que: "... à medida que fossem destruídas as formas tradicionais de vivência do gauchismo, via incorporação pelo 'padrão global' capitalista, haveria uma reafirmação da diferença, exarcebada pela necessidade de resistir aos novos modelos culturais".

Nesse sentido, para reforçar os elementos culturais, sociais, econômicos e políticos representados pelo grande estancieiro e pecuarista, resgata-se a identidade regional, muitas vezes, enraizada na cultura popular incorporada ao modo de vida das classes sociais dominantes. Ainda segundo Haesbaert (1988, p. 79) o termo gaúcho se refere: "ao índio ou mestiço com espanhóis e portugueses, o changador livre (...) que nos primórdios da colonização era o único indivíduo conhecido como gaúcho".

Portanto, a figura do gaúcho da Campanha Gaúcha, muitas vezes, confundida como a identidade de todo o indivíduo habitante do Rio Grande do Sul, tem suas origens e costumes herdados de índios e espanhóis, que deram a base sociocultural para o povo gaúcho.

Segundo Heidrich (2000, p.49) sobre a temática da identidade regional e pelo fato de ser tão fortemente relacionada às classes dominantes destaca-se que: "tanto há a necessidade da criação do consenso por parte de uma elite, como há a aceitação de um sentimento de pertença por uma determinada comunidade".

A presença marcante da herança cultural trazida pelos imigrantes e a perda relativa de poder por parte dos grandes estancieiros reforçam o apego aos signos culturais emanados da vida campeira, através do regionalismo.

Para Haesbaert (1988, p.26) regionalismo seria:

"um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural".

O regionalismo justifica-se pela construção de uma regionalidade que particulariza sua inserção no âmbito nacional. Além disso, sua coesão interna necessita dos seguintes aspectos: de um lado, precisa de valores simbólicos e da dissimulação de suas diferenças internas e, por outro, deve apresentar-se diante da nação como força integrada para ter participação na vida política regional e nacional. (Heidrich, 2000).

Nas colocações de Markusen (1981, p. 65) regionalismo se conceitua como:

[...] a adoção de uma reivindicação territorial por um grupo social [...] ou regional. É um fenômeno social, sobre o qual se pode fazer algumas considerações teóricas e dotá-lo de um significado abstrato [...] ou ainda [...] regional. Pode também se referir à dinâmica social objetiva, que causa diferenças territoriais em formações sociais.

A retomada de um discurso político, cada vez mais carregado de regionalismos, determina o fortalecimento do tradicionalismo, sobretudo a partir de 1940. O tradicionalismo se reforça a partir da criação dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)¹⁷, pelo estado, que tinham como fim principal impor uma identidade arraigada na cultura regionalista, para fortalecer a hegemonia das classes dominantes. Esses centros de tradições reproduzem o modo de vida das classes estancieiras, através da

¹⁷ A entidade pioneira surgiu em 24 de abril de 1948, o "35 CTG", e serviu de modelo para todas as demais criadas a partir daí. Essas entidades apresentam como principal finalidade reviver e recriar os costumes do campo. (FONSECA, 1994).

hierarquia – patrão, capataz e peão-, das vestimentas e dos demais signos culturais, revivendo as estâncias gaúchas.

Fonseca (1994, p. 68) define que as funções dos Centros de Tradições Gaúchas cristalizam-se em: “difundir a ideologia do latifúndio e de sua classe proprietária, e contribuir para a obtenção do consenso que impedirá o surgimento de qualquer movimento perturbador da ordem estabelecida e do ‘status quo’”.

Dessa forma, ao fortalecer o tradicionalismo, a classe dominante, assegura o monopólio da terra aos latifundiários e abre um novo mercado, através do comércio da produção musical e dos artigos gauchescos.

Nesse sentido, é interessante ressaltar Haesbaert (1988, p. 83) quando o autor enfatiza que:

A resistência dos últimos estancieiros tradicionais, avesso ao uso agrícola e à divisão da grande propriedade, responsável em parte pela manutenção da estrutura fundiária, vê-se agora paradoxalmente fortalecida diante da própria revalorização das “coisas gaúchas”, difundida de tal forma que seu núcleo original, a estância, continua cultuada como o verdadeiro símbolo geográfico do Rio Grande.

Essa afirmação ideológica da cultura regionalista enfatiza a existência do gaúcho a partir de um indivíduo que – use bombachas, tome chimarrão, crie gado e conserve grandes extensões de terra. Conforme Haesbaert (2005, p. 249) pode-se afirmar que: “o gaúcho mais típico estaria ligado à vida da estância e aos ideais de ‘liberdade’ e ‘autonomia’ impregnados na vida dos criadores de gado”.

A identidade gaúcha também pode ser retratada nas músicas tradicionalistas com a rápida difusão dos encontros de músicas nativistas que se espalham por todo o Estado e não apenas na Campanha Gaúcha. A música se constitui em um forte signo cultural e este se faz presente, cada vez mais, nos festivais musicais que revivem e enfatizam o campo¹⁸.

Os festivais musicais difundiram-se pelo Estado a partir do início dos anos 70, em decorrência da expansão musical de caráter regionalista. Ao final dos anos 90 eram

¹⁸ Em dois municípios da MRG da Campanha Central - São Gabriel e Rosário do Sul – ocorrem os seguintes festivais: Estância da Canção Gaúcha (no mês de outubro em São Gabriel) e Gauderiada da Canção Nativa (no mês de janeiro em Rosário do Sul).

quase 50 festivais que ocorriam no Rio Grande do Sul, os quais distribuíam-se por vários pontos de seu território. (HAESBAERT, 2005).

Outras festas campeiras que seguem esta linha regionalista são os rodeios, que na prática idealizam a estância como representação espacial dos gaúchos, monopolizando a propriedade fundiária e consolidando a expropriação das famílias sem terra. Semelhante aos festivais musicais e as festas campeiras, outro signo cultural bastante significativo que sublinha o gênero de vida campestre e estancieiro é a dança que através de seus festivais se expande pelo espaço sul-rio-grandense.

Dessa forma, a representação da figura do gaúcho com suas expressões campeiras, envolvendo hábitos, vestimentas, músicas e a construção de um tipo social livre e bravo, serviu de modelo para grupos étnicos distintos, o que indica que essa representação une os habitantes do Estado em contraposição ao resto do País. (FONSECA, 1994).

As características socioculturais que embasaram a constituição da identidade cultural do povo gaúcho fizeram da Campanha Gaúcha, a região mais importante do Estado. Assiste-se ao avanço de novos traços culturais, que aliado aos aspectos políticos e as mudanças econômicas, denotam reorganizações espaciais nessa região, como foi com a introdução da lavoura empresarial, e, mais recentemente, com a fruticultura e o florestamento.

Atualmente, a hegemonia do latifúndio e da pecuária extensiva é desafiada pelos movimentos sociais de luta pela terra¹⁹, que ao penetrarem em áreas marcadas pela presença acentuada de propriedades latifundiárias, pressionam a desestruturação das bases históricas e socioeconômicas da Campanha, pautadas no conservadorismo. Essa ameaça se concretiza no conflito que se estabelece entre os latifundiários e os sem-terras. Estes lutam pela divisão e desapropriação de grandes propriedades improdutivas ou sub-aproveitadas e reivindicam a reforma agrária.

A Campanha Gaúcha historicamente caracterizada pelas grandes propriedades e pela pecuária extensiva encontra-se, neste novo século, influenciada por novos agentes espaciais. Por um lado - agricultores e fruticultores - que realizam sua

¹⁹ A presença do MST na Microrregião em estudo será abordada mais detalhadamente no Capítulo 3. No que diz respeito à reforma agrária não será analisada com o rigor que esta temática merece por não ser objetivo da presente pesquisa adentrar neste campo de discussão político-ideológica.

produção em áreas arrendadas dos latifúndios (agricultura) e em pequenas propriedades (frutas) e, de outro, os assentados que em cooperativas desenvolvem atividades primárias em unidades familiares.

A identidade gaúcha tem sido um dos alicerces sobre os quais os modelos conservadores de produção, pautados em grandes extensões de terra e em uma atividade criatória extensiva, vêm se afirmando e resistindo às ações transformadoras das atuais conjunturas econômicas regionais e nacionais, as quais dinamizam a cadeia produtiva, na Microrregião, através das políticas de incentivo a rizicultura, a sojicultura e a produção frutífera (uva e cítricos, principalmente).

Porém, em termos econômicos, a unidade histórica desapareceu cedendo espaço para a diversidade econômica, pois atividades pecuaristas-extensivas (até então hegemônicas como atividade econômica) se desenvolvem lado a lado com a agricultura capitalista.

Embora, segundo Fonseca (1994, p. 63) a identidade gaúcha ainda se confunda com os signos culturais do “gaúcho da Campanha”, pois:

a identidade que define o Rio Grande do Sul para o restante do País, alicerça-se nas características sócio-culturais da Campanha, que são tomadas como referência para todo o Estado gaúcho, indiferentes à circunstância de que hoje essa região ocupa uma posição de retaguarda a nível econômico, tendo perdido sua hegemonia demográfica e, conseqüentemente, o predomínio político.

Dessa forma, em face dessa diversidade cultural o IBGE (2005), em sua última divisão regional do Brasil – Mesorregiões e Microrregiões – dividiu a Campanha Gaúcha, denominando-a de Mesorregião Geográfica Sudoeste do Rio Grande do Sul e dividindo-a em três microrregiões: MRG da Campanha Ocidental, MRG da Campanha Central e MRG da Campanha Meridional.

Para o IBGE (2005) mesorregiões são consideradas áreas individualizadas de uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelo processo social, pelo quadro natural e pela rede de comunicação e de lugares.

Assim, cada mesorregião responde por uma identidade regional relacionada ao padrão de acumulação capitalista e ao nível de participação no modelo de produção

vigente. Enquanto algumas áreas sofreram grandes mudanças e avanços socioeconômicos, outras se mantiveram estáveis ou apresentam problemas socioeconômicos acentuados. Além disso, em determinadas áreas, as condições do quadro natural ainda orientam as formas de ocupação e exploração e, em outras, os elementos estruturadores do espaço são o consumo e a produção industrial.

Já as microrregiões são definidas pelo IBGE (2005) como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura da produção (agropecuária, indústria e extrativismo mineral ou pesca).

De acordo com o IBGE (2005) essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos naturais ou de relações sociais e econômicas particulares, como por exemplo, respectivamente, as serras úmidas nas áreas sertanejas, ou em relação a presença dominante da mão-de-obra não remunerada numa área de estrutura social capitalista.

A Mesorregião Geográfica Sudoeste do Rio Grande do Sul (a qual abrange as três Microrregiões Geográficas da Campanha) apesar da marcante presença da agropecuária e da concentração da propriedade apresenta especificidades quanto à forma de produção, relações comerciais e, até mesmo, elevados índices de pequena propriedade nos Municípios que a compõem. Dessa forma, essas especificidades acabam configurando as três microrregiões geográficas.

No que se refere a Microrregião Geográfica da Campanha Central, esta se difere das demais pelas características do setor agropecuário (arroz, soja e pecuária extensiva), pelo número considerável de pequenas propriedades que se reproduzem lado a lado com as grandes propriedades e pelo desenvolvimento da fruticultura que se evidencia nesse recorte espacial.

Portanto, a realidade socioeconômica da Mesorregião se divide em três realidades singulares, porém não independentes entre si, pois a organização dos espaços ainda é orientada pela identidade regional, baseada nas relações extensivas de produção a qual permite a concentração da terra e a manutenção dos latifúndios. Entretanto, o arrendamento e a presença da agricultura vieram a flexibilizar essa estrutura através do arroz e da soja.

2.3 Políticas Públicas e o desenvolvimento do setor rural do Rio Grande do Sul

A formação histórico-social do Rio Grande do Sul caracteriza-se pela sua intensa ligação com a atividade agropecuária. De início floresceu a atividade pastoril, quando a carne e seus derivados constituíam expoentes na estrutura econômica gaúcha. Posteriormente, a atividade rural do Rio Grande do Sul permitiu a penetração da agricultura de subsistência, com a chegada dos imigrantes europeus – alemães e italianos – principalmente.

Assim, delineou-se uma formação econômico-social bastante particular, que caracterizou o Estado gaúcho em relação aos demais estados do território nacional e, além disso, tornou-o muito dependente das iniciativas público-governamentais voltadas para o setor rural.

Historicamente, a dependência do setor rural às políticas agrárias foi responsável por uma série de acontecimentos, que marcaram a economia gaúcha no século XX. Cita-se, como exemplo, a decadência das charqueadas e o fechamento das unidades frigoríficas, vítimas da concorrência dos produtos estrangeiros e da falta de amparo governamental. Nesse contexto, o segmento pecuarista assumiu papel secundário no cenário econômico do Rio Grande do Sul, cedendo espaço para outras atividades como a agricultura e a indústria.

As transformações pelas quais passou e passa a economia, não só do Rio Grande do Sul, mas também, de todo o país, está diretamente atrelada às decisões e atitudes dos governantes, que se constituem em agentes responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, as quais buscam atender as necessidades dos setores econômicos e sociais da sociedade. Salienta-se, também, a dependência e vulnerabilidade da economia brasileira às conjunturas internacionais, o que a torna mais dependente do planejamento e das políticas públicas, sobretudo, das ações voltadas ao setor agropecuário.

As medidas de políticas agrárias se referem, essencialmente, às ações de políticas públicas que tem como finalidade aumentar o acesso a terra e viabilizar os pequenos produtores rurais. Tais ações buscam romper com a estrutura fundiária

concentradora e com os mecanismos de pobreza do mundo rural. (CARVALHO FILHO, 2001).

A presença de uma política agrícola frágil foi responsável, no Rio Grande do Sul, por conjunturas econômicas distintas em diferentes governos. Essas também foram influenciadas pela economia externa. Essa organização das políticas públicas se reflete no setor rural, privilegiando incentivos ora à pecuária ora à agricultura de grãos para o abastecimento interno ou externo. Nesse sentido, a soja é um bom exemplo, pois, sua produção teve grande impulso com o pacote de exportações do País e através do modelo agrícola agroexportador vigente. Assim, cada vez mais, o destino do campo e, conseqüentemente, das pessoas que vivem ou dependem deste, liga-se aos cenários políticos municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

Entretanto, do ponto de vista da intervenção do Estado na agropecuária, dois tipos de política devem ser destacados, segundo Delgado (2001, p. 20): a política macroeconômica e a política setorial²⁰.

A política macroeconômica atua em escala nacional, controlando a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários, e o nível geral de preços. Para Delgado (2001, p. 158) é importante ter clareza que: “a política macroeconômica pode neutralizar ou inviabilizar o funcionamento das políticas voltadas para a agricultura, assim como pode conter uma política agrícola implícita, independentemente da existência ou não de uma política explícita a nível nacional”.

No que concerne a política setorial, Delgado (2001) enfatiza que esta refere-se a um tipo de política econômica formulada para influenciar o comportamento de um setor específico da economia. Em relação à agricultura, menciona-se três tipos de política setorial: a agrícola (atua nas políticas de mercado e nas conjunturas estruturais); a agrária (intervem na estrutura da propriedade e na posse da terra); e a política de desenvolvimento rural (políticas dirigidas aos segmentos empobrecidos do setor primário, como o campesinato, os pequenos proprietários e os excluídos).

Nesse sentido, Delgado (2001) ressalta que as políticas agrícolas foram adotadas para organizar e dinamizar a agropecuária brasileira, considerando as

²⁰ Sobre estes dois tipos de política consultar Delgado (2001).

conjunturas macroeconômicas e setoriais, através da regulação dos mercados agrícolas, garantia de preço e renda, e estímulo à produção doméstica.

As primeiras políticas agrícolas desenvolvidas no Brasil tinham como finalidade atender as necessidades de tornar os produtos agropecuários mais competitivos no mercado. Desse modo, as medidas tomadas foram a diminuição das tarifas tributárias e a criação dos colégios agrícolas, visando ao aumento da produtividade dos agricultores.

Entretanto, o mais antigo dos tributos criado pelo governo com a finalidade de ser fonte de recursos para o Estado, foi o imposto sobre a terra – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)²¹ – que no início do século XX tem sua arrecadação declinada, resultando em recursos insignificantes para os objetivos do governo. (GASQUES, 2001).

Destaca-se também que a cobrança do ITR continuou e, a partir da década de 60, assumiu uma nova função e um objetivo extrafiscal, ou seja, passa a atuar como instrumento capaz de promover uma mudança na estrutura concentrada da posse e uso da terra no Brasil, pois o cálculo do ITR²² estaria baseado no tamanho da propriedade, da sua exploração econômica e da sua função social. (SABBATO, 2001).

Esses critérios foram definidos com o intuito de propiciar uma reforma agrária pacífica (sem invasões) ou o uso racional e sustentável das propriedades rurais, que se obedecessem a tais critérios pagariam, conseqüentemente, um valor menor do imposto sobre a terra. Entretanto, na prática essa política não se concretizou, pois muitos estados brasileiros tiveram e têm sérios conflitos no campo causados por invasões de terra.

De acordo com Sabbato (2001, p. 170) o ITR apresenta três principais vantagens em relação ao imposto sobre a produção ou exportação agrícola cobrado anteriormente ao imposto sobre a propriedade, que são: 1) se o imposto sobre a terra é baseado na renda monetária potencial de uma dada propriedade em condições normais, ele tem efeitos mínimos de desincentivos; 2) facilita a taxação do setor agrícola doméstico na

²¹ O ITR incide sobre a propriedade. O domínio útil ou a posse do imóvel por natureza, como definido no Código Civil, localizado fora da zona urbana do município. Do produto de arrecadação, incluindo-se as multas, juros e a correção monetária, a União transfere 50% aos municípios onde se localizam os imóveis. (GASQUES, 2001).

medida em que é menos regressivo que impostos pessoais e, 3) se a base tributária varia pouco, o imposto sobre a terra não desencoraja investimentos em benfeitorias, procurando desestimular a ociosidade das terras.

O ITR, efetivado como imposto pela Constituição Federal de 1924, era de competência exclusiva dos Estados, entretanto, a cobrança desse imposto ficou a cargo dos municípios pela Emenda Constitucional 5, de 21/11/1961.

Posteriormente, a Emenda Constitucional, de 10/11/1964, transferiu o ITR para o âmbito da União, permanecendo até hoje sob sua responsabilidade, sendo sua administração realizada pelo INCRA, até abril de 1990, a partir desta data, foi transferida para a Secretaria da Receita Federal. (SABBATO, 2001).

Porém, as mudanças das competências e administração do imposto territorial não provocaram alterações nas suas finalidades iniciais, principalmente no que se refere a sua função extrafiscal de combate à concentração das propriedades e à manutenção de propriedades improdutivas.

No decorrer do tempo, ITR modificou-se na tentativa de se tornar oficialmente um instrumento com fins extrafiscais eficiente e ligado especialmente à capacidade de estimular alternativas para a organização equilibrada da estrutura fundiária nacional. Porém, o imposto sobre a terra não atingiu o êxito esperado, uma vez que o território nacional apresenta uma estrutura fundiária heterogênea, tanto no tamanho das propriedades quanto na vocação da produção.

Portanto, pode-se afirmar que dois objetivos principais do ITR – arrecadação de dividendos para o Estado e a reforma agrária pacífica – não foram cumpridos na íntegra. No que diz respeito ao valor do ITR sempre atuou um protecionismo tributário exercido e mantido pelas pressões dos grandes proprietários rurais, categoria bem representada na elite da política brasileira, contra o aumento dos impostos. Além disso, a ineficácia do cadastramento das propriedades, provocada pela falta de uma clareza conceitual quanto aos módulos rural e fiscal e, quanto às propriedades produtivas e improdutivas, foi outro aspecto negativo para sua eficiência.

²² A fórmula do ITR é $ITR = VTNt \times Alíquota$, em que: VTNt é o valor da terra nua tributável; Alíquota varia em função direta da área total e inversa do grau de utilização (GU) do imóvel. (SABBATO, 2001, p. 185).

Essa crise conceitual se justifica, sobretudo, pela extensão territorial do país, que resulta em diversas realidades regionais, suscitando a adequação dos conceitos e das medidas fiscais à diversidade socioeconômica nacional. Acredita-se que, enquanto essas falhas existirem, o caminho para fraudes e injustiças sociais estará aberto.

Conforme Sabato (2001, p.189) as principais razões para o não funcionamento efetivo do imposto são:

a alíquota efetiva do ITR sempre foi muito baixa; 2) a base de cálculo do imposto, o VTN, foi enormemente subestimada em relação aos preços verificados no mercado de terras; 3) a progressividade do imposto, função inversa da utilização e produtividade do imóvel rural, não foi suficiente para desestimular a sua ociosidade e, 4) verificou-se um alto grau de evasão e sonegação do ITR, em virtude da ausência de uma efetiva fiscalização e de não punição dos infratores.

Dessa forma, a tributação da terra agrícola exige, cada vez mais, uma revisão conceitual de suas bases de cálculo e uma fiscalização descentralizada, isto é, partindo do governo federal, estadual e municipal, para que se tenha uma atuação justa e eficaz deste imposto.

A partir de 1965, surge um novo instrumento da política agrícola brasileira, que foi o crédito rural subsidiado. Essa política de crédito foi viabilizada por um panorama de liquidez no mercado internacional e no sistema monetário nacional, o que contribuiu para a implementação de uma política creditícia expansionista. (DELGADO, 2001).

Porém, a expansão do crédito rural como política agrícola sofreu uma retração devido à elevação das taxas de juros internas causadas pela aceleração da inflação na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80.

Nesse sentido, atitudes deveriam ser tomadas para ajustar a economia que levou o governo a reduzir a oferta de crédito rural, além de manter altas as taxas de juros. Tais medidas tiveram reflexo direto na produção agrícola.

Segundo Delgado (2001, p. 43) a repercussão das taxas de juros pode afetar significativamente o setor agropecuário de duas formas: “Pode fazê-lo diretamente através do grau de importância do crédito rural no financiamento do custeio e do investimento agrícolas. Pode fazê-lo, também, indiretamente, pois a taxa de juros

influencia a formação dos rebanhos e a manutenção de estoques de produtos agropecuários”.

Pode-se dizer então que o crédito rural representou um dos vetores da modernização agropecuária nacional, pois cumpriu papel determinante na transformação técnica dos estabelecimentos agrícolas e contribuiu para o aumento da produtividade. Essa política ativa voltada ao campo foi operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)²³, que foi representada pelo Bacen, Banco do Brasil, Bancos Regionais de Desenvolvimento, Bancos Estaduais e Privados, Caixa Econômica, Cooperativas e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural. (LEITE, 2001).

Nesse contexto, Belik; Paulillo (2001, p. 97) enfatizam que:

O crédito rural foi o vetor da modernização no Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos, articulou-se toda uma cadeia de atividades (...) Em torno do crédito rural gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas a agroindustrialização das matérias-primas do campo.

De acordo com Leite (2001), a política de crédito rural pode ser dividida em dois períodos, após a sua criação: de 1965 a 1985 e de 1986 a 1997.

O intervalo compreendido entre 1965 a 1985 caracterizou-se por um período de relativa expansão creditícia e de condições de repasse aos beneficiários. Nota-se, também, a presença significativa do Tesouro Nacional como fonte de recursos e a atuação do Banco do Brasil como agente intermediário.

Já no segundo período (1986-1997), observa-se a redução da participação do Tesouro Nacional no financiamento do programa. Portanto, verifica-se a criação de novos instrumentos fomentadores de financiamentos como a poupança rural e a emissão de títulos privados.

De acordo com Gasques; Conceição (2001, p.100) é importante destacar que:

²³ O SNCR foi criado, através da Lei 4.829 (05/11/1965), e regulamentada pelo Decreto 58.380 (10/05/1966). Este sistema oferece garantia aos agentes financiadores através da **securitização** (Lei n. 9138, 30/11/1995) que significa novas condições de quitação de dívidas que, por ventura possam existir, decorrentes dos empréstimos dos produtores rurais junto ao SNCR, garantidas pela União. (VILLA VERDE, 2001)

Nos últimos anos houve mudanças profundas na forma de atuação do governo no crédito rural. (...) A realidade imposta pela necessidade de controle dos gastos públicos, em decorrência da política fiscal, e o esforço de modernização do Estado foram determinantes para que se fizessem alterações substanciais no padrão de atuação governamental.

Para contornar o escasseamento das fontes originárias de recursos para financiar o crédito rural, foram criadas outras medidas pelo governo federal a partir de 1989, como os Depósitos Especiais Remunerados (DER), o Depósito Interfinanceiro Rural (DIR), o Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e o Fundo de Commodities.

Mais recentemente, surgem outras fontes de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT²⁴ e do Fundo Extra-Mercado - FAE²⁵. Os recursos do FAT foram destinados para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) – Rural e para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No caso do FAE, a captação dá-se sobre as disponibilidades das entidades da administração federal indireta e as Fundações da União. (LEITE, 2001).

Entretanto, o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) constituem-se ainda hoje, em dois importantes agentes financeiros, responsáveis pelo repasse de recursos aos produtores rurais e agroindustriais. O Banco do Brasil contribuiu significativamente para sustentar o nível de produção e produtividade do setor agropecuário, principalmente através da poupança rural.

Dessa forma, o Banco do Brasil, como instituição financeira, destina 70% dos seus recursos ao setor rural, beneficiando os produtores rurais e as cooperativas. As principais modalidades de financiamento destinam-se para a comercialização, armazenamento, embalagem e compra antecipada de produtos. Além disso, o Banco do Brasil oferece linhas de crédito voltadas ao plantio; melhoramento de imóveis rurais; aquisição de animais, máquinas e veículos destinados às atividades agrícolas; projetos de irrigação, uso racional da água e incorporação de terras. (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2001).

Os recursos utilizados pelo Banco do Brasil para financiar as linhas de crédito rural são captados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT e os tetos de juros são

²⁴ Lei 7.998, de 11/01/1990.

²⁵ Resolução 2.108, de 12/09/1994.

controlados pelo Governo, através da possibilidade desses juros serem inferiores aos cobrados pelo Mercado Financeiro, como forma de incentivar a produção agropecuária.

O BNDES conhecido por atuar no financiamento ao setor industrial contribuiu com a agropecuária nacional, com a criação da linha exclusiva – o Finame-Agrícola – voltada para a aquisição de máquinas e equipamentos. Dessa forma, o BNDES estaria contribuindo, indiretamente com a indústria de equipamentos agrícolas.

Nesse sentido, em decorrência da dependência crescente da agricultura à indústria, pela necessidade de máquinas agrícolas em virtude da modernização da agricultura, se assiste à penetração dos interesses não-agrários nas medidas de captação de recursos ao setor rural.

Esses interesses não-agrários se materializam nos convênios de financiamento e na partilha dos riscos de negócios entre os atores financeiros – o BNDES e os bancos de fabricantes de máquinas agrícolas (John Deere e New Holland)-. Pode-se dizer então que, o espaço de financiamento agropecuário nacional foi ocupado por agentes que impõem os seus interesses em troca das facilidades de aquisição de equipamentos colocadas para os agricultores. (BELIK ; PAULILLO, 2001).

A introdução dessas novas cadeias econômicas é consequência da fragilidade e aparente desorganização dos grupos e organizações de interesses agropecuários como os sindicatos rurais e as cooperativas, que perdem, cada vez mais, representação no campo das decisões das políticas e das medidas com finalidades agrárias.

No final da década de 90, as políticas agrícolas, além de escassas, estavam direcionadas à agricultura de baixa renda, através de programas especiais, como o PRONAF e o PROGER. Desse modo, o segmento agroindustrial se aproxima, rapidamente, ao setor privado de financiamento.

Outros dois exemplos dessa aproximação foram a Cédula do Produtor Rural (CPR) e o Contrato de Investimento Coletivo (CIC). A CPR, criada em 1994, significou um avanço na venda antecipada de parte ou de toda a produção, em qualquer de suas fases, de cada um dos agricultores. Esse instrumento de crédito baseava-se no histórico do produtor e, não apenas nas garantias oferecidas aos bancos. Conforme Belik; Paulillo (2001, p. 109):” a CPR é um instrumento privado de financiamento, que pode ser emitida por um agricultor, cooperativa ou associação, significa uma obrigação

de entrega do produto rural na quantidade e qualidade especificadas”. No caso do CIC é uma espécie de mistura entre crédito de investimento e comercialização, caracterizando, portanto, outra modalidade de instrumento privado.

O quadro, a seguir, apresenta de forma esquemática as principais fontes alternativas de financiamento ao setor agropecuário brasileiro na década de 90. Como pode ser observado, os recursos destinados à agropecuária brasileira, paulatinamente, passam da esfera pública para a privada, disfarçando a ineficácia das iniciativas políticas públicas voltadas ao setor rural. (Quadro 1).

Paralelo a isso, tem-se a atuação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) adotada pelo Governo federal em outubro de 1991, como medida integrante do Plano de Safra 1991/1992.

A PGPM, introduzida pelo governo, teve seus principais objetivos assentados no intuito de evitar grandes oscilações nos preços dos principais produtos agrícolas.

Assim, garante uma renda mínima ao produtor, diminuindo os riscos decorrentes das quedas acentuadas dos preços, provocadas pela política cambial, pela política externa e pelas condições climáticas (como estiagens prolongadas ou enchentes). (VILLA VERDE, 2001). Nesse contexto, adoção da PGPM buscou, sobretudo, defender a renda do setor agrícola e interferir na fixação dos preços nos mercados internos.

Os preços mínimos tornaram-se a moeda de troca do produtor que necessita de crédito, ou seja, os seus níveis são fixados no Plano de Safra, que define o quanto da produção financiada pelo custeio deve ser destinada ao pagamento de tal custeio. (REZENDE, 2001).

Entretanto, com o Plano Safra 1995/1996 a matriz agrícola sofreu uma reforma com a desindexação da política de garantia dos preços mínimos e do crédito rural. Desse modo, novos instrumentos de garantia de preços foram criados – Contrato de Opção de Venda²⁶ e Prêmio de Escoamento do Produto – que reduzem os gastos do governo e são considerados mais consistentes em uma política econômica aberta.

²⁶ O Contrato de Opção de Venda é emitido pela CONAB, negociado em bolsa de mercadorias, e que tem por finalidade garantir ao agricultor um preço, previamente estabelecido, para o objeto da negociação. (VILLA VERDE, 2001, p. 326).

Em relação ao Prêmio de Escoamento do Produto, infere-se que este tem por objetivo viabilizar o escoamento da produção de regiões com excedente de safra para centros consumidores ou processadores. (VILLA VERDE, 2001). Para Rezende (2001, p. 305), enfatiza que os novos instrumentos creditícios fomentam: “o desenvolvimento de mecanismos privados de financiamento da comercialização agrícola e retiram a garantia que os bancos antes tinham na concessão do crédito de custeio, forçando o agente financeiro a selecionar melhor o tomador”.

Durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas agrárias não sofreram grandes alterações. No que se refere às políticas de reforma agrária, foi criado o Banco da Terra que representou uma nova fonte de financiamento com recursos do Banco Mundial.

Entretanto, a criação do Banco da Terra não representou uma medida eficaz de reforma agrária, pois o governo de Fernando Henrique Cardoso marcou-se pelo aumento dos conflitos no campo, com a ocorrência de grandes e sangrentos massacres, como: Corumbiara (RO), Eldorado dos Carajás (PA) e Pontal do Paranapanema (MG).

O Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 organizado dentro dos ideais do governo de Luis Inácio Lula da Silva pretende trazer avanços em duas frentes: aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e comercialização com a criação de novos mecanismos de financiamentos para o agronegócio brasileiro.

As diretrizes deste Plano consistem em: (a) permitir novos aumentos da produção e exportação (...); (b) ampliar as oportunidades de inclusão social (...); (c) (...) investir na produção e melhoria da infra-estrutura no meio rural e, (d) atrair novos investidores para a agropecuária e para o agronegócio. (BANCO DO BRASIL, 2005).

O agronegócio brasileiro pode contar com metas agrícolas bastantes significativas, como: a oferta de programas de financiamentos para o custeio e para a comercialização da produção, mas sofre com a falta de amparo governamental no que concerne à política de preço pago às safras agrícolas. Como exemplo, tem-se o que ocorreu com a safra de arroz/2005, que apresentou um preço da saca de arroz muito inferior ao gasto pelo produtor na produção.

Instrumento	Funcionamento	Beneficiários
Compra antecipada	Instrumento articulado pela agroindústria que se financia no exterior ou através de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs), repassando os recursos para os agricultores com a compra antecipada da produção.	Soja, milho, café e algodão.
Cédula do Produtor Rural	Títulos emitidos pelos produtores ou cooperativas, negociado em bolsa ou bilateralmente, garantindo recursos antecipados para o custeio.	Arroz, milho, café, leite, cana-de-açúcar, álcool, boi gordo.
Finame Agrícola	Operado pelo BNDES proporciona financiamento para o investimento em máquinas agrícolas e instalações. Fundo originalmente utilizado na indústria foi estendido à agricultura e regulamentado para empréstimos às pessoas físicas a partir de 1995.	Cana-de-açúcar, grãos em geral.
Contrato de Investimento Coletivo	Captação de recursos junto a um grupo de investidores que participam dos lucros advindos da engorda de gado e das eventuais valorizações ou desvalorizações das cotações do produto.	Bovinos, suínos e aves.
Pregões Eletrônicos	Lançado em 1999, esse instrumento opera através da internet e com uma corretora. Procura aproximar produtores de consumidores. O seu papel é o de estabelecer contatos diretos entre compradores e	Todos os produtos padronizados, principalmente arroz.

	vendedores.	
--	-------------	--

Quadro 1 - Brasil: Fontes alternativas de financiamento ao setor agropecuário brasileiro.

Fonte - Transformações da agricultura e políticas públicas, 2001.

Org. - Belik; Paulillo, 2001.

Dessa forma, a comercialização da safra enfrentou sérias dificuldades que acabaram provocando a descapitalização de muitos agricultores e, interferindo negativamente na produção de um grão fundamental para o setor primário, principalmente do Rio Grande do Sul.

A política agrícola do período de 2005/2006 está ancorada nas diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário 2005-06, o qual prevê um crescimento de 12,4% sobre o volume de recursos programado ao crédito rural para a safra 2004-2005. Já os recursos destinados para financiar os investimentos no setor rural também crescerão, devendo atingir um índice 4,2% superior ao programado para a safra 2004-2005. O governo federal pretende, com o Plano Agrícola e Pecuário, valorizar os investimentos em projetos de adequação ambiental e sanitária e em projetos de agregação de valor a produtos agropecuários. (BANCO DO BRASIL, 2005).

Ainda segundo o Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006, alguns programas de financiamento sofrerão ajustes, como a elevação do índice de crédito e inclusão de outros itens no rol dos financiamentos, como: MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras); PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária); PROPFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas); MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais); PRODEAGRO (Programa de Desenvolvimento do Agronegócio); PRODEFRUTA (Programa de Desenvolvimento da Fruticultura) e o FINAME AGRÍCOLA ESPECIAL. (BANCO DO BRASIL, 2005).

Entretanto, a sociedade rural se reúne para reivindicar direitos e melhores condições para realizarem suas atividades agropecuárias, materializando dois

movimentos sociais, cooperativismo e a sindicalização do homem rural. A organização dos atores sociais do campo ocorre, inicialmente, para dinamizar a produção dos produtos agropecuários e abrir novos mercados para comercialização. Essa mobilização se intensifica diante da consolidação do capitalismo e da livre concorrência, uma vez que, principalmente, os pequenos produtores não estavam preparados para suportar esta nova realidade econômica²⁷.

No caso das cooperativas, Tambara (1983, p. 56) destaca que a expansão do sucesso cooperativista se explica por: "...agregar a agricultura gaúcha ao modelo agrícola proposto pelo governo federal. Isto aconteceu na medida em que o cooperativismo viabilizava um sistema baseado na introdução de insumos agrícolas sofisticados no crédito subsidiado e na monocultura".

Atualmente, as cooperativas apresentam uma administração, cada vez mais, burocratizada e qualificada. Além disso, a atuação das cooperativas tem se voltado basicamente à monocultura capitalista, principalmente, do arroz, do trigo e da soja, da qual são responsáveis por todas as etapas produtivas, desde os insumos para a produção até a industrialização e comercialização.

Entretanto, já no início do século XX um novo modelo de associação dos produtores rurais se instala no Rio Grande do Sul, não apenas com a finalidade de atuar na produção e comercialização agrícolas, mas também, nos interesses políticos, sociais e econômicos de classes específicas, destacando-se a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL).

A sindicalização classista teve início com a FARSUL, criada em 1909, dissolvida em 1923 e reestruturada em 1927. A FARSUL defende, até hoje, os interesses dos grandes proprietários, constituindo-se em uma força bastante atuante contra modificações substanciais na estrutura fundiária do Estado.

Salienta-se, porém, que a sindicalização dos agricultores sem-terra, através do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)²⁸, deve ser destacado, pelo menos substancialmente, pelo fato de representarem a classe dos pequenos proprietários,

²⁷ Ressalta-se, porém, que neste trabalho será enfatizado os movimentos sociais que foram relevantes para os grandes proprietários, contemplando, desta forma, os objetivos da pesquisa que voltam-se para a análise do sistema latifundiário.

reivindicatórios de uma reforma agrária e da melhoria das condições de produção e comercialização de seus produtos, espacializada na MRG da Campanha Central através dos assentamentos organizados pelo governo, principalmente em Santana do Livramento e pelos movimentos de pressão realizados pelo MST, que pressionam as desapropriações em fazendas consideradas por este Movimento como improdutivas ou ociosas, sobretudo em São Gabriel.

Dessa forma, o MST tem o principal objetivo de intensificar as medidas que visem promover uma justa e racional reforma agrária. Esse movimento político-social que busca a reforma agrária teve origem, principalmente, na década de 70, em oposição à reforma agrária que vinha sendo realizada e que priorizava a colonização de terras devolutas, com o objetivo de exportação de excedentes populacionais para o interior despovoado do País, buscando uma integração estratégica do território nacional.

O MST surgiu com a ocupação da fazenda Nonoai no Rio Grande do Sul, resultado da expulsão dos camponeses que haviam invadido uma reserva indígena, na localidade conhecida como Encruzilhada Natalino. Em 1984, o Movimento passa a se organizar de maneira nacional, com atividades que consistem em ocupar terras improdutivas, como forma de pressão pela reforma agrária e, reivindicar empréstimos e ajuda para a pequena produção primária.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-terra cresceu, não somente no Estado como em todo o país, resultado do aumento acentuado do processo de expulsão do homem do campo que não conseguiu acompanhar a mecanização e capitalização da agricultura, tornando-se vítimas, principalmente, os pequenos produtores. A ação do MST no Estado não se restringiu apenas à porção Norte, as grandes propriedades da Mesorregião que abrange as microrregiões da Campanha Gaúcha, também se tornaram alvos desse Movimento.

Dessa forma, esses movimentos de pressão pela terra, em especial os que ocorreram no MRG da Campanha Central (principalmente em São Gabriel) vieram a reforçar as ações da FARSUL em prol do direito da propriedade privada e revisão dos

²⁸ As informações sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais foram retiradas do site [http:// www.mst.com.br/histórico](http://www.mst.com.br/histórico).

critérios de avaliação da produtividade das propriedades rurais, utilizados pelo Incra. Já no município de Santana do Livramento, os assentamentos de famílias de sem-terra, ocorreram de forma pacífica, o que possibilitou uma melhor aceitação dessa realidade por parte do setor político e da população em geral.

Nesse contexto, acabam materializando no espaço rural da Campanha Central o embate entre os sem-terra e os latifundiários, colocando em debate o direito da propriedade privada e as formas de se realizar uma distribuição mais justa da terra. Esse debate se justifica diante de uma realidade socioeconômica dicotômica, tendo de um lado as ideologias oligárquicas tradicionais e, de outro, os ideais radicais da pressão pela reforma agrária.

Portanto, em um sistema econômico capitalista e globalizado, o setor agropecuário, para assegurar os mercados nacionais e internacionais, garantindo sua competitividade, necessita de iniciativas governamentais que visem auxiliar e, até mesmo, subsidiar etapas importantes da produção, como: assistência técnica e sanitária para o plantio e colheita da produção agrícola, bem como à pecuária e, sobretudo, à comercialização da produção agropecuária em geral. Ressalta-se também, que esses investimentos devem equalizar as ações direcionadas aos pequenos e aos grandes produtores agropecuários.

A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA

DA MRG DA CAMPANHA CENTRAL

CAPÍTULO 3

A ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOENÔMICA DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL

3.1 Formação espacial da MRG da Campanha Central

A evolução municipal do Rio Grande do Sul teve início a partir de quatro povoações: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, que foram estabelecidos como vilas de São Pedro pela Real Resolução de 27 de abril de 1809. (LA SALVIA ; MARODIN, 1976).

Entretanto, a configuração municipal do Estado esteve atrelada ao processo de povoamento desse imenso território, pois primeiramente, formaram-se os municípios das áreas de campo, povoados por luso-brasileiros, e somente a partir do processo de colonização, as áreas de matas do Rio Grande do Sul tiveram a fundação dos primeiros municípios.

De acordo com La Salvia; Marodin (1976, p. 10), é importante destacar que:

O povoamento condicionado pelas zonas agrícolas de matas densamente ocupadas e pelas áreas de campo, esparsamente povoadas, estabeleceu características específicas que individualizaram de modo significativo a paisagem rio-grandense e influíram definitivamente na configuração político-administrativa do Rio Grande do sul.

Dessa forma, a atividade econômica desenvolvida nas zonas de campo do Estado, baseada na pecuária extensiva, contribuiu para a formação de poucos e esparsos municípios, porém com grandes dimensões territoriais, onde predomina a criação de gado, em moldes extensivos, que necessita de grandes áreas para se expandir. Também a histórica concessão de terras (sesmarias) que marcou essa zona

do Rio Grande do Sul, explica a extensão territorial desses municípios e a baixa densidade demográfica, atrelada à atividade pastoril predominante.

Atualmente, a malha municipal que corresponde às zonas campestres, já apresenta um número bastante significativo de municípios, resultantes de sucessivas divisões territoriais pelas quais o Rio Grande do Sul passou no decorrer do tempo. Entretanto, o tamanho dos mesmos contrasta diretamente com a organização espacial da Metade Norte gaúcha, na qual o número de municípios é bem maior, embora, o tamanho desses corresponda, muitas vezes, ao de um distrito dos municípios da Metade Sul do Estado. Tal fato se justifica, pela forma como se processou a colonização européia no Rio Grande do Sul, baseada nos pequenos lotes destinados aos colonos pelo governo brasileiro, nos quais desenvolveram a agricultura.

Portanto, a atividade agrícola necessitava de intercâmbio comercial mais intensivo com outras áreas, o que acabou forçando a criação de vários núcleos populacionais, que posteriormente, tornaram-se municípios.

Nesse contexto, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul tem sua organização espacial configurada a partir de uma estrutura organizada e baseada na origem étnica e econômica do processo de ocupação e povoamento dessa porção do território nacional. Esse fato pode ser observado, no que se refere à densa malha municipal da Metade Norte do Estado, a qual se contrapõe a esparsa divisão municipal da Metade Sul do Estado gaúcho.

Essa estrutura dicotômica tem sua gênese na organização político-administrativa do território gaúcho, pois o mesmo contava com quatro municípios em 1809, dezesseis em 1841, cento e doze em 1954, duzentos e trinta e dois em 1965. (LA SALVIA; MARODIN, 1976). Em 1997 o Estado passou a apresentar uma malha municipal com quatrocentas e noventa e seis unidades administrativas.

Essa evolução administrativa se explica pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento das atividades econômicas que tornaram necessário a criação de municípios para viabilizar intercâmbios comerciais e, principalmente, o desenvolvimento socioeconômico das vilas e freguesias que ao se tornarem municípios, assumem soberania política e administrativa e, podem promover estratégias e alternativas com a finalidade de buscar o seu próprio desenvolvimento socioeconômico.

Os municípios que compõem a Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Estado originaram-se, primeiramente, de Rio Pardo (município mãe), que com a evolução administrativa do Estado sofreu inúmeros desmembramentos.

A configuração espacial assentada em grandes extensões, característica fundamental das zonas de campo do Rio Grande do Sul é perfeitamente visualizada na MRG da Campanha Central, na medida em que os municípios que a compõem apresentaram e continuam registrando extensas áreas territoriais, que encontram justificativas pela concentração da terra alicerçada nas grandes estâncias, presentes nesses municípios desde a sua constituição.

Costa (1922) em seu livro “O Rio Grande do Sul” de importância incomensurável para o estudo sobre a evolução e a história socioeconômica dos municípios do Rio Grande do Sul traz dados importantes sobre o tamanho das estâncias nas áreas campestres. Destacam-se, sobretudo, as informações referentes aos municípios da MRG em estudo.

As estâncias apresentavam extensões territoriais que podiam atingir de 50 quadras (Rosário do Sul) a 70 quadras de sesmarias (Santana do Livramento). Porém, vale ressaltar que essas estâncias pertenciam a apenas duas famílias. Assim, podia-se encontrar, por exemplo, 112 quadras de sesmarias nas mãos de um único proprietário em Santana do Livramento, no início do século passado, o que demonstra a expressiva concentração da terra e também justifica a área total bastante extensa dos municípios que pertencem a essa zona do Estado caracterizada, historicamente, pelo monopólio da terra. (COSTA, 1922).

Os municípios da MRG da Campanha Central apresentaram, no decorrer das décadas, pouca alteração na sua área total desde a emancipação. Tal fato ratifica a expressiva extensão territorial dos municípios dessa Microrregião. Destaca-se, também, que São Gabriel aumentou sua dimensão territorial, juntamente com Rosário do Sul. Assim, mesmo diante das divisões territoriais pelas quais o Rio Grande do Sul passou e, que conseqüentemente, originaram uma densa malha municipal da Metade Norte do Estado, os municípios da Campanha Central continuaram com suas grandes extensões, embora tenham sofrido desmembramentos e emancipações de alguns de seus distritos. (Tabela 1).

Porém, as novas definições territoriais provocadas pelas emancipações não foram suficientes para descaracterizar a organização político-administrativa da Microrregião Geográfica da Campanha Central, construída, historicamente, a partir das sesmarias, isto é, de grandes extensões territoriais, exploradas economicamente com a pecuária e, mais recentemente, com a cultura comercial do arroz.

Tabela 1 - Evolução Administrativa da MRG da Campanha Central

Municípios	Ano de emancipação	Município de origem	Área (Km²)	Área atual (Km²)*
São Gabriel	1846	Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul e São Borja	6.150	6.950
Santana do Livramento	1857	Alegrete	6.920	5.020
Rosário do Sul	1876	Alegrete e São Gabriel	4.350	4.370
Santa Margarida do Sul	1996	São Gabriel	956,1	956,1

Fonte: FEE, 1984; *IBGE, 2005
Org.: Rodrigues, A. 2005

Portanto, as transformações provocadas em nível político e econômico ainda não foram suficientes para suprimir totalmente as contribuições do processo histórico de ocupação, povoamento e colonização do Rio Grande do Sul, pelo menos no que concerne a evolução municipal do território gaúcho.

3.2 O comportamento do espaço rural da MRG da Campanha Central

A MRG da Campanha Central está inserida na porção sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul no qual o espaço rural organiza-se através do setor primário tendo

na pecuária extensiva e na lavoura empresarial sua sustentação econômica. Nessa porção do território gaúcho, os municípios têm sua economia centrada na produção primária alicerçada na criação de gado bovino e ovino e na agricultura capitalista – arroz e soja - principalmente.

Essa realidade rural que cerca os municípios da MRG da Campanha Central teve origem no processo histórico de ocupação do Estado, com o gado deixado pelos jesuítas e pela distribuição de sesmarias, materializada nos latifúndios, que resistiram as transformações que ocorrem no cenário econômico nacional. No entanto, na atualidade, assiste a presença de novos atores econômicos, que possivelmente, venham a consolidar mudanças econômicas e sociais significativas.

O setor pecuarista da MRG em análise assenta-se nos rebanhos bovinos e ovinos de criação extensiva, em grandes e médias propriedades. O rebanho bovino destina-se basicamente para o corte, enquanto, o rebanho ovino para corte e lã. (Tabela 2).

O rebanho bovino predomina em todos os municípios da MRG da Campanha Central com sua produção destinada à pecuária de corte, destacando-se o município de Santana do Livramento, onde o rebanho atinge mais de seiscentas mil cabeças, segundo dados do IBGE (2005).

O predomínio da pecuária bovina na Campanha Central pode ser explicado pelo fato dessa área do Estado gaúcho, juntamente com a MRG da Campanha Ocidental e a Meridional, ter sido ocupada e povoada por sesmeiros que se instalaram na Campanha Gaúcha, com a finalidade de fixar fronteiras e racionalizar a criação de gado que se encontrava xucro e solto pelos campos do Rio Grande do Sul.

O índice do rebanho bovino na MRG em estudo tem praticamente se mantido, com pequenas oscilações, com exceção do município de Santa Margarida do Sul, onde o decréscimo corresponde a mais de 50% do rebanho total. Entretanto, houve uma diminuição mais acentuada entre as décadas de 1980 e 1990, devido, sobretudo a penetração da lavoura de soja e que juntamente com a lavoura de arroz, consolidou a lavoura empresarial realizada em terras arrendadas da pecuária. Tal afirmação fundamenta-se no fato de que ao ceder terras ao desenvolvimento da lavoura

empresarial, reduz a área destinada á pecuária, e, por isso, muitas vezes, precisa se desfazer de partes do seu rebanho, principalmente em médias propriedades.

Tabela 2 – O rebanho bovino na MRG da Campanha Central

MUNICÍPIOS	BOVINOS (cabeças/município)			
	1980	1990	2000	2004
São Gabriel	509 948	465 200	422 735	411 840
Santana do Livramento	556 575	436 879	554 548	540 000
Rosário do Sul	364 816	340 419	334 096	353 000
Santa Margarida do Sul	-	-	62 505	27 730

Fonte: Trabalho de campo, 2005

Org.: Rodrigues, A. 2005

Além disso, a ausência de medidas políticas voltadas ao setor pecuarista, o baixo preço pago nas relações comerciais de venda da carne, a retração do mercado externo e a concorrência de mercados internos são causas eminentes da retração do rebanho bovino da MRG em estudo. No entanto, em Rosário do Sul, o índice do rebanho de gado bovino cresceu no período compreendido entre 2000 e 2004, resultando de iniciativas isoladas de aumento da comercialização da carne bovina.

Com relação ao rebanho ovino, esse também se destaca em Santana do Livramento, pois o município apresenta mais de 400 mil cabeças. Salienta-se, também, que a ovinocultura praticada em Santana do Livramento se difere dos demais municípios da MRG, pela sua grande produção de lã, a qual já foi mais significativa pela presença do lanífero Albarnoz e da Cooperativa Santanense de lã.

Entretanto, com a substituição da lã pelas fibras sintéticas, a produção de lã cedeu espaço para a produção de carne ovina, não só em Santana do Livramento como também nos demais municípios da MRG em questão. Ainda em decorrência da substituição da lã pelos tecidos sintéticos, tem-se a redução do rebanho ovino em toda a MRG, embora em Santana do Livramento, essa diminuição tenha sido bem menor, devido à continuidade do funcionamento de alguns laníferos no município.

Nos demais municípios da MRG o rebanho ovino destina-se, quase que exclusivamente, a comercialização da carne, que por não ser consumida com os mesmos índices da carne bovina e apresentar um preço maior, apresenta redução nos índices deste rebanho. (Tabela 3).

A pecuária realizada na MRG da Campanha Central adota moldes extensivos de produção devido, principalmente, aos custos elevados de uma produção intensiva e pela resistência das características históricas da prática extensiva. Dessa forma, são destinadas pelo proprietário da terra grandes áreas para a criação de gado.

A produção pecuária da MRG da Campanha Central orienta-se ao abastecimento dos mercados internos e externos, além de reservar matrizes, que garantam a subsistência da propriedade. Em relação ao abastecimento interno, esse se materializa na comercialização do rebanho com os abatedouros e frigoríficos municipais. Ressalta-se, porém que os frigoríficos que existem atualmente não apresentam a relevância comercial e de beneficiamento da carne, que era representado pelas unidades frigoríficas estrangeiras, como a Swift e o Armour, instalados no Estado na segunda década do século XX, os quais se constituíram em vetores importantes para a consolidação da atividade pecuarista no Rio Grande do Sul.

Entretanto, a produção de carne da MRG em estudo também se destina ao abastecimento externo, através da comercialização com os países do Mercosul e com outros estados brasileiros. A situação da pecuária na Microrregião ainda se encontra bastante difícil, pois o preço pago ao criador é baixo e, conseqüentemente, leva a estabilização tecnológica da pecuária realizada, dificultando o cumprimento das exigências impostas pelo mercado internacional.

Salienta-se, sobretudo, que são escassas as políticas que buscam investir e dinamizar a pecuária gaúcha, restringindo os financiamentos para a compra de matriz produtiva, através de recursos que na MRG da Campanha Central são disponibilizados principalmente pelo Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi.

Tabela 3 – O rebanho ovino na MRG da Campanha Central

MUNICÍPIOS	OVINOS			
	(cabeças/município)			
	1980	1990	2000	2004
São Gabriel	411 582	382 924	223 518	154 986
Santana do Livramento	1 030 442	833 000	478 442	480 000
Rosário do Sul	326 289	308 000	136 021	120 000
Santa Margarida do Sul	-	-	27 381	20 000

Fonte: IBGE, 2005
Org.: Rodrigues, A. 2005

Contudo, mesmo diante das discretas estratégias governamentais, via políticas financeiras, para revitalizar a pecuária gaúcha, as prefeituras municipais da MRG vêm adotando medidas para amenizar a situação de crise pela qual passa a criação de gado, destacando-se entre essas ações aquelas voltadas ao incentivo à produção leiteira e à abertura de unidades abatedouras e frigoríficas, como a criação da central de inseminação para os produtores de leite em Santa Margarida do Sul; abatedouro municipal e a reabertura do frigorífico Rio Guaíba em Santana do Livramento; associações de pecuaristas do leite em São Gabriel e, desenvolvimento da bacia leiteira em Rosário do Sul. No caso do rebanho ovino é fundamental fomentar a criação de cordeiros para o abate em pequenas e médias propriedades, uma vez que esse tipo de carne tem despertado o interesse para a comercialização em todos os municípios da MRG.

A carne de ovelha, antes utilizada apenas nas fazendas, como alimentação básica, na atualidade, abre um novo nicho de mercado para a carne em diversos municípios gaúchos. Tal fato pode ser constatado pela oferta desse tipo de carne, inclusive nas redes de supermercados.

No que se refere ao incentivo à produção leiteira, justifica-se essa como uma frente econômica de exploração da atividade pecuarista, visando capitalizar, não só o grande como também o pequeno criador. Além disso, a política de incentivo à produção de leite ressalta a importância do uso racional do gado, que deixa de ser, exclusivamente, destinado ao abate, para a venda posterior da carne, para em contrapartida, destacar a produção de leite *in natura* e derivados, como uma atividade promissora e rentável.

A importância da pecuária na MRG da Campanha Central é histórica, mas esse segmento econômico sofreu considerável transformação ao longo das décadas, passando da hegemonia econômica que alcançou com o charque e, posteriormente, com os frigoríficos, para uma estagnação em decorrência da ascensão da lavoura empresarial e da concorrência oferecida pela atividade pecuarista realizada no Centro do país e com a Argentina. Dessa forma, o segmento pecuarista cede parte de suas áreas ocupadas com a pecuária para a expansão das culturas capitalistas através dos arrendamentos.

No entanto, mesmo diante da falta de iniciativas governamentais voltadas à dinamização do setor pecuarista, esse pode apresentar um aumento da comercialização do rebanho, em função dos mercados que deverão se abrir para a pecuária gaúcha, em virtude da febre aftosa que atingiu rebanhos concorrentes ao gaúcho, como rebanhos de Mato Grosso do Sul, no final de 2005.

Com a febre aftosa, determinados mercados internacionais, compradores de carne do Brasil, cancelaram seus acordos comerciais com o Estado atingido pela febre. Dessa forma, o Rio Grande do Sul pode vir a fornecer carne para esses mercados, aumentando sua comercialização e, conseqüentemente a rentabilidade do criador gaúcho, caso a restrição não ultrapasse a fronteira do Mato Grosso do Sul.

No entanto, se a recisão dos acordos de compra de carne brasileira feitos com os Estados Unidos, Rússia, entre outros países, se estender a todos os estados brasileiros que produzem carne bovina e inclusive atingir o Rio Grande do Sul, ao contrário, a pecuária gaúcha sofrerá um série de dificuldades de comercialização, contribuindo para a contínua descapitalização dos pecuaristas locais.

Além disso, deve-se destacar que se ocorrer a expansão da área atingida pela aftosa, toda a atividade pecuarista brasileira enfrentará grandes obstáculos, como pôde se observar com o surto de aftosa ocorrido no Rio grande do Sul em 2003, que diminuiu drasticamente os índices de comercialização da pecuária gaúcha, representando mais uma barreira a ser transposta pela atividade pecuarista gaúcha.

No que se refere à agricultura, essa atingiu os campos da pecuária com a expansão da fronteira agrícola, ocasionando mudanças na paisagem agrária da MRG da Campanha Central, a partir da instalação da lavoura capitalista e mecanizada, que introduziu máquinas, insumos químicos e capital na sua produção primária. Primeiramente, foi o arroz, a cultura responsável pela presença da atividade agrícola e mecanizada, nas tradicionais áreas pecuaristas, pois para se reproduzir necessitou aprimorar, sobretudo, as técnicas de irrigação.

Posteriormente, com a inserção da soja, que voltada, basicamente, ao mercado externo, consolidou a penetração do capitalismo no meio rural da MRG em estudo, através de uma atividade produtiva que incorporou capital a terra, em decorrência dos insumos químicos e das máquinas utilizadas.

Na Microrregião, a agricultura se reproduz em grandes e médias propriedades, em geral arrendadas²⁹ da pecuária, o que possibilita a rotação da terra para os agricultores, diante de um esgotamento natural do solo. Ressalta-se também, que os arrendamentos podem ser justificados pela resistência dos grandes proprietários de se desfazerem de suas terras, optando pelo aluguel de suas terras para o desenvolvimento da agricultura, garantindo o monopólio da terra aos pecuaristas.

Pode-se salientar, também, que o pecuarista permite o desenvolvimento de outras atividades primárias no meio rural, sem que essas acenem para a desconcentração da terra, ou seja, diversificam-se os usos, porém a terra continua nas mãos dos latifundiários, reproduzindo uma materialização espacial histórica.

A rizicultura desenvolve-se de forma empresarial na Campanha Central, representando a primeira atividade a introduzir a lavoura empresarial nos campos da

²⁹ Os contratos de arrendamentos são registrados e especificam as obrigações quando da entrega da terra: pastagens e os arrendatários devem deixar a terra nas condições em que foram arrendadas. (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

pecuária tradicional, ou seja, foi através do arroz, que a modernização da agricultura se efetivou, com a penetração do capital no meio rural do Rio Grande do Sul.

Nessa mesma linha de pensamento, Pébayle (1971) ressalta que a cultura do arroz penetrou num meio de grandes proprietários criadores, não modificando, completamente, a estrutura fundiária original e a atividade principal do proprietário que continua sendo a criação extensiva. Tudo isso foi possível, pois a produção rizícola, na sua maior parte, se reproduz em terras arrendadas.

A existência de fatores internos, tais como: capital³⁰, força de trabalho, meios de transporte e recursos naturais, condicionou o desenvolvimento da lavoura de arroz irrigada e mecanizada. (Tabela 4).

Destaca-se, também, que a produção rizícola é comercializada em Cooperativas municipais de beneficiamento do arroz, que ao industrializar esse grão, comercializa-o no comércio local e/ou nacional, principalmente com os estados de São Paulo e Bahia, ratificando o abastecimento externo realizado por esse produto.

Entretanto, alguns fatores vêm se constituindo como obstáculos à rizicultura praticada na MRG da Campanha Central, destacando-se a concorrência do arroz do tipo sequeiro produzido na região Centro-Oeste brasileira; a prolongada estiagem que atingiu o Rio Grande do Sul no início do ano de 2005 e, a política de preço mínimo adotado pelo governo federal para a saca de arroz, a qual registra um preço para a saca inferior ao gasto na produção.

Os dois últimos obstáculos descritos, provavelmente, serão responsáveis por uma queda nos índices de produtividade do arroz, na próxima safra, pois a estiagem ocorreu no período de germinação e colheita da safra, comprometendo a mesma. Tal fato não comprometeu somente a rizicultura, mas também, as demais atividades agropecuárias realizadas no verão e no início do outono no Rio Grande do Sul. Esses entraves são responsáveis, também, pela diminuição, embora modesta, do índice de área plantada de arroz na Campanha Central. Só em Santa Margarida do Sul ocorreu o contrário, ou seja, nesse município houve o crescimento da área plantada.

³⁰ O capital foi disponibilizado pelos colonos italianos e alemães que se fixaram neste recorte espacial e desenvolveram a rizicultura.

Tabela 4 – Dados sobre a área plantada de arroz na MRG da Campanha Central (1980-2004)

MUNICÍPIOS	ARROZ (ha)			
	1980	1990	2000	2004
São Gabriel	20 031	17 000	31 000	26 000
Santana do Livramento	4 783	3 000	12 977	11 400
Rosário do Sul	14 186	8 580	22 000	21 000
Santa Margarida do Sul	-	-	5 550	6 000

Fonte: IBGE, 2005

Org.: Rodrigues, A. 2005.

Salienta-se, também, que a redução de área plantada com arroz é conseqüência do crescimento da área plantada de soja, cultura essa, que vem recebendo maiores incentivos para sua produção e apresenta condições de preços mais favoráveis do que a rizicultura.

Associado à estiagem e a falta de medidas adequadas à produção de arroz, a política de preço mínimo especificada pelo governo federal definiu o preço da safra de arroz em dezesseis reais, preço inferior ao índice do custo da produção fixado pelo Instituto Rio-grandense do arroz (IRGA), de vinte e sete reais. (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

Dessa forma, o baixo preço pago à safra vislumbra um período de crise para os rizicultores, que estão vendendo a safra 2005 por um preço menor do que o gasto nas etapas produtivas. Tal fato contribuirá para a descapitalização dos rizicultores, não só da MRG em estudo, mas de todos os produtores de arroz de todo o Estado gaúcho.

Entretanto, o desenvolvimento da indústria de óleos vegetais e, sobretudo os altos preços alcançados pela soja no mercado internacional propiciaram uma grande expansão da sojicultura a partir de 1970. Nessa década, a soja ocupou as terras até então cultivadas com outros produtos, chegando, em algumas áreas, a ocorrer a monocultura. (MOREIRA, 2003).

A soja representa a maior produção agrícola de Rosário do Sul, São Gabriel e Santa Margarida do Sul, e a segunda maior de Santana do Livramento. Essa cultura

vem sendo difundida nas áreas de campo, em decorrência da importância, cada vez maior, que essa assume no mercado internacional. Desde a década de 1980, período de instalação da soja na Microrregião, essa vem tendo seus índices produtivos elevados, em razão da importância que o caráter exportador dessa cultura assumiu na economia gaúcha. (Tabela 5).

Semelhante ao que ocorreu com o arroz, a soja também se reproduz em grandes e médias propriedades, pois os pequenos imóveis rurais não comportam a introdução de grandes investimentos, que são necessários para a obtenção de índices de produtividade desejáveis.

A produção de soja realiza-se em terras arrendadas e, em Santa Margarida do Sul, esse arrendamento feito à soja pela pecuária, vem representando a retração do espaço destinado à pecuária no arrendamento, na medida em que segundo o Secretário da Agricultura do Município (2005): “a pecuária passa por problemas de área para recria, pois a soja ocupa parte das áreas que serviam de pasto”.

O crescimento da sojicultura pode ser explicado pelos incentivos governamentais para a expansão da produção de soja e pela elevação dos índices das exportações gaúchas e nacionais. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a safra 2002/2003 de soja no Rio Grande do Sul, bateu o recorde histórico, alcançando 9,5 milhões de toneladas com uma produtividade média de 2,65 toneladas por hectare. (LAZZARI, 2003).

Os índices de produção de soja tendem a se levar, principalmente, com a aprovação da lei dos transgênicos³¹. Grande parte da sojicultura é modificada geneticamente e sem aprovação nacional, o que gerou muitos problemas, e inclusive a produção gaúcha sofreu restrição comercial. A liberação da comercialização dos transgênicos consolida-se na fase positiva da produção de soja e no aumento de área plantada deste grão.

³¹ Transgênicos são organismos geneticamente modificados e que sofreram restrições quanto ao cultivo e a comercialização devido aos impactos negativos que podem causar na saúde humana, animal e no meio ambiente. (NODARI; GUERRA, 2003).

Tabela 5 – Dados sobre a área plantada de soja da MRG da Campanha Central (1980-2004)

MUNICÍPIOS	SOJA (ha)			
	1980	1990	2000	2004
São Gabriel	31 055	23 000	22 000	50 000
Santana do Livramento	4 642	2 000	340	4 700
Rosário do Sul	19 001	12 000	7 500	25 000
Santa Margarida do Sul	-	-	9 000	18 000

Fonte: IBGE, 2005

Org.: Rodrigues, A. 2005.

Tal fato pode ser observado no crescimento da área plantada de soja nos municípios da MRG da Campanha Central, resultado das políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento da sojicultura e, mais recentemente, em virtude da liberação da produção transgênica.

Diante do exposto, a soja representa uma das alternativas de dinamização do meio rural da MRG da Campanha Central, pois o crescimento da produção desta cultura pode ser observado nas grandes plantações que permeiam os campos, nas cooperativas de beneficiamento e comercialização das produções sojicultoras municipais e, no comércio de insumos agrícolas espalhados pelas cidades. Essa realidade se assemelha às transformações provocadas pela rizicultura com a abertura de lojas comerciais ligadas à venda de insumos e equipamentos necessários à produção de arroz, quando penetrou nos municípios da MRG, que até então, tinham economias fortemente arraigadas na criação extensiva de gado e na concentração da terra.

A fruticultura representa um novo arranjo espacial-produtivo. É uma recente iniciativa econômica na MRG da Campanha Central, se desenvolvendo, principalmente, em pequenas propriedades, predominantemente terras próprias. Os principais produtos dessa cadeia produtiva em área plantada são: a melancia, a uva, os cítricos de mesa (laranja e bergamota) e o pêssego. (Tabela 6).

Tabela 6 – Dados sobre a fruticultura na MRG da Campanha Central.

MUNICÍPIOS	PRINCIPAL PRODUTO	ÁREA PLANTADA (ha)
São Gabriel	Laranja	59
	Bergamota	51
Santana do Livramento	Uva	750
	Pêssego	60
Rosário do Sul	Melancia	900
	Laranja	34
Santa Margarida do Sul	Bergamota	34
	Laranja	110
	Uva	5

Fonte: Trabalho de campo, 2005.

Org.: Rodrigues, A. 2005.

A cadeia produtiva da fruticultura apresenta-se consolidada pela uva, a qual desde 1979 é industrializada para a produção de vinho pela empresa Almadém, instalada no município de Santana do Livramento, fato que contribuiu para o crescimento dos índices de área plantada ao longo das décadas, não só no referido município, como também, nos municípios ao seu entorno. Dessa forma, a uva representou o produto que alicerçou a produção de frutas em áreas tradicionais da pecuária no Rio Grande do Sul.

A importância da uva se materializa no espaço santanense através das vinícolas, de capital internacional – a Seagram do Brasil Indústria - e Comércio LTDA (Vinícola Almadém), a Livramento Vinícola Industrial LTDA e a Vinícola Palomas, de capital nacional.

Além disso, é relevante ressaltar, na atividade vitivinícola, o seu caráter exportador, na medida em que a produção de uva *in natura* e o vinho são comercializados com o mercado externo, principalmente.

Salienta-se que a produção de frutas da Microrregião da Campanha Central, através dos cítricos, também se orienta para outros municípios do Estado, como, por exemplo,

a comercialização desses produtos com os supermercados de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria. Destaca-se, ainda, a venda de frutas para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, ressalta-se que o mercado para a fruticultura está em expansão e, por isso, o governo tem disponibilizado linhas de financiamento, através do PROFRUTA, para estimular esta nova frente econômica, que se concretiza, paulatinamente, no meio rural da MRG da Campanha Central.

Dessa forma, de acordo com o secretário da agricultura de Santa Margarida do Sul a fruticultura vem exercendo um papel revitalizador, pois abre uma nova opção agrícola, de um produto de maior valor, permitindo a utilização da mão de obra disponível, além de poder desenvolver mais a agroindústria, trazendo maior receita para circular no município. (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

A dinamização do setor primário do Rio Grande do Sul é de vital importância, principalmente para o recorte espacial em estudo, diante de economias fortemente alicerçadas na pecuária extensiva, na agricultura empresarial e, mais recentemente na produção de frutas. Dessa forma, é cada vez mais necessário o desenvolvimento de políticas públicas para a pecuária bovina e ovina, para o cultivo de frutas (uva e cítricos), para a agricultura através do arroz e da soja, que se constituem como produtos vitais para o segmento agrário da MRG da Campanha Central.

Dessa forma, a evolução da sociedade, através do seu modo de vida e das técnicas, imprime novas formas no espaço urbano e rural. No espaço rural essas inovações podem ser verificadas na modernização das técnicas produtivas de criação e produção agrícola, e foram criadas na tentativa de dinamizar economias estagnadas e tornar o espaço rural produtivo do Rio Grande do Sul mais atrativo e participante no mercado nacional e internacional.

3.3 A estrutura fundiária da MRG da Campanha Central

A estrutura fundiária se comporta como “palco” onde se desenvolve o processo produtivo. Dessa forma, a distribuição da terra torna-se o elemento principal que irá

caracterizar os diversos tipos de uso da terra. Embora, ao se efetuar uma análise da estrutura da terra deve-se levar em consideração dois aspectos: de um lado, a estrutura da propriedade da terra e, de outro, privilegiando a sua estrutura de uso.

Isso ocorre porque historicamente o latifúndio era ocupado somente pela pecuária extensiva, entretanto, com a expansão da lavoura empresarial nas áreas caracterizadas pela concentração da terra, essa realidade se alterou, pois de forma associada à pecuária a lavoura capitalista também se desenvolve sobre os latifúndios.

Ressalta-se, portanto, que embora esteja ocorrendo uma desconcentração quanto ao uso da terra, o mesmo não está com a estrutura da propriedade da terra, pois ainda na sua maior parte está concentrada.

É importante salientar que a realidade da estrutura fundiária atual, baseada na concentração da terra e na desconcentração do uso, é característica de toda a Metade Sul do Estado, e bastante eminente no recorte espacial em análise.

Entretanto, ao se realizar um estudo da estrutura fundiária é essencial estabelecer os conceitos-chaves para futuras interpretações. Desse modo, utilizou-se como referência às dimensões estipuladas por Guimarães (1981)³² o qual estabelece a classificação dos estabelecimentos rurais baseando-se na seguinte divisão: *pequena propriedade* (de 0 a 100 ha) *propriedade capitalista típica* (100 até 500 ha), e o grupo de *propriedades latifundiárias* (a partir de 500 ha). Essa verticalização dos conceitos é fundamental para não se incorrer em erros de interpretação de dados estatísticos coletados em diferentes órgãos.

Nesse aspecto, segundo a classificação de Guimarães (1981), grandes áreas das unidades territoriais que compõem a MRG da Campanha Central pertencem a poucos proprietários, salientando o caráter concentrador da terra, conquistado pelas sesmarias e existente até hoje, através dos latifúndios. (Tabela 7).

O latifúndio tem como característica principal, a concentração da terra e, essa se materializa, em toda a Mesorregião do Sudoeste do Rio Grande do Sul, onde abrange a MRG em estudo. Tal afirmação assenta-se no reduzido número de estabelecimentos, ou seja, menos de quinhentas, que possuem área superior a 2000 hectares,

³² Para se analisar a estrutura fundiária teve-se como referência a classificação de Guimarães (1981) mencionadas no item 1.4 do Capítulo 1.

correspondendo às propriedades latifundiárias, que contrastam com o elevado número de estabelecimentos classificados com uma dimensão territorial menor de 10 hectares, que correspondem a mais de três mil propriedades.

Pode-se destacar, também, que na Mesorregião Sudoeste do Rio Grande do Sul o número de pequenos estabelecimentos, com área entre 10 e menos de 100 hectares, tem se elevado, e na atualidade atinge em torno de nove mil estabelecimentos. As propriedades capitalistas típicas correspondem a 5.236 estabelecimentos. Nesse enfoque, no recorte espacial em estudo, o monopólio da terra se espacializa através das propriedades latifundiárias, que embora sejam em um número reduzido, abrangem consideráveis porções territoriais dessa Mesorregião. (Tabela 7)

Conforme pode ser observado no tabela 7, ressalta-se uma superioridade das pequenos estabelecimentos em toda a MRG Campanha Central, entretanto essa superioridade se dá em número de estabelecimentos, pois em área predominam os latifúndios que juntos abrangem mais de 100 mil ha, enquanto todas as pequenas propriedades representam em torno de apenas 20 mil ha.

Tabela 7 – Estabelecimentos da Mesorregião Geográfica Sudoeste do Rio Grande do Sul, da Microrregião Geográfica da Campanha Central e de seus municípios, segundo grupos de área total (ha)

		10	a 100	a 200	a 500	a
ESTRUTURA FUNDIÁRIA	Menos de 10	menos de 100	menos de 200	menos de 500	menos de 2000	de Mais de 2000
Mesorregião	3.994	9.008	2.450	2.786	2.635	436
Microrregião	1.198	2.667	783	777	735	126
São Gabriel	355	860	285	233	164	27
Santana do Livramento	364	898	235	248	328	60
Rosário do Sul	479	909	263	296	243	39

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário – 1995
Org.: Rodrigues, A. 2005.

As propriedades capitalistas assumem uma posição intermediária tanto em número de estabelecimentos quanto em área ocupada, pois 1560 estabelecimentos

respondem em média por 60 mil ha da área total da MRG em estudo com lavouras comerciais.

Na análise da estrutura fundiária da Microrregião destaca-se que os estabelecimentos compreendidos entre 0-100 ha, são explorados pelo proprietário, onde desenvolve a pecuária de subsistência, a agricultura familiar e a produção de frutas. Nos estabelecimentos de 100-500 ha, proprietários e arrendatários se dividem na exploração da terra com pecuária de corte e com a agricultura, através das culturas do arroz e da soja.

Os estabelecimentos com área superior a 500ha, apresentam uma produção combinada entre pecuária de corte e agricultura, principalmente arroz e soja, semelhante ao que ocorre com os médios estabelecimentos (100-500 ha).

O monopólio da terra é uma realidade presente em todos os municípios da MRG da Campanha Central, destacando a concentração de grande parte de seu território em um reduzido número de estabelecimentos. Portanto, ressalta-se que um cenário com mais de dois séculos de latifúndio ainda persiste, muitas extensões de terra nas mãos de poucos, contribuindo, cada vez mais, para a desigualdade social, diante de tão injusta “distribuição” da terra, e da longa espera pela reforma agrária, que é temática apenas nos discursos políticos, principalmente nas campanhas eleitorais do país.

Considerando as informações apresentadas sobre a estrutura fundiária da MRG em análise, constatou-se a concretização do sistema monopolista da terra, via latifúndios, tão característicos desse recorte espacial gaúcho.

Destaca-se, portanto, que os estabelecimentos com 2000 ha de área correspondem a 23% da área total de Santana do Livramento, a 12% de Rosário do Sul e a 10% de São Gabriel, ratificando o fato de que poucos estabelecimentos ocupam consideráveis dimensões dos municípios que compõem a MRG da Campanha Central, obviamente, isto não ocorre somente nesta MRG, sendo recorrente em toda a Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a estrutura fundiária concentradora não representou obstáculo ao crescimento econômico, pois mesmo com sua atividade principal – a pecuária – sofrendo sérios problemas, não necessitou alterar o padrão concentrador dos

latifúndios, tendo na “união” com outra atividade econômica – a agricultura – a saída para a manutenção da renda, a partir dos arrendamentos.

Porém, de acordo com os depoimentos obtidos em trabalho de campo através dos secretários municipais da agricultura da MRG da Campanha Central, a concentração da terra não é considerada um entrave ao desenvolvimento econômico dos municípios. Cita-se, como exemplo, que para o secretário de Rosário do Sul a estrutura fundiária concentrada não é um obstáculo ao progresso, pelo forte sentimento ideológico e cultural que carrega. Já para o secretário da agricultura de Santana do Livramento, o fato de existir um grande número de pequenas propriedades, demonstra que os latifúndios não apresentam nenhum tipo de entrave ao Município, apenas coexistem lado a lado, pequena e grande propriedade com finalidades distintas.

Também argüido sobre essa temática, o secretário da agricultura de São Gabriel não considera as grandes propriedades como um entrave para o setor rural do Município, pois a soja, principal produto agrícola gabrielense, se desenvolve, justamente, em grandes áreas, o que vem contribuindo para o crescimento dos investimentos em tais áreas.

Entretanto, para o secretário da agricultura de Santa Margarida do Sul a concentração da terra é encarada como um forte obstáculo a ser transposto para se alcançar o desenvolvimento econômico. Segundo ele observa-se que: “a estrutura fundiária existente é um obstáculo ao desenvolvimento econômico, pois grandes extensões de terra poderiam ser utilizadas de modo intensivo, gerando mais riquezas, empregos e promovendo o desenvolvimento da região”.

As informações obtidas nesses depoimentos ressaltam o caráter ideológico-cultural da concentração da terra, pois os três municípios mais antigos da MRG da Campanha Central, Rosário do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel, reproduzem os discursos da oligarquia rural tradicional, de que a propriedade privada da terra representa algum tipo de poder social, político e econômico. Ressaltam, também, que poderão alcançar um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico, sem que seja alterada a realidade da estrutura fundiária concentradora, predominante na Campanha Central.

Salienta-se, porém, que em Santa Margarida do Sul ocorre o contrário, ou seja, entende-se como prejudicial, ao Município, a concentração de grandes áreas em mãos pela sua recente emancipação. Tal município possui uma área territorial bem inferior às demais dimensões municipais existentes na MRG da Campanha Central. Esse fato justifica a importância da exploração racional da terra, para que esse município possa alcançar índices satisfatórios de crescimento econômico, e consiga se manter como unidade territorial baseada no setor rural, ou então, que busque o desenvolvimento da fruticultura, bem como, a inserção de novos arranjos produtivos como as agroindústrias, as quais poderão se especializar no beneficiamento dos principais produtos primários do Município.

As grandes extensões de terra que se espalham pela MRG da Campanha Central, são alvos, na atualidade, de invasões pelo Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), que na pressão pela reforma agrária acabaram invadindo fazendas no Município de São Gabriel em 2003. Tal fato acabou gerando uma mobilização dos proprietários rurais que unidos defenderam a hegemonia latifundiária. Porém, não são somente acirradas as relações entre o MST e os proprietários rurais da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul, haja vista o elevado número de assentamentos rurais em Santana do Livramento³³, porém esses não foram frutos de invasões e sim de políticas governamentais de assentamentos rurais. Em Santana do Livramento, esses assentamentos já estabeleceram relações socioeconômicas e interagem com o governo municipal.

Deve-se ressaltar, também, que há posições distintas das prefeituras dos municípios em estudo quanto aos movimentos de pressão pela reforma agrária, pois as mesmas já podem ser percebidas nesta área tradicional do latifúndio. A posição mais radical foi observada no município de São Gabriel, no qual é considerada inconveniente as formas de pressão utilizadas pelo MST na MRG da Campanha Central. Também discordam quanto aos critérios utilizados pelo INCRA na avaliação da produtividade das áreas rurais. Essa posição pode ser facilmente compreendida, diante da mobilização dos grandes proprietários de terra, em defesa de suas propriedades, em decorrência das invasões comandadas pelo MST. Tal fato pode ser verificado pela mídia, através de

³³ No município de Santana do Livramento em 2002 eram 17 assentamentos rurais. (CHELOTTI, 2003).

jornais e telejornais locais e regionais, que mostraram inclusive conflitos armados entre esses dois segmentos produtivos. Dessa forma, essa situação teve que ser mediada pela intervenção da polícia e mandados de evacuação de áreas invadidas.

O exemplo de São Gabriel ressalva o forte caráter de resistência política, ideológica e cultural frente aos movimentos de pressão pela redistribuição da terra, os quais pressionam a divisão das propriedades latifundiárias, presentes na MRG em estudo, desde o início do processo histórico de povoamento e ocupação do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da definição clara e objetiva dos índices que estabelecem a classificação das propriedades em produtivas ou improdutivoas. Conforme o secretário da agricultura de Santa Margarida do Sul, a sua posição é de que se deve seguir a lei, como afirma: "propriedades que são improdutivoas devem ser desapropriadas". Porém, ressalta-se que os índices para essa desapropriação devem ser muito bem estudados para não promover uma reforma rural a qualquer custo, e que conseqüentemente, leve a conflitos armados.

Nos demais municípios, as opiniões emitidas através das entrevistas destacam que uma reforma agrária sem conflitos e com assistência técnica e financeira contínua aos assentamentos, pode torná-los parceiros dos demais segmentos econômicos dos municípios. Os assentamentos em Santana do Livramento, por exemplo, que por não terem sido resultantes de invasões, estabelecem relações de parcerias com a comunidade em geral, e têm se inserido no setor primário como importante segmento produtivo.

Assim, o caráter concentrador da terra que evidencia a resistência do latifúndio é resultado do homem – proprietários e suas concepções – e não somente dos tipos de atividades agrícolas que se desenvolvem no meio rural gaúcho, pois a simples discussão sobre a reorganização da estrutura fundiária acirra o sentimento regionalista de proteção das bases históricas do desenvolvimento do Estado gaúcho, que neste caso foi à estância.

Ressalta-se, portanto, que o debate sobre a função social das grandes propriedades, tem papel relevante, além de manter o elo histórico-cultural entre o homem-proprietário e a terra, pois historicamente, a condição de grande proprietário representa poder,

opulência, prestígio político-econômico. Nesse sentido, os aspectos da cultura e da tradição gaúcha são fatores determinantes que vêm garantindo a manutenção dos latifúndios na MRG da Campanha Central.

**NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS COMO PERSPECTIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA MRG AS CAMPANHA CENTRAL**

CAPÍTULO 4

NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS COMO PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MRG DA CAMPANHA CENTRAL

4.1 Novas dinâmicas econômicas para o setor rural da MRG da Campanha Central e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Como pôde ser observado ao longo dos capítulos anteriores, o setor rural da MRG da Campanha Central vem se reorganizando, na medida em que os interesses e as ações econômicas nacionais se reestruturam e aumentam os privilégios aos produtos voltados à exportação.

Esse interesse acentuado pela função exportadora da produção agropecuária gaúcha foi acelerado com a modernização das atividades produtivas, que através de uma produção capitalizada e tecnologicamente desenvolvida de produtos específicos, contribuiu para o desenvolvimento de culturas como o arroz, o trigo e, mais recentemente a soja, sendo esta última o “carro-chefe” das exportações agrícolas brasileiras. Conforme Silva (1981, p. 62) destaca-se: “Na medida em que as propriedades se voltavam mais e mais para o mercado, houve também uma transformação qualitativa interna a elas: houve uma *especialização* da produção”.

Dessa forma, na MRG da Campanha Central o processo modernizante da agropecuária reforçou o comportamento desigual da sua estrutura fundiária, pois foi uma modernização conservadora, ou seja, não ameaçou o monopólio da terra, transformando-se apenas os meios de produção.

Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 76) o processo de modernização constituiu-se em: “uma modernização do tipo conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado”.

Nesse sentido, configurou-se duas situações distintas, pois enquanto os grandes proprietários aderiam ao uso acentuado de capital ou cediam partes de suas propriedades à modernização, através dos arrendamentos; em contrapartida, crescia o número de pequenos produtores, que cada vez mais ficavam à margem do desenvolvimento, seja pelo tamanho extremamente pequeno de suas propriedades, seja pelas dificuldades de acesso aos créditos agrícolas, o que não permite investimentos na capitalização da produção.

Portanto, a MRG em análise passa a ter um elevado contingente de pequenos produtores³⁴ que só agora, no século XXI, passaram a fazer parte das estratégias políticas e econômicas dos municípios da Campanha Central. Essas, embora sejam diretrizes incipientes, já representam uma diversificação de ações frente a uma histórica preferência por estratégias que sempre visaram exclusivamente as médias e grandes propriedades, pelos seus produtos exercerem papel importante no mercado internacional.

A economia da MRG da Campanha Central baseia-se essencialmente no setor rural. Dessa forma, é indispensável que na busca pelo desenvolvimento, se priorize medidas de revitalização, não só para a lavoura empresarial, mas também, para a produção realizada em pequenas propriedades, pois sem ações diversificadas e que considerem, sobretudo, os atores sociais, o desenvolvimento econômico continuará lento e desigual.

Nesse contexto, procurando-se um desenvolvimento socioeconômico partindo das potencialidades e das prioridades da comunidade local e regional, organizam-se programas com a finalidade de estimular dinâmicas diferenciadas para auxiliarem na diminuição das desigualdades regionais que se intensificaram a partir do processo urbano-rural de modernização.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) é um exemplo explícito dessa iniciativa. Esses visam, basicamente, frear o desenvolvimento estreito e concentrador, que se observa atualmente. Os COREDES são organizações independentes e autônomas, tendo sua existência consagrada pela Lei estadual nº 10.283, de 17/10/1994, em que são definidas suas atribuições. (BECKER, 2002).

³⁴ Ver tabela na página 107 do Capítulo 3.

De acordo com Bandeira (2004, p. 225) a referida Lei define no artigo 2º, o objetivo geral dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento:

Os Conselhos Regionais têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Especificamente, os Conselhos apresentam as seguintes competências, conforme Bandeira (2004, p. 225):

I) promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional (...); II) elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional; III) manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania; IV) constituir-se em instância de regionalização do orçamento do estado; V) orientar e acompanhar o desempenho das ações dos governos estadual e federal na região e, VI) respaldar as ações do governo do estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Dessa forma, ao se observar as diretrizes que regem os COREDES, destaca-se a prioridade dada à participação e cooperação de todos os segmentos da sociedade – poderes legislativo, judiciário e executivo e, comunidade em geral – assim como representantes de centros comunitários, de cooperativas e das universidades na busca do pró-desenvolvimento regional.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são divididos em 20 regiões coredianas³⁵, estando a MRG da Campanha Central no COREDE denominado de Fronteira Oeste que entre as regiões coredianas da Macrorregião Sul ocupa uma posição intermediária na análise dos indicadores sociais baseado no Índice Social Municipal Ampliado (ISMA), calculado pela Fundação de Economia e Estatística.

Dentro das oportunidades e finalidades propostas pelos COREDES para a Macrorregião Sul, três se destacam como alternativas possíveis para a MRG da Campanha Central. Entre elas, destacam-se: desenvolver a fruticultura, revitalizar a pecuária extensiva e incentivar o florestamento.

Neste sentido, Becker (2002, p. 181) ressalta que:

³⁵ Ver mapa das regiões coredianas na página 64 do Capítulo 2.

Uma das alternativas é a fruticultura, tendo em vista o fato de que a região apresenta solos e clima de qualidade adequada para algumas culturas (...). Além disso, algumas linhas de produção tradicionais na região podem ser qualificadas (...), como é o caso da bovinocultura de corte, da ovinocultura e da produção leiteira. O florestamento é outra potencialidade a considerar, especialmente em áreas cujos solos apresentam limitações quanto à capacidade de uso (...).

A fruticultura é um exemplo do incentivo à diversificação produtiva nos municípios pertencentes à Campanha Central, tendo-se difundido através do PROFRUTA. Na MRG em estudo, a fruticultura vem se desenvolvendo em pequenas propriedades, com a produção voltada, principalmente, aos cítricos, melancia e uva. Assim, representa o maior programa de incentivo ao desenvolvimento da pequena produção, apoiado por políticas municipais, através do auxílio para a criação de estufas que contribuam para o efetivo sucesso da produção frutífera. A uva comporta-se como um clássico exemplo do quanto pode ser importante, em termos socioeconômicos, o desenvolvimento da fruticultura, pois essa fruta representa um dos mais expressivos produtos da agropecuária de Santana do Livramento, responsável pela presença de vinícolas que geram empregos e, conseqüentemente, contribuem para amenizar as questões sociais, além de garantir a compra da produção vitivinícola.

Nesse contexto, frente aos escassos incentivos dados à pecuária de corte e aos elevados custos da produção de arroz e de soja, devido à necessidade de insumos químicos, maquinário e terra, a cadeia produtiva da fruticultura se apresenta como uma alternativa para os pequenos produtores se inserirem no mercado local, regional e nacional. Tal fato contribui para a dinamização econômica dos municípios da MRG da Campanha Central, que até então, eram dependentes dos bons resultados da pecuária e da lavoura empresarial.

Entretanto, a difusão da fruticultura não garante sozinha a almejada diminuição das desigualdades regionais, pois nenhuma estratégia político-econômica será capaz de promover o desenvolvimento local e/ou regional, considerando apenas uma classe dos agentes sociais transformadores do espaço. O desenvolvimento, para que ocorra, deve propor alternativas para todos os segmentos econômicos da sociedade e, assim, garantir ao menos o início da caminhada contra os desequilíbrios socioeconômicos.

A revitalização do segmento pecuarista tradicional é uma necessidade clara para a MRG em estudo, entretanto as iniciativas políticas e econômicas para o setor primário não optam para essa direção, ao contrário, se observa a manutenção da atividade pecuarista em moldes extensivos e com pouco investimento de capital. Salienta-se que somente em pontos isolados constatam-se a presença de uma pecuária empresarial, via cabanhas, existentes em alguns municípios da Campanha Central. Essas, no entanto, apresentam um incipiente desenvolvimento tecnológico quando comparada as cabanhas existentes em outros municípios da Mesorregião do Sudoeste do Rio Grande do Sul.

Entretanto, a pecuária sendo extremamente importante para a economia dos municípios da MRG da Campanha Central ratifica o papel fundamental da elaboração de estratégias que visem dinamizar o modo de produção e, principalmente, as relações produtivas e comerciais que cercam a atividade pecuarista, pois a concorrência da pecuária realizada em outras regiões brasileiras, como o Centro-Oeste é um forte obstáculo a ser ultrapassado pelos pecuaristas pertencentes ao recorte espacial em estudo. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico e a introdução de formas de produção intensivas podem representar medidas concretas para a reorganização da pecuária tradicional da MRG da Campanha Central.

Em relação ao florestamento, ressalta-se que se trata de uma nova estratégia de exploração dos recursos da terra, através de iniciativas direcionadas à plantação de pinus e eucaliptos. Enfatiza-se, porém, que essas ações são fomentadas, sobretudo, por grandes grupos empresariais que tem nesses produtos a matéria-prima de sua produção como: o Grupo Votorantin – Celulose e Papel e a Empresa Stora Enso (a maior fabricante de celulose do mundo³⁶).

A Stora Enso irá investir no Estado, a partir de 2006, 50 milhões de dólares em programas de florestamento para atender a demanda internacional de celulose e papéis. Esse investimento será aplicado na compra de 50 mil hectares na Metade Sul,

³⁶ A Stora Enso é uma empresa sueco-finlandesa de capital aberto, que atua de forma integrada no mercado de papel, cartão e produtos florestais. Destaca-se também, que é líder mundial na produção e comercialização de papel e celulose. Na América Latina, a Stora Enso mantém escritórios na Argentina, Brasil, Chile e México.

primeiramente, nos municípios de Alegrete, Rosário do Sul, Cacequi, Unistalda, Santiago, São Francisco de Assis, Manoel Vianna e Maçambará. (MINUSSI, 2005).

A decisão da multinacional, Stora Enso, em aplicar investimentos na Metade Sul do Rio Grande do Sul pode ser explicada pelas áreas disponíveis, pela qualidade do solo e pelas boas possibilidades para o plantio de eucalipto ou pinus, pois a produção gaúcha permitirá o corte do eucalipto em sete anos, enquanto, nos países do hemisfério norte é feito em setenta anos. (MINUSSI, 2005).

Especificamente, a Stora Enso já efetivou a compra de cerca de 10 mil hectares no município de Rosário do Sul, o qual integra a MRG da Campanha Central. Nessas áreas a Empresa investirá em programas de florestamento para atender a demanda internacional de celulose e papel. (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

Além da plantação de eucalipto e/ou pinus, a multinacional pretende instalar, também na Metade Sul, uma fábrica de celulose, com investimentos de até um milhão de dólares. Dessa forma, muitos municípios desta área do território gaúcho, que enfrentam dificuldades econômicas, já entraram na disputa para serem a sede da fábrica. Os critérios da Stora Enso para a definição da sede são bastante claros, pois os diretores da multinacional garantiram que a fábrica de celulose deverá se instalar na Fronteira Oeste³⁷, junto à base florestal, próximo a um rio de grande vazão, infraestrutura de transporte e proximidade com áreas urbanas. (CRUZ, 2005).

A fábrica de celulose que a Stora Enso implantará no Rio Grande do Sul, seguirá os mesmos moldes da unidade construída na Bahia. Trata-se da Veracel, a maior fábrica de celulose do mundo, construída em sociedade com a empresa Aracruz, que foi responsável pela geração de empregos diretos e indiretos no estado da Bahia. No Rio Grande do Sul, essa fábrica representará uma alternativa de exploração racional da terra na Metade Sul do Estado.

Nessa perspectiva, com a instalação dessa unidade no Rio Grande do Sul, o Brasil se tornará um grande produtor e exportador de celulose. Ressalta-se, portanto, que o florestamento surge como atividade rentável para manter o homem no campo,

³⁷ A região corediana da Fronteira Oeste compreende as seguintes Microrregiões Geográficas do IBGE: MRG da Campanha Central e MRG da Campanha Ocidental. A MRG da Campanha Meridional pertence à região corediana denominada de Campanha.

com condições dignas de vida e, para possibilitar a dinamização de áreas rurais gaúchas estagnadas.

Nenhuma das alternativas acima, com exceção do florestamento, foi capaz de pressionar o monopólio da terra, pois se adequaram as realidades fundiárias da Metade Sul em geral, e especificamente, na MRG analisada. Porém, o florestamento pode representar, a longo prazo, uma transformação no padrão concentrador da propriedade, na medida em que os grupos empresariais objetivam comprar áreas das grandes propriedades para realizar tal atividade, diferentemente da política de arrendamento adotada para o desenvolvimento das culturas empresariais que não ameaçam a permanência dos latifúndios, quando se realizam em terras “cedidas” da pecuária.

Entretanto, o florestamento atua apenas na mudança da posse da terra e não na diminuição da concentração da terra, pois grandes extensões territoriais dos municípios em que se realizará o florestamento trocarão de donos, passando, agora para as mãos dos grupos empresariais. Dessa forma, a iniciativa do florestamento poderá ser responsável pela transferência do monopólio da terra para empresas multinacionais. Esse fato acena para a continuidade da concentração da terra, mas diversifica o uso da mesma, reproduzindo a concentração da terra e mantendo os problemas sociais dessa MRG em análise.

Além da compra de terras para o plantio de pinus e eucalipto, a Stora Enso, pretende estimular os proprietários locais a investir na plantação desses produtores, passando a fornecer a matéria-prima para a produção de papel e celulose. Dessa forma, a empresa objetiva incentivar o uso alternativo da terra, tão ligado à pecuária e à agricultura.

Tal afirmação acena para o fato de que ao incentivar a plantação de eucalipto ou pinus pelos produtores locais, irá torná-los dependentes e atrelados aos interesses da multinacional, como acontece com a cultura do fumo no Rio Grande do Sul, fortemente ligada às indústrias fumageiras. Ressalta-se também, que ao oferecer garantia de compra da produção estabelecerá exigências quanto à forma de produção e ao tipo de produto desejado.

No entanto, mesmo representando uma importante estratégia econômica para o setor rural dos municípios envolvidos, a plantação de espécies exóticas e de grande

porte, vem despertando a reação dos ambientalistas que atestam que o cultivo dessa monocultura pode trazer para problemas ambientais, relacionados às reservas hídricas, ao solo, ao clima, e a fauna e flora.

Dessa forma, mais uma vez o desenvolvimento econômico traz junto a si o uso irracional dos recursos naturais, podendo tornar inviável determinadas atividades econômicas em termos ambientais. Entretanto, a viabilidade econômica ainda prevalece, garantindo a continuidade da atividade e, somente a longo prazo se poderá calcular os danos ao meio ambiente.

Contudo, mesmo diante das iniciativas cotidianas de promover o desenvolvimento socioeconômico da MRG da Campanha Central, com o objetivo de inseri-la nas redes de relações econômicas regionais e, por que não, até nacionais, não se pode deixar em segundo plano a importância da atuação de todos os segmentos da sociedade para que as estratégias sejam eficazes e alcancem a todos direta ou indiretamente, contribuindo assim, para o desenvolvimento local/regional.

4.1.1 O capital social e o desenvolvimento rural da MRG da Campanha Central

Diante da complexidade das organizações espaciais, o desenvolvimento rural não se reduz apenas ao crescimento dos índices da agropecuária, sendo importante a cooperação entre os atores sociais para valorizar o conjunto do ambiente onde atuam, procurando converter os atributos desse ambiente em empreendimentos inovadores.

Dessa forma, o desenvolvimento rural deve ser visto sob a ótica sistêmica, na medida em que necessita de todas as esferas sociais agindo em ações coordenadas e integradas para que seja realmente inovador.

De acordo com Becker (2002), o desenvolvimento contemporâneo assenta-se na esfera econômica, social e política, assegurando a unidade e a possibilidade concreta de se atingir esse desenvolvimento.

Nesta perspectiva, Bandeira (2004, p. 244) enfatiza que:

Cada economia regional passou a ser encarada como um conjunto de atividades afetadas pela cultura e pelo contexto locais, sujeitas a mudanças

condicionadas não apenas por fatores econômicos (...), mas também pela história da região e por outros fatores sociais e institucionais específicos.

Nesse enfoque, os autores enfatizam que para se atingir o desenvolvimento local/regional depende-se da racionalidade dos atores sociais, de suas características culturais e do estabelecimento das redes de relações sociais e econômicas, não sendo diferente para o desenvolvimento rural na reivindicação de suas idéias e projetos.

Tendo em vista essas contestações, ressalta-se que o desenvolvimento contemporâneo das áreas rurais para que atinja o êxito esperado nas relações econômicas deverá se encontrar planejado e organizado socialmente, e menos regulado pelo mercado. (BECKER, 2002).

Assim, a participação e a articulação dos atores sociais, vitais para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, destacam a importância do conceito de *capital social*, que ao lado do capital físico e humano é decisivo para explicar as desigualdades econômicas entre as regiões e os países.

Conforme Putnam, 1996 (apud BECKER) 2002, p. 45 apud o capital social seria constituído pelo conjunto de: “características da organização espacial, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Desse modo, o capital social depende dos caracteres comportamentais e atitudinais da sociedade, ou seja, pelos seus traços histórico-culturais ter-se-á o grau de integração, cooperação e comprometimento desempenhado entre os indivíduos de uma dada sociedade.

De acordo com a noção de capital social as diferenças espaciais a nível socioeconômico serão medidas pelos indivíduos e, principalmente, pelas suas relações interpessoais que permitirão ou não a ação de empreendimentos conjuntos, integrados e que visem buscar o desenvolvimento rural. Portanto, áreas com sociedades mais democráticas, menos autoritárias, não hierárquicas, com densas relações sociais que favorecem a participação, a colaboração e o associativismo, terão maiores oportunidades de alcançar o desenvolvimento local e maior participação no âmbito regional, segundo a lógica do capital social.

Em se tratando, especificamente, da análise do capital social na MRG da Campanha Central observa-se que sua atuação ainda é incipiente em virtude da resistência oferecida, por muito tempo, pela oligarquia rural à elaboração de estratégias econômicas diversificadas e não ligadas estritamente à pecuária extensiva.

Dessa forma, o atraso econômico da MRG em estudo pode ser explicado em partes pelo ruralismo tradicional que se retratou nas decisões políticas municipais, na medida em que, por longas décadas, a administração municipal na Microrregião contou com a colaboração acentuada dos latifundiários-pecuaristas, que em decorrência do processo histórico de ocupação e povoamento deste recorte espacial, constituíram-se na elite conservadora do Estado gaúcho.

O papel exercido pelos pecuaristas e agricultores conservadores fez-se notar, também, nos espaços urbanos, pois em virtude da importância do setor rural na economia dos municípios, o meio rural se caracterizou nas cidades através das atividades comerciais para esse segmento produtivo, ou seja, voltadas, principalmente para o comércio de insumos e equipamentos agropecuários. Tal fato justifica também, a fraca participação do capital social nas decisões de políticas direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico da MRG da Campanha Central.

Entretanto, algumas diretrizes que consideram o capital social e a necessidade da participação da comunidade em geral vêm se materializando no espaço geográfico da MRG da Campanha Central, como se pode destacar nas associações e cooperativas de produtores rurais (arrozeiros e sojicultores), na produção de frutas em pequenas propriedades e nas cooperativas leiteiras, que dividem espaços com os tradicionais sindicatos rurais voltados aos interesses dos grandes pecuaristas e proprietários.

Isso ressalta a ineficácia das ações individuais ou direcionadas aos interesses de uma parcela da sociedade, pois o desenvolvimento da Campanha Central depende de ações coletivas que integrem a comunidade rural e a urbana e objetivem revitalizar atividades econômicas já existentes, assim como, propor novas alternativas para a dinamização socioeconômica da Microrregião em estudo.

Porém, a definição de prioridades e a elaboração de estratégias para a MRG devem partir do rompimento das barreiras históricas que separam os grandes

proprietários dos pequenos, para que se possa realizar um desenvolvimento rural baseado na participação coletiva entre a sociedade civil e a administração pública, isto é, deve-se priorizar as opiniões e aspirações locais.

Abramovay (2003, p. 93-97) avança na colocação de algumas hipóteses fundamentais para se superar as principais dificuldades para o desenvolvimento territorial das áreas rurais, destacando:

- a) O mais importante desafio para se levar adiante um pacto de desenvolvimento territorial consiste na mudança do ambiente educacional existente no meio rural;
- b) criação de projetos capazes de extrapolar um único setor profissional;
- c) ampliar o raio das relações sociais;
- d) organização de iniciativas que comecem a materializar a existência de uma dinâmica territorial;
- e) criação de novos mercados que ponham em destaque capacidades regionais “territorializadas”;
- f) atuação conjunta com os centros universitários existentes e,
- g) não separação das cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento.

Dessa forma, ações integradas entre os componentes da comunidade rural podem indicar potenciais ainda não revelados, pois o meio rural não é simplesmente sustentação de um único setor (pecuária ou agricultura), mas é base de um conjunto diversificado de atividades e potencialidades, que se exploradas adequadamente ampliarão os horizontes das áreas rurais.

O debate sobre o novo rural não dispensa a atuação dos atores sociais e preservação e valorização dos atributos naturais da paisagem, na medida em que idealiza a integridade ambiental e paisagística das áreas rurais através de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Portanto, o desafio consiste em dotar as populações que vivem nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos espaços rurais. (ABRAMOVAY, 2003).

O futuro do meio rural da MRG da Campanha Central não depende exclusivamente do crescimento econômico, no que se refere aos índices de produtividade e comercialização, pois os indicadores sociais são, cada vez mais, importantes para o desenvolvimento rural, que pressupõe crescimento econômico racional e aumento da qualidade de vida da população rural.

Assim, as políticas agropecuárias devem ter a preocupação de atender o planejamento social, juntamente com o econômico, garantindo um planejamento orientado ao bem-estar e a qualidade de vida do homem do campo. Conforme, Carvalho Filho (2003, p. 195) é preciso entender que:

O desenvolvimento rural não pode ser tratado isoladamente. Não se pode aceitar que o desenvolvimento rural signifique apenas modernização tecnológica e crescimento da produção. Desenvolvimento inclui distribuição e redução das desigualdades entre pessoas e entre regiões. O trato do desenvolvimento rural deve estar inserido na questão do desenvolvimento econômico e social do país.

Diante do exposto, cristaliza-se a concepção de que as perspectivas para as regiões rurais da Campanha Central não depende somente do crescimento dos índices de produtividade dos produtos agropecuários, uma vez que é necessário que se pense e se planeje programas de desenvolvimento rural, que visem a articulação e a dinamização de todos os vetores do espaço rural, agricultura-pecuária-fruticultor. Por isso, é cada vez mais crescente a importância de se ouvir o homem do campo, suas reivindicações e angústias, ou seja, voltar o olhar para o local, para o campo, diminuindo, gradativamente, os projetos que vinculam o desenvolvimento rural aos interesses das elites econômicas nacionais, na busca incessante de se resgatar o valor socioeconômico do espaço rural.

O espaço rural, hoje mais do que nunca, só pode ser plenamente apreendido na textura complexa e dinâmica da sociedade em meio a qual ele se encontra, e com a qual interage sob diversas formas, participando direta ou indiretamente das transformações globais da atualidade e de seus efeitos, freqüentemente conflitantes e espacialmente desiguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço pode ser considerado a acumulação desigual dos tempos, pois a atualidade do espaço é formada dos momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais. E ainda o espaço é a mais representativa das objetivações da sociedade, na medida em que acumula, no decorrer do tempo, as marcas das práxis. (SANTOS, 2004).

Tais afirmações de Santos (2004) referem-se ao valor histórico das práticas humanas na organização socioespacial, pois, no decorrer do tempo, o homem imprimiu formas no espaço, resultantes do seu grau de desenvolvimento econômico e tecnológico.

Entretanto, essas formas não se dissiparam totalmente, muitas resistem às metamorfoses socioeconômicas, alterando apenas sua função, que deve acompanhar as exigências e as necessidades da sociedade.

Os espaços não suportam formas com funções inertes, os objetos geográficos espacializados atualmente, na tentativa de se manterem funcionais no sistema capitalista e globalizante, que organiza a economia mundial, se reorganizam, assumindo novas funções, ou dividindo espaços com atividades de maior valor econômico.

Essa realidade pode ser visualizada na MRG da Campanha Central, que apresenta um espaço rural organizado sob bases históricas de forte valor cultural, assentadas nos latifúndios pastoris, que em decorrência das transformações econômicas, a partir da decadência do segmento pecuarista e do processo de modernização da agricultura, cederam espaço para a introdução de outras atividades

agrárias em áreas, anteriormente, somente exploradas pela atividade pecuarista extensiva.

Dessa forma, o latifúndio para garantir a sua sobrevivência econômica, permitiu a penetração da lavoura empresarial na MRG da Campanha Central, através de arrendamentos para a lavoura de arroz e soja, culturas que introduziram no espaço rural dessa área novas funções, baseadas no capital e na tecnologia, buscando dinamizar a produção primária no Rio Grande do Sul e retomar a funcionalidade das propriedades latifundiárias. No entanto, essa nova forma de exploração econômica do espaço agrário não acarretou mudanças significativas na estrutura fundiária do Estado, pois os arrendamentos asseguram os latifúndios, organizados historicamente e resistentes às mudanças socioeconômicas.

A formação dos espaços latifundiários no Rio Grande do Sul vinculou-se ao processo histórico de ocupação e povoamento do espaço gaúcho, pois o latifúndio constituiu-se a partir das sesmarias, as quais foram doadas pela Coroa portuguesa, principalmente para fixar fronteiras, proteger o território e organizar a preia do gado xucro.

A definição da posse da terra e do gado ocorreu com as sesmarias, que se materializaram no espaço rio-grandense através das estâncias. Essas estâncias constituíram-se em marcos importantes na história socioeconômica do Rio Grande do Sul, na medida em que baseava sua função econômica na prática de uma pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, garantindo a materialização e a expansão dos latifúndios pastoris.

Dessa forma, diferentemente dos outros tipos de latifúndios distribuídos por todo o país, como por exemplo, os latifúndios cafeeiros, no Estado gaúcho, a base econômica desenvolvida nas grandes propriedades foi a pecuária extensiva. Tal afirmação pode ser justificada pela importância da atividade pecuarista no processo de ocupação e povoamento do espaço rio-grandense, primeiramente com o gado solto que serviu para o transporte dos metais preciosos no centro do país e, posteriormente, com o couro, que durante a Courama representou o principal produto da economia gaúcha.

No entanto, a consolidação da pecuária gaúcha ocorreu, principalmente, com as charqueadas, que representaram a organização da produção primária no Rio Grande

do Sul, sendo consideradas empresas rurais ligadas à produção de charque. As charqueadas tornaram-se um estabelecimento capaz de gerar riqueza e relações de trabalho diferenciadas, além de serem responsáveis pelo abastecimento interno e externo de charque.

Entretanto, com a decadência da indústria saladeiril, a pecuária gaúcha garantiu a continuidade da sua importância econômica com os frigoríficos. A indústria frigorífica abriu novas oportunidades para a pecuária gaúcha atuar no cenário econômico nacional e internacional, através da comercialização da carne bovina enlatada, de carne cozida enlatada e de carne cozida congelada.

Ressalta-se, portanto, que o latifúndio garantiu sua reprodução espacial, através da evolução do segmento pecuarista, que até a primeira metade do século XX foi a principal atividade econômica da Metade Sul do Estado, reproduzindo-se em moldes extensivos e em grandes propriedades.

Salienta-se, porém, que as transformações socioeconômicas, principalmente as decorrentes do processo de modernização da atividade agrícola, foram responsáveis, juntamente com outros fatores de origem político-econômica, pela substituição da atividade pecuarista no apogeu econômico, pelas culturas capitalistas.

Com a expansão da produção capitalista de grãos, através do arroz, do trigo e da soja, o latifúndio pastoril cedeu espaço para a introdução dessas culturas em áreas eminentemente ligadas a atividade criatória. Na MRG da Campanha Central a penetração da lavoura empresarial fundamentou-se através do cultivo de arroz e de soja em grandes e médias propriedades.

Essas culturas se desenvolvem juntamente com a pecuária, pois os latifundiários apenas diminuíram a área destinada à atividade criatória, mas não abandonaram suas práticas extensivas, continuando a criar gado em grandes extensões territoriais e com pouco investimento tecnológico.

Os arrendamentos representam a possibilidade do latifundiário agregar valor a terra, não necessitando se desfazer das suas propriedades para manter sua renda. Ressalta-se, então, que ao arrendar a terra aos produtores capitalistas de arroz e/ou soja, o latifundiário assegura outra forma de renda, através do valor pago pela cedência da terra e, com isso, não sacrifica sua produção extensiva nem tampouco vê ameaçado

o monopólio da terra, que tem nessa prática um dos alicerces que reforçam sua permanência.

Dessa forma, a lavoura empresarial baseada nas culturas do arroz e da soja (por se realizar através dos arrendamentos de grandes ou médias áreas), não foi capaz de provocar mudanças na estrutura fundiária da MRG da Campanha Central, pois não é pautada na compra da terra, realizando-se lado a lado com a pecuária extensiva. Em decorrência dos arrendamentos e das transformações socioeconômicas provocadas pela introdução da lavoura empresarial na área em estudo, a concentração da terra se manteve, garantindo o controle de grandes dimensões territoriais nas mãos de poucos.

Ressalta-se, também, que essa realidade que cerca a organização do setor primário da MRG em estudo, assegura-se nas políticas públicas voltadas às atividades agropecuárias, que incentivam as monoculturas de exportação e a concentração da terra. Além disso, as estratégias públicas direcionadas ao setor pecuarista são incipientes, não atuando nas políticas de preço do gado, encerrando-se no incentivo, sobretudo, para a compra de matrizes e para a melhoria das condições sanitárias.

As principais políticas agrárias orientadas à dinamização do setor primário brasileiro foram o Imposto Territorial Rural (ITR) e o crédito rural. O ITR foi criado com a finalidade de ser fonte de recurso para os cofres públicos, além de representar a possibilidade de mudança na estrutura concentrada da posse e uso da terra no Brasil, na medida em que o valor deste imposto assenta-se no tamanho da propriedade, de sua exploração econômica e da sua função social.

Dessa forma, o ITR apresenta um objetivo extrafiscal, em virtude de que, indiretamente, representa o uso racional das propriedades rurais, pois as propriedades que estivessem de acordo com os critérios do ITR pagariam, necessariamente, um valor menor do imposto sobre a terra.

No entanto, o imposto sobre a terra não atingiu os objetivos esperados, devido a ineficácia no cadastramento das propriedades em relação ao seu aspecto produtivo ou improdutivo, contribuindo para a manutenção da heterogeneidade da estrutura fundiária brasileira.

Em relação ao crédito rural, esse instrumento da política agrária brasileira contribuiu para a implantação de um programa de política creditícia expansionista, no

que se refere ao financiamento do custeio da produção primária e do investimento agrícola em geral. Salienta-se também, a atuação do crédito rural na formação dos rebanhos integrantes do setor pecuarista, através dos incentivos para a compra de matrizes.

O crédito rural foi fundamental no processo de modernização da agricultura, pelos incentivos dados às culturas capitalistas – arroz, trigo e soja -, tanto ao que se refere aos insumos químicos quanto aos implementos tecnológicos e maquinarias.

Como se observa, as diretrizes políticas voltadas às atividades agropecuárias, incentivam, sobretudo, os produtos que atuam no mercado internacional, como é o caso da soja, a qual contribuiu para o aumento acentuado de sua área plantada, na MRG em análise.

Recentemente, um dos municípios da MRG, Rosário do Sul, vem assistindo a penetração de um novo arranjo econômico, o florestamento. Tal iniciativa representa a organização de mais uma base florestal no Rio Grande do Sul, com a compra de áreas destinadas ao plantio de eucalipto e de pinus para a produção de celulose e papel, decorrentes da demanda internacional para o aumento e diversificação da produção desses produtos.

Dessa forma, no que se refere à lavoura empresarial e ao florestamento, o latifúndio exerce um papel de fornecedor da terra, pois é através dos arrendamentos que as lavouras de arroz e de soja se reproduzem na MRG. Além disso, ressalta-se que as áreas destinadas ao florestamento apresentam tamanho médio e/ou grande, compradas, sobretudo, dos latifúndios existentes.

Destaca-se também, a inserção da cadeia produtiva da fruticultura, a qual vem representando uma alternativa bastante significativa para a economia das unidades administrativas que compõem a MRG da Campanha Central. Entretanto, esse novo arranjo produtivo não se realiza nos latifúndios e, também, não representa alternativa econômica para os grandes produtores, na medida em que a fruticultura se desenvolve em pequenas propriedades, caracterizando uma estratégia econômica voltada à pequena produção.

Na MRG da Campanha Central a fruticultura está baseada na produção de cítricos (laranja e bergamota), de melancia e de uva. Esta alternativa vem se

consolidando no espaço em análise e imprimindo novas formas de exploração da terra para os pequenos produtores, que historicamente, ficaram à margem dos grandes investimentos.

O setor pecuarista, embora não desempenhe o papel de principal atividade econômica dessa MRG, possui ainda um significativo rebanho bovino e ovino, criado em médias e grandes propriedades. No entanto, se esse segmento econômico recebesse maior atenção dos governantes através do desenvolvimento de políticas públicas voltadas a dinamizar a criação de gado, principalmente, com maior valorização do preço pago pela rês ou pela carne abatida, e também se o incentivo para adotar um sistema intensivo de criação fosse estimulado, a pecuária seria revitalizada e poderia participar mais ativamente na economia dos municípios que compõem a área em estudo.

Nesse contexto, destaca-se que as propriedades latifundiárias na MRG da Campanha Central são ocupadas economicamente com a pecuária de corte extensiva (bovinos e ovinos), com a lavoura capitalista (arroz e soja) e, num futuro próximo assistirão a realização efetiva de projetos florestais, já em andamento, com a plantação de eucalipto e pinus em grandes propriedades.

Como se pode perceber, o latifúndio não é, exclusivamente, explorado pela pecuária, pois a atividade pecuarista vem se desenvolvendo lado a lado com as culturas capitalistas, que não ameaçam a concentração da terra, mas diversificam as formas de exploração dessas grandes áreas.

O latifúndio encontra em diversos fatores as razões determinantes de sua permanência e resistência às transformações socioeconômicas, garantindo mais de quatro séculos de latifúndio no Brasil. Na MRG da Campanha Central essa situação assenta-se, principalmente, em três fatores, que podem ser identificados como: a questão cultural, a lavoura empresarial e atualmente o florestamento.

O representativo valor histórico-cultural das estâncias de criação extensiva de gado apresenta-se como um dos mais importantes motivos da manutenção das propriedades latifundiárias. Tal situação deve-se, principalmente, por ter sido nessa porção do Estado que se iniciou a efetiva ocupação e povoamento do mesmo.

A Campanha constitui-se, então, no “berço” do gaúcho típico, o qual assimilou e incorporou a vivência no campo como um modo de vida. Iniciou-se a construção da identidade regional sobre uma base espacial com características essencialmente rurais, na qual o gaúcho era, neste momento, o homem do campo, ligado exclusivamente à atividade pecuarista.

Desse modo, em relação aos depoimentos dos secretários municipais da agricultura, a estância constitui-se como o espaço de referência do gaúcho e suas grandes dimensões territoriais não representam obstáculos ao desenvolvimento dos três maiores e mais antigos municípios da MRG em estudo, que são: São Gabriel, Santana do Livramento e Rosário do Sul. E, somente para o secretário municipal de Santa Margarida do Sul, a concentração da terra representa obstáculo ao desenvolvimento econômico, devido, sobretudo, a sua pequena dimensão territorial se comparada aos demais municípios da MRG da Campanha Central.

Entretanto, ressalta-se que a concentração da terra prejudica, diretamente, o crescimento econômico da sociedade rural e urbana, na medida em que esse não é distribuído de modo adequado, pois sempre favorece apenas uma parcela da sociedade. Dessa forma, a apropriação econômica do espaço deve primar pelo meio mais racional e justo possível, contrapondo ao caráter concentrador dos latifúndios, que contribui com o desenvolvimento econômico lento e desigual.

Atualmente, reafirmam-se as manifestações culturais na MRG da Campanha Central, materializadas espacialmente nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG), nos rodeios, nos festivais de dança e de música, na gastronomia, no vestuário e, sobretudo, na linguagem. Enfim, são os diversos códigos culturais que caracterizam o gaúcho, que vive no Estado, e até mesmo aqueles que residem em áreas tradicionais de imigração européia, reproduzindo o típico modo de vida do campo gaúcho, cunhado inicialmente nas estâncias. Tem-se, dessa forma, a valorização dos aspectos culturais e históricos que marcaram os habitantes do Rio Grande do Sul, os quais por aonde vão levam consigo as marcas do povo gaúcho, através de seus costumes e tradições.

A construção e afirmação desses códigos culturais tornaram possível a formação da identidade do gaúcho, tanto no Rio Grande do Sul, no qual as paisagens, muitas vezes, denunciam a cultura que a modificaram como ocorre nos espaços ocupados

pelos gaúchos em outros Estados, os quais passam a impregnar na paisagem características típicas do gaúcho, seja através das plantações, da bombacha, do chimarrão ou de outros signos culturais que identificam o gaúcho, em qualquer parte do mundo.

Infere-se que a Campanha Central constitui-se num dos espaços rio-grandenses nos quais essas características encontram-se em contínuo processo de afirmação, manifestadas não só nos centros de tradições gaúchas, mas também, no cotidiano dos seus habitantes. A paisagem é composta de grandes extensões de campos, que servem de base para os rebanhos bovinos, ou então, para as extensas lavouras de arroz ou soja.

Salienta-se que, nessa porção do Estado gaúcho, a estância se fez presente ao longo do processo evolutivo desse espaço, configurando-se como um marco na paisagem e, uma referência no tempo e no espaço.

Nesse contexto, o latifúndio tem na questão cultural/ideológica, um dos mais fortes alicerces sobre os quais está estruturado. Pois, quando se vê ameaçado encontra apoio da sociedade para assegurar, pelo menos a sua hegemonia ideológica.

Em relação ao papel da lavoura empresarial de arroz e de soja na manutenção das propriedades latifundiárias, encontra-se no fato de que por se desenvolverem em terras arrendadas não pressionam a venda da terra por parte dos latifundiários. Salienta-se, portanto, que caso as culturas capitalistas se realizassem em terras próprias, poderiam ocasionar uma mudança na estrutura fundiária da MRG da Campanha Central, em virtude do seu crescimento econômico, materializado no aumento acentuado da área plantada de arroz e soja.

Todavia, a concentração da terra tende a se reforçar com as iniciativas de cunho florestal, que objetivam utilizar extensas áreas para a produção de celulose e papel. Portanto, por se reproduzirem em grandes áreas, atuarão na manutenção do monopólio da terra, mas não apenas nas mãos de poucos afortunados proprietários, como também, essas grandes áreas estarão em poder de grandes grupos empresariais.

No entanto, essa atividade apresenta uma “novidade”, ou seja, frentes de trabalho para a população da MRG, a qual não dispunha de ofertas de trabalhos significativas nos seus municípios. Dessa forma, os trabalhadores são obrigados,

muitas vezes, a trabalharem como peões ou diaristas nos períodos de plantio e colheita do arroz e da soja. Essa atividade florestal necessita de trabalhadores que irão ser utilizados desde o plantio até a seleção de mudas nos viveiros. Essa cadeia produtiva tem um lado social muito importante para essa MRG.

Dessa forma, a estrutura fundiária continuará concentrada e os espaços latifundiários vêm assegurada a sua reprodução espacial. No entanto, fica-se na expectativa de que mesmo contribuindo com a concentração da terra, o florestamento possa proporcionar o aumento da oferta de emprego no campo, contribuindo com a melhoria das condições de vida do homem rural. Além disso, destaca-se que a oferta de emprego não se destinará apenas ao trabalhador rural, na medida em que as bases produtivas necessitarão de trabalhadores de diversas atividades, atingindo, também a população urbana local e regional.

O espaço rural da MRG apresenta-se bastante complexo, na medida em que além das grandes e médias propriedades, exploradas economicamente pela pecuária e pela agricultura capitalista de grãos, caracteriza-se pela presença de um grande número de pequenas propriedades. Essas propriedades estão revitalizando o seu processo produtivo com o desenvolvimento da fruticultura, a partir da qual inserem novos produtos no mercado, contribuem para a diversificação produtiva e, além disso, possibilitam a capitalização dos pequenos produtores pertencentes a esse recorte espacial.

Ressalta-se, portanto, que a fruticultura desempenha um papel de revitalizadora da pequena produção, por se tratar de uma estratégia voltada aos pequenos produtores, constantemente relegados a posição secundária nos interesses econômicos da MRG, em decorrência da hegemonia político-econômica representada pelos grandes proprietários e pelos grandes produtores rurais.

Nesse sentido, discutir o resgate do desenvolvimento rural da MRG suscita a necessidade de se pensar em um desenvolvimento abrangente e integrado. Para a pecuária devem-se ser criadas alternativas para revitalizar o segmento pecuarista, pelo significativo rebanho bovino e ovino, procurando recuperar o seu valor econômico e alcançar novos mercados para dinamizar o processo de comercialização. No que se refere à produção capitalista de grãos infere-se a busca pela ampliação dos subsídios

para a agricultura, bem como, garantir a recuperação do preço da saca de arroz, devido à importância socioeconômica desse grão.

No entanto, um efetivo desenvolvimento rural somente será alcançado se além da preocupação com a pecuária e com a agricultura, também se tenha em relação às pequenas produções, como a fruticultura, que mesmo amparada pelo PROFRUTA, deverá contar, continuamente, com estratégias subsidiárias que garantam a melhoria da produção, através do aperfeiçoamento do sistema de infra-estrutura, assim como, assegurem a ampliação das relações comerciais.

Outro aspecto a ser destacado na recuperação do desenvolvimento rural para a Campanha Central é o incentivo para a atuação constante do capital social, através da união dos produtores em associações e/ou cooperativas. O grau do desenvolvimento do capital social de uma área pode ser avaliado no número de atividades associativas ou cooperadas, ou seja, o capital social assenta-se na integração e na colaboração entre os indivíduos de uma dada porção territorial. Salienta-se, então, que é na participação coletiva que o produtor encontrará uma forte união, que o auxiliará na conquista de suas reivindicações, pois não atuará isoladamente.

Portanto, para o crescimento e revitalização da MRG da Campanha Central torna-se, cada vez mais, necessário o desenvolvimento de políticas de integração e estratégias que procurem contemplar grandes, médios e pequenos proprietários, além da produção em todos os seus níveis. Tal afirmação encontra justificativa no fato de que o desenvolvimento rural depende de todos os segmentos econômicos que atuam no espaço rural, pois o privilégio de um deles acarretará em um desenvolvimento injusto e desigual.

Diante do exposto, destaca-se, também, que esse desenvolvimento rural não se realizará completamente em um espaço marcado pela estrutura fundiária concentrada, com um número reduzido de proprietários detendo consideráveis dimensões territoriais, como no caso dos municípios da MRG da Campanha Central. Isso representa que, enquanto as atividades econômicas não pressionarem uma redistribuição de áreas para o seu desenvolvimento, deixando de se realizarem somente através dos arrendamentos, a estrutura fundiária não sofrerá alteração e os latifúndios

permanecerão e, até mesmo, continuarão reproduzindo-se espacialmente na Campanha Central.

Essa situação será reforçada pelo aspecto histórico-cultural, cada vez mais representativo e que não demonstra sinais de começar a colaborar na diminuição da concentração da terra, pois os movimentos de pressão pela terra não são frutos, somente de ações endógenas e, sim, são provocados, na maioria das vezes, pelos produtores rurais de outras áreas do Rio Grande do Sul. Na MRG, esses movimentos reascendem o sentimento histórico de proteção das propriedades latifundiárias, numa perspectiva de manter viva a tradição do povo gaúcho nesse recorte espacial.

Sendo assim, velhas formas continuarão servindo de palco para o exercício de novas funções, sem em nenhum momento abandonar suas características mais marcantes. Nesse sentido, tem-se o caso do latifúndio, uma velha forma, representa o espaço de reprodução de atividades econômicas mais renovadas e dinâmicas, mas sua principal característica, a concentração de grandes áreas nas mãos de poucos, não desaparece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BANCO DO BRASIL. **Plano agropecuário**. Disponível em: <<http://www.banco do brasil.com.br/planoagropecuario>>. Acesso em 5 ago. 2005.

_____. **Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.banco do brasil.com.br/agronegocio>>. Acesso em 5 ago. 2005.

BANDEIRA, P. S. Articulação de atores sociais, capital social e desenvolvimento regional; o caso dos COREDES do Rio Grande do Sul. **Desigualdades Regionais**, Salvador, n. 67, p. 219-250. 2004. (Série Estudos e Pesquisas).

BECKER, D. F. **Pró-RS II por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul/ COREDES**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001. p. 95-120.

BESCOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec, 1986.

BEZZI, M. L. **São Borja -Transformação no campo agrário**: o processo de despecuarização. 1985. 200 folhas. Dissertação (Mestrado em Org. do espaço) – Universidade Estadual, Rio Claro, 1985.

_____. A região como uma resposta local aos processos capitalistas. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 5-20, jan./abr. 2004.

BRUM, A. J. Ocupação do Rio Grande do Sul. In: _____. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Petrópolis; Ijuí: Vozes, 1988. p. 11-30.

CARDIM, S. E. de C. S.; VIEIRA, P. de T. L.; VIÉGAS, J. L. R. Análise da estrutura fundiária brasileira. In: Departamento de análise estatística. Brasília: [s. n.], [19--]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2005.

CARDOSO, F.H. A sociedade escravocrata (realidade e mito). In: _____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Divisão Européia do livro, 1962. p. 82-132.

_____. Senhores e escravos. In: _____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Divisão Européia do livro, 1962. p. 133-167.

CARRION JÚNIOR, F. M. RS: política econômica e alternativas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. (Coleção Documenta, 7)

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001. p. 193 -224.

CASTRO, A. B. de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, v. 2, 1975.

CÉSAR, G. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 07-27.

_____. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: PRADO, A. et al. (Org.). **Rio Grande do Sul**: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964. p. 13-25.

COSTA, A. R. **O Rio Grande do Sul**. v. 2. Porto Alegre: Globo; Barcellos e Bertaso. 1922

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Santana do Livramento – RS**. 2003. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

CRUZ, T. Metade Sul do Estado vai ganhar uma fábrica de celulose de até 1 bilhão de dólares, **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 out. 2005, p. 19.

DE DAVID, C. **O processo de modernização da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial no município de Cruz Alta – RS**. 1992. 125 p. Monografia (Especialização em Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J.C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 1990. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Orgs). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 417-440.

DUMOLARD, P. Region y Regionalizacion – uma aproximacion sistêmica. In: MENDONZA, J. G; JIMENEZ, J. M; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico** – estudo interpretativo y antologia de textos. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

FIGUEIREDO, O. S. **50 anos na história: as charqueadas gabrielenses**. São Gabriel: [s. n.], 1985.

FONSECA, V. P. da S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**: a contradição do camponês fronteiro e sua concepção de mundo estancieira. 1994. 156 folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FRANCO, S. C. A Campanha Rio-Grandense. In: PRADO, A. et al. (Org.). **Rio Grande do Sul**: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964. p. 45-55.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Financiamento da Agricultura – experiências e propostas. In: _____. **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 95-155.

GASQUES, J. G. Gastos públicos na agricultura. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 157-190.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO NETO, F. Latifúndios e verdades: crítica ao distributivismo agrário. **Rascunho**, Araraquara, n.9, p. 05-36, [19-].

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 24)

_____. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção O mundo, hoje, 29)

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Territorialidades “gaúchas”. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 247-267.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. O regionalismo político e as reestruturações territoriais no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22. 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: Ed. da FURG, 2003. p. 23-33.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. de. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 247-301.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/divisãoregional>>. Acesso em 10 abr. 2005.

_____. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE. 1970

_____. **SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.br/sidra>>. Acesso em 14 out. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura Fundiária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estruturafundiaria>>. Acesso em 10 mar. 2005.

JUILLARD, E. A região: tentativa de definição. Trad. Ruth Magnanini. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, ano XXIV, p. 224-236. 1965.

JURÍDICA. Disponível em : <<http://www.jol.com.br/legis/estatuto/terra/indice.htm>>. Acesso em 5 mar. 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. Tradução: C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LA SALVIA, F.; MARODIN, E. F. Evolução municipal: uma análise geográfica. **Boletim geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 21, n.19, p. 03-15, jan./dez de 1976.

LAZZARI, M. Aumento da produtividade da soja gaúcha: clima ou transgenia?. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v. 12, n.8, ago. de 2003.

LEITE, S. (Org.). Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: _____. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001. p. 53-94.

LIMA, R. S. de. A categoria econômica renda da terra. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n.2, p. 397-403.

LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa**: unidade e diversidade no campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. Tradução: Adalberto Marson. São Paulo> Perspectiva, 1975.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTTO, R. **Cenário gaúcho**: representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001.

MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-99, 1981.

MINUSSI, F. Reflorestamento começa por oito cidades do Rio Grande do Sul. **A Razão**, Santa Maria, 11 out. 2005. p.10.

MOREIRA, I. A diversidade espacial. In:_____. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 2003. p. 68-78.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar (Biossegurança de plantas transgênicas). **Nutrição**, v. 16, n. 1, p. 105-116, 2003.

PRADO, A. **Rio Grande do Sul**: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

PEBAYLE, R. A rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 16, n. 14, p. 04-11, jan/dez. 1971.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

REZENDE, G. C. de. A evolução da política de preços mínimos na década de 1990. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 303-314.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

RODRIGUES, A. de L. **O processo de reorganização do espaço agrário no município de Rosário do Sul**. 2004. 61f. Trabalho de Graduação (Geografia – Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

RÜCKERT, A. A. O arrendamento capitalista da terra. In: _____. **Metamorfoses do território: agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 69-104.

_____. A metamorfose das formas territoriais e a transformação do capitalista arrendatário em capitalista proprietário fundiário. In: _____. **Metamorfoses do território: agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 133-179.

SABBATO, A. D. A tributação da terra agrícola: questões gerais e considerações sobre o caso brasileiro. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2001. p. 15-52.

SAMPAIO, P. A. Terras devolutas e latifúndio. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.6, p. 197-199, jun. 1996.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHUCH, R. H. Discutindo a Metade Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 22, 2003, Rio Grande. **Anais...** Rio grande: Ed. da FURG, 2003. p. 42-45.

SILVA, A. V. de C. e. **São Gabriel na história – o drama da fronteira**. Porto Alegre: Cital, 1963.

SILVA, J. G. da. Agricultura e crescimento econômico. In: _____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 17-32.

_____. A questão agrária no Brasil. In: _____. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 33-43.

_____. Estrutura fundiária e relações de produção. In: _____. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 44-65.

_____. A reconcentração fundiária. In: _____. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 162-175.

_____. O “novo” impacto e o velho poder dos proprietários rurais. SILVA, J.G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 176-192.

_____. Estrutura fundiária e relações de produção no campo brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 333-366, 1981.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2005.

SILVEIRA, O. **Rosário Centenário**. Porto Alegre: Metrópole, 1976.

TAMBARA, E. **RS**: modernização e crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Coleção Documenta, 16)

THOMAS, C. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do RS**, Porto Alegre, v. 21, n. 19. p. 17-27, jan/dez. 1976.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**: o campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1974.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193-230;

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**: espacialidades / temporalidade na organização. Porto Alegre: Saga/ DC Luzatto. 1993.

VILLA VERDE, C. M. O crédito rural e a capacidade de pagamento do setor agrícola. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 191-212.

_____. Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos. In: GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 315-336.

XAVIER, P. A estância no Rio Grande do Sul. In: PRADO, A. et al. (Org.). **Rio Grande do Sul**: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964. p. 55-69.

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista aos informantes qualificados: EMATER

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
 DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO
 TRABALHO DE CAMPO REFERENTE À DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Informações sobre o setor primário de Santa Margarida do Sul, pertencente a
 MRG 030 (Microrregião Geográfica da Campanha Central/ IBGE).**

Dados referentes à propriedade e à mão-de-obra.

PROPRIEDADE:

1. Qual a área média das propriedades no Município?

2. Quem explora a propriedade?

2.1. Proprietário

() lavoura

() pecuária

() fruticultura

2.2. Arrendatário

() lavoura

() pecuária

() fruticultura

3. Se o que explora a propriedade é o proprietário:

3.1. Como explora a propriedade?

() lavoura. Quais produtos? _____

() pecuária. Que tipo de rebanho? _____

() fruticultura. Quais frutas? _____

4. Se o que explora a propriedade é o arrendatário:

4.1. Como explora a propriedade arrendada?

() lavoura. Quais produtos? _____

() pecuária. Qual tipo de rebanho? _____

() fruticultura. Quais frutas? _____

5. Como é feito o contrato de arrendamento?

5.1. verbalmente ()

5.2. por escrito (), está registrado? _____

5.3. por quanto tempo? _____

5.4. quais as obrigações? _____

6. Como é feito o pagamento ao proprietário?

6.1. por hectare cultivado () quanto? % _____

6.2. por quadra cultivada () quanto? % _____

6.3. por outra forma de pagamento () qual? _____

MÃO-DE-OBRA

7. Que tipo de mão-de-obra utilizam?

7.1. familiar ()

7.2. assalariada temporária (); em que época? _____

7.3. assalariada permanente ()

8. A mão-de-obra familiar costuma trabalhar para fora? _____

8.1. em que época? _____

9. Se utilizarem mão-de-obra assalariada:

9.1 Como é feito o pagamento?

() por dia

() por mês

() por empreitada

9.2. O contrato com o assalariado é feito:

9.2.1. verbalmente ()

9.2.2. por escrito (), é registrado? _____

9.3. O pagamento dos assalariados é feito:

() individualmente

() ao chefe

9.4. De onde provém a mão-de-obra assalariada?

9.4.1. dos vizinhos ()

9.4.2. da cidade ()

9.4.3. de outros locais (), quais? _____

Dados referentes à produção

A) Agricultura:

10. Qual a média das propriedades ligadas à agricultura? _____

11. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

() própria

() arrendada

12. Quais os principais produtos da agricultura do Município?

Produtos	Área média plantada (ha)	Ano de instalação

12.1 A produção destina-se à:

() subsistência

() abastecimento interno

() abastecimento externo

12.2. Qual o principal mercado para comercialização da produção?

13. Qual a situação atual da agricultura no Município?

B) Pecuária:

14. Qual a média das propriedades ligadas à pecuária? _____

15. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

() própria

() arrendada

16. Quais os principais rebanhos do Município?

Rebanho	Número de cabeças

16.1 A produção destina-se à:

() subsistência

() abastecimento interno

() abastecimento externo

16.2. Qual o principal mercado para comercialização do rebanho?

16.3. A atividade pecuarista se desenvolve em moldes intensivos ou extensivos? Por quê?

17. Qual a situação atual da pecuária no Município?

C) Fruticultura:

18. Qual a média das propriedades ligadas à fruticultura? _____

19. Em que tipo de propriedade se desenvolve?

() própria

() arrendada

20. Quais os principais produtos da fruticultura do Município?

Frutas	Área média plantada (ha)	Ano de instalação

20.1 A produção destina-se à:

() subsistência

() abastecimento interno

() abastecimento externo

20.2. Qual o principal mercado para comercialização da produção?

21. Qual a situação atual e perspectivas para a fruticultura no Município?

Dados referentes à assistência técnica e aos financiamentos

Financiamento:

22. Fazem financiamentos? _____

22.1. Se faz:

22.2. Para que fins? _____

22.3. Em que bancos? _____

23. Que tipo de incentivos o governo tem dado para a agricultura e à fruticultura? _____

23.1. E para a pecuária? _____

24. O setor primário tem sido vítima de problemas como:

() Seca

() Epidemias

() Falta de amparo governamental

25. Até que ponto os problemas acima mencionados direcionam a mudança ou combinação da Agricultura e da Pecuária? _____

26. Se não mudou, porque permanece só com a atividade pecuária?

27. Para quem passou a praticar a pecuária aliada à agricultura:

27.1. diminuiu a área de pastagens? _____

27.2. diminuiu o rebanho bovino? _____

27.3. diminuiu o rebanho ovino? _____

28. Se não diminuiu o rebanho:

28.1. O rebanho aumentou? _____

28.2. O rebanho se mantém constante? _____

Dados referentes à estrutura fundiária

A) Pequena propriedade (0-100 ha):

29. Quem explora?

() proprietário

() arrendatário

30. O que se explora na pequena propriedade? _____

B) Média propriedade (100-500 ha):

31. Quem explora?

() proprietário

() arrendatário

32. O que se explora na média propriedade? _____

C) Grande propriedade/ propriedades latifundiárias (a partir de 500 ha):

33. Quem explora?

() proprietário

() arrendatário

34. O que se explora na propriedade latifundiária? _____

34.1. Apresenta produção combinada da pecuária – agricultura e mais recentemente com a fruticultura?

() Sim. Por quê? _____

() Não

34.2. Se ocorre a combinação esta se faz através do arrendamento?

() Sim

() Não

35. Caso a concentração da terra persista, através dos arrendamentos, quais são os fatores que condicionam a manutenção dos latifúndios?

36. Como a comunidade reage às transformações econômicas pelas quais a grande propriedade latifundiária vem passando, em decorrência da associação da pecuária com outra atividade econômica?

ANEXO 2

Entrevista à Secretaria Municipal da Agricultura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO
TRABALHO DE CAMPO REFERENTE Á DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Entrevista à Secretaria Municipal da Agricultura

Agricultura:

1) Qual a situação da agricultura no Município?

2) Quais são as perspectivas para as culturas do setor primário do Município, condicionando as condições de produção e de comercialização?

Fruticultura:

3) A fruticultura está exercendo o papel de revitalizadora do setor primário do Município? Se está, por quê?

Pecuária:

4) Diante das dificuldades que o setor pecuarista vem enfrentando, qual é a situação da pecuária no Município?

5) Quais são os projetos que a prefeitura tem para revitalizar o segmento pecuarista?

Agricultura e Pecuária:

6) Na busca do desenvolvimento econômico e da inserção do município em nível de economia regional, quais são as medidas adotadas pela prefeitura em prol de uma efetiva união entre pecuaristas e agricultores?

Estrutura fundiária:

7) Frente a uma histórica concentração da terra nesta porção do Rio Grande do Sul na qual o Município se insere, a estrutura fundiária se apresenta como obstáculo ao desenvolvimento econômico municipal? Por quê?

8) Qual a posição da Secretaria da Agricultura diante dos conflitos pela terra, através das vistorias e desapropriações na MRG à qual pertence o Município?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)